



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

HARMENSZ VAN RIN MORAIS DE ASSIS

TOPÔNIMOS NO SUL DA BAHIA:
NOMINAÇÕES DOS MUNICÍPIOS ORIGINADOS DA
CAPITANIA HEREDITÁRIA DE SÃO JORGE DOS ILHEUS
(1950 a 1960)

SALVADOR
2013

HARMENSZ VAN RIN MORAIS DE ASSIS

**TOPÔNIMOS NO SUL DA BAHIA:
NOMINAÇÕES DOS MUNICÍPIOS ORIGINADOS DA
CAPITANIA HEREDITÁRIA DE SÃO JORGE DOS ILHEUS
(1950 a 1960)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, no Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, para obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Marques Telles.

SALVADOR
2013

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Assis, Harmensz Van Rin Morais de.

Topônimos no Sul da Bahia : nomeações dos municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus (1950 a 1960) / Harmensz Van Rin Morais de Assis. - 2014. 121 f.: il.

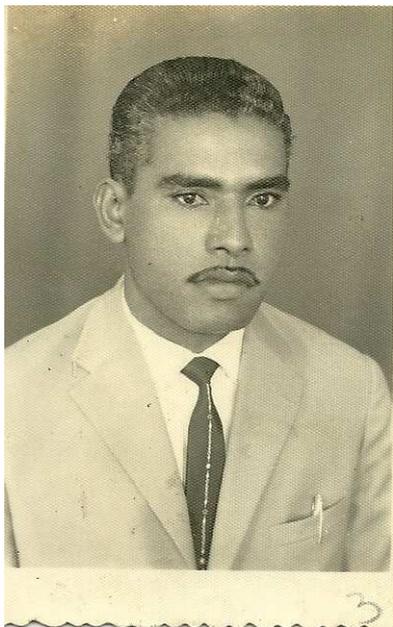
Orientadora: Profª. Drª. Célia Marques Telles.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2013.

1. Toponímia. 2. Nomes geográficos - Ilhéus (BA) - 1950-1960. 3. Índios. 4. Signo lingüístico. 5. Brasil - História - Capitânicas hereditárias - 1534-1762. I. Telles, Célia Marques. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 910.014

A você minha família:



A você meu querido pai, o Bacharel em Filosofia, Ciências e Letras, o *Sr. Almir Moraes de Assis*, mestiço tupinambá, nascido em 28/10/1930, no Distrito de Palestina (atual Ibicaraí), situado no município de Itabuna.

A vocês meus inesquecíveis avós paternos, o Músico, Sapateiro e Empresário, o *Sr. João Batista de Assis*, mestiço, letrado, natural da região de Tobias Barreto - Sergipe; e *D. Ambrozina Moraes de Assis*, mestiça tupinambá, letrada, natural da Vila de Mutuns - município de Ilhéus.

A vocês meus dedicados bisavós, o Fazendeiro, o *Sr. Acelino Prudente de Moraes*, imigrante português, letrado; e *D. Joviniana Henriques de Moraes*, mestiça tupinambá, letrada, natural da Vila de Mutuns, município de Ilhéus, filha de imigrante sergipano e índia tupinambá.

A você minha amada mãe, *D. Zilda Maria de Assis*, mestiça pataxó, letrada, nascida em 04/09/1931, no Distrito de Palestina (atual Ibicaraí), situado no município de Itabuna.

A vocês saudosos avós maternos, a índia pataxó, *D. Romana Leonor da Conceição*, natural da região de Chapori (atual Arataca), e o Motorista, o *Sr. Arlindo José dos Santos*, mestiço, letrado, natural Pirangi (atual Itajuípe), situada no município de Ilheus.

A vocês meus desbravadores bisavós, o Fazendeiro, o *Sr. José Emanuel dos Santos*, mestiço letrado, e *Dona Raimunda dos Santos*, mestiça tupinambá.



A vocês meus queridos irmãos: Harry Wanderlym, Rolando Carlyle, Jéssica Karime, Daisy Laraine, Almir Júnior, Robespierre, Macelin Eugene Berthelot e Marleide Rosa; a vocês meus estimados sobrinhos; a vocês primos, amigos e companheiros por fazerem parte de mais essa conquista ímpar assim como meu amor por vocês.

Mãos que ajudaram a minha mão em cada conquista. E eu que ainda preciso tanto delas, tenho orgulho do que são e do que me deram. Por isso, dedico a vocês que fazem parte de mim, de minha história e minha existência, os louros e as glórias dessa caminhada!

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Criador, que fortifica e dá sentido a qualquer ação que posso fazer. Ele, que a todo o momento está presente como testemunha perene de minha vida, pela oportunidade e pelo privilégio que me foram dados em compartilhar tamanha experiência e, ao frequentar este curso, perceber e atentar para a relevância de temas que não faziam parte em profundidade, de minha vida.

Aos meus pais e familiares que me lançaram como flecha para o futuro e acompanharam com esperança a minha trajetória; que torceram por mim e me encontram agora vivendo com intensidade a opção de vida que assumi. Quero que saibam que, sem o seu incentivo, sem o seu sacrifício, sem a sua dedicação, nada teria se realizado.

Ao meu eterno orientador na UESB, o amigo e companheiro, Prof. Dr. Lucas Santos Campos, pelo incentivo e paciência, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maiores dificuldades. E a minha atual orientadora, exemplo de dedicação científica, humildade acadêmica, generosidade e sabedoria, a Prof^a Dr^a Célia Marques Telles, por ter demonstrado toda boa vontade em disponibilizar fontes e materiais sobre o tema da pesquisa, a fim de que pudesse estruturar minhas argumentações e finalizar o meu trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da UFBA, representado pelo Prof^o Dr. Daniel da Silva Carvalho, Prof^a Dr^a Risonete Batista de Souza, Prof^a Dr^a Alícia Duhá Lose, Prof^a Dr^a Jacyra Andrade Mota, Prof^a Dr^a Marcela Moura Torres Paim, Prof^a Dr^a Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio e Prof^a Dr^a Teresa Leal Gonçalves Pereira, pela transmissão de força, garra, fé, sabedoria, dedicação, compromisso puro e verdadeiro com o aprimoramento do trabalho acadêmico e nas questões educacionais, mesmo com todos os desafios impostos pela vida.

À Professora Dr^a. Rosa Virgínia de Mattos e Silva, exemplo de seriedade, competência, humildade acadêmica, generosidade e companheirismo. E em especial aos Professores Drs: Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti e Tânia Conceição Freire Lobo, por proporcionarem a mim momentos de reflexão quando pude exercitar virtudes como: a calma, a paciência, a compreensão, a solidariedade, e até mesmo a sabedoria no trabalho com as relações interpessoais. Valores essenciais na formação de um verdadeiro educador-pesquisador.

Às Professoras Dr^{as}: Serafina Maria de Souza Ponde e Alba Valéria Tinoco Alves e Silva, pela confiança a mim prestada, me acolhendo, me orientando e dando exemplo na prática de como ser um dedicado professor-pesquisador.

Aos Professores que marcaram a minha vida estudantil nos Ensinos Fundamental e Médio: Prof^ª Mariene Francisca Santos (Pré-Primário), Prof^ª Elizabeth de Souza Ramos (Fundamental I), Prof^ª Yolanda Maria Guedes (Fundamental II - Contabilidade), Prof^ª Durvalziza Fraga de Coni e Moura (Fundamental II - Contabilidade), Prof^ª Shirley Leal (Contabilidade), Prof^ª Maria da Glória França (Magistério), Prof^ª Maria Augusta dos Santos (Magistério).

Aos professores do Curso de Letras, da FESPI (atual UESC), que a todo o momento foram presença constante e amiga em minha caminhada enquanto estudante universitário: o exemplar Prof. Mestre Ruy do Carmo Povoas, a sapientíssima Prof^ª. Mestra Maria Wanda Magalhães, a dedicada Prof^ª. Marilene Pitta e o inesquecível Professor Rivaldo Baleeiro.

Aos colegas de mestrado, Andréa Mafra Oliveira dos Santos, Fabrício da Silva Amorim, Ione Pereira dos Santos, Isamar Neiva de Santana, Isis Juliana F. Barros, Jaqueline Carvalho Martins de Oliveira, Lílian Santana da Silva e Maria Ionaia de Jesus Souza, que se fizeram presentes durante essa caminhada. E especialmente aos colegas-compaheiros, Lana Cristina Santana de Almeida e Lúcio Máximo Gonzaga de Lima, pela espontaneidade e alegria na troca de informações e experiências numa rara demonstração de amizade, carinho, força e solidariedade. Exemplos de companheirismo!

Ao casal de primos, Diógenes Morese Cerqueira e Senaide Cerqueira por ter compartilhado sua humilde residência situada no Condomínio Ponta da Ilha Terceira Etapa, distrito de Cacha Pregos, no município de Vera Cruz, localizado na Ilha de Itaparica, a fim de que eu pudesse frequentar e concluir o Curso de Mestrado na UFBA.

Aos professores-colegas Joelma Cristina Santos Nascimento, Fabiane Lyra de Souza, Mayana Matilde de Souza, Sérgio Gama e José Carlos Andrade Nunes que contribuíram direta e indiretamente para que pudesse encerrar mais uma etapa significativa em minha vida.

Aos meus companheiros de “meditação” nas sessões antiestresses: Syllas Oliveira, Patrícia Lima, Luciano Varjão, Pedro Souza Oliveira, Flávio de Oxossi, Fabrício Costa, Fabiano José, José Raimundo, Renato Pitchula e Sione Santiago. E, também, a todos aqueles que não tiveram os nomes destacados na dissertação, mas que, de uma forma ou de outra, tiveram uma participação especial para que esse trabalho pudesse ser concretizado.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

Aí atuou como afincado na questão da reorganização territorial do Estado, procurando racionalizar a criação, o desmembramento e o remembramento dos municípios, resolvendo, à luz de documentos históricos, infundáveis conflitos de fronteiras. [...] Cuidou, também, do problema dos nomes das cidades, corrigindo a repetição dos topônimos, proibida por lei federal. Nacionalista, Mário Melo aproveitava, diante da necessidade de trocar o nome de um município, para sugerir a adoção de palavras de origem indígena. Houve um caso típico, verificado quando da ascensão do povoado de Santa Clara, no Sertão pernambucano, à categoria de município. Como havia outras localidades com esse nome e, como sempre ocorre, a população manifestasse o desejo de permanecer com o mesmo topônimo, criou-se um impasse. Ele encontrou, então, uma saída que, de certa forma, preservava o nome original, obedecia à lei e, ainda por cima, materializava sua militância indigenista. Batizou a nova cidade de Tupanatinga. Era uma palavra inventada, trazida por ele do Tupi-guarani. Juntava os termos Tupana – divindade e que, por extensão, deveria corresponder a santo ou santa – tinga, que significa claro/clara. Até hoje a cidade sertaneja ostenta o nome inventado por ele (FONSECA, 2001, p. 13).

RESUMO

Os topônimos nos fornecem subsídios para conhecer e compreender os motivos que levaram um povo à adoção e/ou à manutenção de nomes nos acidentes geográficos. Assim, o presente trabalho tem como objetivo contribuir com os estudos linguísticos e históricos no Estado da Bahia, uma vez que aqui se tentam indicar as influências governamentais que determinaram a sugestão de manter ou de adotar topônimos originados nas línguas indígenas, nos municípios da região onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, emancipados entre as décadas de 50 a 60 do século XX. Tomou-se como *corpus* os nomes dos municípios apresentados pela SEI (2001, p.57) e complementados por folhas cartográficas que localizam a região pesquisada. A hipótese que norteou a pesquisa foi a de que, nem sempre, as denominações de localidades são oriundas da livre manifestação das suas respectivas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia de Origem Indígena. Signo Toponímico. Motivação Toponímica. Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus e Bahia.

ABSTRACT

The toponyms provide us subsidies to know and understand the reasons why a people to adopt and/or maintenance of the geographic names. Consequently, the work have how objective to contribute with the applications linguistic and historical of the Bahia State, the upon on this place if probe to propose at the influences governments that determing the suggestion of sustain either to accept toponyms descends in indians language, in the municipalities of the region where was located Hereditary Capaincy São Jorge dos Ilheus, emancipations between the decades of fifity and sixty of the century twenty. Taked if how mote the names of municipalitys introduces trowgh SEI (2001, p. 57) and complementas by cartographyc papers the locating region. The hypothesis that indicated the investigation was in the of neither ever, her designation of places be deriveds of liberty manfestation of the hers concerning populations.

KEYWORDS: Toponymy of Indian Origin. Toponymic Sign. Motivation Toponymic. Hereditary Capaincy São Jorge dos Ilheus and Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa com divisão da América portuguesa em capitanias hereditárias	21
Figura 2 – Mapa da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus	24
Figura 3 – Mapa da antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus com a localização da área do atual município de Ilheus	25
Figura 4 – Vista da Vila e do Porto de São Jorge dos Ilheus	26
Figura 5 – Mapa da baía de São Jorge dos Ilheus, 1586	27
Figura 6 – Mapa da Comarca de Porto Seguro e dos Ilheus	29
Figura 7 – Família de um chefe Camacan se preparando para a festa	37
Figura 8 – Índios Pataxós da Bahia	43
Figura 9 – Gupo Pataxó Hãhãhãe na antiga Fazenda São Lucas na década de 1980	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das primeiras povoações da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus	48
Quadro 2 – Sintagma Toponímico (Período de Fundação) X Sintagma Toponímico (No Final do séc. XIX)	55
Quadro 3 – Exemplo da ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004)	71
Quadro 4 – Taxeonomias de natureza física (Dick, 1990)	72
Quadro 5 – Taxeonomias de natureza antropocultural (Dick, 1990)	73
Quadro 6 – Termos que compõem o sintagma toponímico	74
Quadro 7 – Formação do sintagma toponímico proposta por Dick (1990)	75
Quadro 8 – Municípios cuja denominação é atribuída a uma origem ameríndia	79
Quadro 9 – Relação das fichas lexicográfico-toponímicas	80
Quadro 10 – Topônimos de natureza semântica física	100
Quadro 11 – Topônimos de natureza semântica antropocultural	100
Quadro 12 – Cruzamento das taxeonomias com a origem e a formação lexical dos Topônimos	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição quantitativa da motivação semântica dos topônimos analisados	103
Gráfico 2 – Distribuição percentual da motivação semântica dos topônimos analisados	104
Gráfico 3 – Distribuição quantitativa das taxonomias encontradas nos topônimos de natureza Física	105
Gráfico 4 – Distribuição quantitativa das taxonomias encontradas nos topônimos de natureza Antropocultural	107
Gráfico 5 – Distribuição percentual das taxonomias dos topônimos analisados	108

LISTA DE ABREVIATURAS

Adj _{sing}	Adjetivo singular
AG	Acidente geográfico
AH	Acidente humano
Av.	Avenida
B.	Bairro
F	Feminino
Faz.	Fazenda
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LVT	Livro Velho do Tombo
M	Masculino
N/T	Não tem
Pça.	Praça
R.	Rua
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
S _{sing}	Substantivo singular
TC _{fem}	Termo composto feminino
TC _{mas}	Termo composto masculino
TS _{fem}	Termo simples feminino
TS _{mas}	Termo simples masculino
Tv.	Travessa
V	Verbo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	SÃO JORGE DOS ILHEUS: DA CAPITANIA AO MUNICÍPIO	20
2.1	A CAPITANIA HEREDITÁRIA DE SÃO JORGE DOS ILHEUS	24
2.2.1	A cidade de Ilheus – “A Princesinha do Sul”	30
2.2.2	Panorama sóciopolítico da região alvo	33
2.2	O ÍNDIO NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO	36
2.2.1	Os índios na região alvo	39
2.2.2	Aspectos contemporâneos dos povos indígenas na região	43
3	CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL	47
3.1	CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS	47
3.2	AS LÍNGUAS INDÍGENAS E O CONTATO COM A LÍNGUA PORTUGUESA	51
3.3	AS LÍNGUAS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	57
3.3.1	O papel do tupi na formação dos topônimos do português brasileiro	64
4	OS TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA NO SUL DA BAHIA	68
4.1	A METODOLOGIA APLICADA: O ESTUDO DE CASO	68
4.2	<i>CORPUS SELECIONADO</i>	77
4.2.1	As denominações toponímicas dos municípios alvos	77
4.2.2	Taxeonomia toponímica nos municípios alvos	80
4.2.2.2	Relação das fichas lexicográfico-toponímicas	80
4.3	DENOMINAÇÕES DOS MUNICÍPIOS E CLASSIFICAÇÃO DOS TOPÔNIMOS: RESULTADOS	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu de um questionamento feito pelo professor Mestre Rui do Carmo Póvoas durante a aula da disciplina *Língua Portuguesa VI* no curso de Letras na FESPI (atual UESC), no final da década 80 do século XX. Em 2007, esse questionamento se tornou um estudo realizado no Curso de Especialização em *Teoria e Método do Ensino de Língua Portuguesa* na UESB, especificamente no desenvolvimento das atividades da disciplina *Léxico e Vocabulário* ministrada pelo professor Dr. Lucas Santos Campos que no início das aulas solicitou a construção de um artigo que atendesse os objetivos da disciplina. O artigo foi apresentado em Sessão de Comunicação Coordenadas no evento regional intitulado: *História em Debate: Fórum Permanente de Debates sobre Trabalho, Cultura e Poder*, promovido pelo Departamento de História da UESB (2007.2), e, depois, foi ampliado e transformado em monografia de conclusão do curso (2008) e anteprojeto de mestrado para UFBA.

Como se sabe, nomear os locais no qual se vive é uma necessidade do homem que precisa de tais nomeações para se orientar, entender o mundo e seu lugar nele. Desse modo, dentro de uma infinidade de possibilidades, o ser humano escolhe, levado por uma motivação, alguns nomes em detrimento de outros.

Sabe-se que muito pode ser descoberto e analisado a partir do estudo dos nomes de pessoas (antroponímia) e dos nomes de lugares (toponímia). Aspectos sociais, culturais, históricos podem ser resgatados, como também, a identidade cultural de um povo ou de uma comunidade pode ser traduzida mediante um estudo minucioso sobre as origens dos nomes dos lugares que os abriga. Assim sendo, expõe Dick (1990),

A toponímia, principalmente, serve-se dessa circunstância de base, equivalente ou próxima a um substrato vocabular, para aí deitar suas raízes, aproveitando do material lingüístico que mais se adéqüe à configuração dos conceitos que deve transmitir. Uma nomenclatura local ou uma cadeia onomástica que interage com vários segmentos culturais, num aparato semiótico de relações e procedências diversas, constitui, realmente, uma base de pesquisa lingüística altamente produtiva (DICK, 1990, p. 121).

Entre os vários temas que aqui poderiam ter sido abordado, foi escolhido a Toponímia (parte da Onomástica que investiga o estudo das denominações de lugares através da análise da motivação de natureza semântica desses nomes próprios). Tal escolha foi baseada na importância de se conhecer a origem dos nomes de lugares (os topônimos) que de alguma

forma abrigaram os povos que os antecederam. Saber a origem dos topônimos é uma maneira de resgatar a identidade cultural de um povo ou de uma comunidade.

Neste sentido, Carvalhinhos (2005) esclarece,

o pesquisador elege uma determinada área geográfica da qual se depreendem possíveis camadas linguísticas e as motivações denominativas (DICK, 1980), configurando dentro do território físico um mapeamento dos motivos semânticos dos nomes de lugar (as taxionomias toponímicas), além de poder obter vários outros dados importantes – idade e etnia dos topônimos; preservação de formas arcaicas de língua; preservação de fatos sociais desaparecidos. Por outro lado, também existe a possibilidade de calcar o estudo toponímico em uma única taxa que se apresente dentro do recorte geográfico, verificando, a fundo, determinados fatores ambientais (taxionomias de natureza física) ou culturais (taxionomias de natureza humana) presentes nesse espaço geográfico determinado (CARVALHINHOS, 2005, p. 292).

Esse foi o pensamento que norteou a escolha do tema deste trabalho: *Topônimos no Sul da Bahia: nomeações dos municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus (1950 a 1960)*. A hipótese levantada foi a de que, apesar de ainda hoje existirem aldeias indígenas na região, a motivação para a adoção e/ou manutenção dos topônimos designativos dos municípios emancipados entre as décadas de 50 a 60 do século XX, na região onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, pode não ter partido totalmente dos povos indígenas, mas da influência governamental. Uma vez que, para Carvalhinhos (2005):

O texto toponímico, como qualquer texto-objeto, pertence a um universo de discurso, estando sujeito a suas normas. O espaço não é real, é um espaço manipulado pelo homem, filtrado por seus modelos culturais. O topônimo pode ser visto, então, como discurso manifestado de um destinador coletivo, o denominador – que, enquanto ator, pode ser um indivíduo que representa politicamente uma comunidade; pode ser um grupo de habitantes do espaço em questão ou ainda um denominador anônimo, perdido no tempo (CARVALHINHOS, 2005, p. 72).

Assim, segundo informações de Carvalhinhos (2005):

Dick sentiu a necessidade de incorporar a moderna lingüística aos estudos tradicionais de Toponímia, objetivando, assim, ampliar o alcance da mesma e enfatizar o seu caráter pluridisciplinar. Em seus estudos, a partir de 1990, o uso conjunto de outras subáreas da lingüística, como a lexicologia e a semiótica, permitiu perceber a importância da investigação toponímica sob um novo ângulo: o da recuperação/resgate ideológico (CARVALHINHOS, 2005, p. 68).

Dessa forma, o signo lingüístico se constitui como ponto de partida para as pesquisas que, se antes, se definiam só como lingüísticas, desligadas da sociedade e da cultura, hoje se inscrevem, também, nos campos da Geografia, da Antropologia, da Sociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, buscar a compreensão da própria mentalidade do

denominador, não só como item separado, mas como projeção de seu grupo social (SILVA; ISQUERDO, 2010, p.50).

Vale ressaltar que o signo toponímico é um signo linguístico motivado principalmente pelas características físicas do local ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador. Acrescenta Andrade (2009),

Além de diferir dos demais signos, no que se refere à motivação, tem particularidade específica também quanto à função. O signo linguístico se reserva à arbitrariedade; o signo toponímico, à motivação. O que os diferencia é a função significativa quando a toponímia os transforma em seu objeto de estudo. O signo, na toponímia, é direcionado pela função onomástica, identificar nomes, caracterizada pela motivação. Deve, portanto, ser encarada sob dois ângulos: a função do denominador (razões que fazem com que o falante escolha e/ou selecione um signo toponomástico, dentro de um eixo paradigmático) e a natureza do produto dessa escolha: a própria origem semântica da denominação, de modo transparente ou opaco. Todo trabalho toponímico constitui um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* e da cosmovisão das comunidades linguísticas que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. Nesse momento, são exteriorizados e evidenciados aspectos sociais, religiosos, antropoculturais, organização política e linguística de um determinado grupo (ANDRADE, 2009, 3732).

Desse modo, este estudo tem como objetivo amplo levantar o léxico toponímico de origem indígena que designa os municípios baianos oriundos da região onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus, emancipados entre as décadas de 50 a 60 do século XX, a fim de melhor compreender a cultura dos povos que habitaram e habitam ainda hoje a área investigada.

Tem como objetivos específicos (i) apresentar um panorama do contexto sócio-histórico-político e cultural da região onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus até aquele momento; (ii) examinar os conceitos gerais da ciência da linguagem no tocante à linguística histórica e a onomástica, tendo em vista a análise de natureza toponímica; (iii) catalogar todos os possíveis topônimos de origem indígena do recorte regional selecionado em fichas lexicográfico-toponímicas, indicando a significação de cada topônimo e o levantamento histórico de cada denominação; (iv) classificar, de acordo com o modelo proposto por Dick (1990, p. 31-34), a natureza da motivação semântica dos topônimos em estudo; (v) levantar as possíveis influências de elementos extralinguísticos, que refletem as particularidades geográficas e sócio-histórico-culturais dos povos que habitaram a região.

O levantamento do *corpus* desta pesquisa tem como fonte básica os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2003, 2001, 2000), e as informações

levantadas sobre os topônimos designativos dos municípios alvos contidas na tese de doutoramento de Ramos (2008).

A coleta do *corpus* foi feita de acordo com as orientações metodológicas propostas por Dick (1992), uma vez que os dados deverão ser organizados e catalogados em fichas lexicográfico-toponímicas baseadas no modelo utilizado pelo Projeto ATESP – *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, sub área: *Toponímia Geral e do Brasil*.

A taxonomia¹ desenvolvida por Dick (1992) serviu como fundamento teórico-metodológico com o intuito de fazer a devida classificação das taxonomias toponímicas, de acordo com o modelo elaborado para a realidade brasileira pela renomada toponimicista, a fim de se estabelecerem as motivações semânticas vinculadas aos aspectos de natureza física ou de natureza antropocultural de uma sociedade.

Este estudo é organizado em quatro seções, de forma a sistematizar o conteúdo e orientar a progressão das reflexões. Na primeira seção intitulada *São Jorge dos Ilhéus: da Capitania ao Município* apresenta-se uma abordagem panorâmica do contexto sócio-histórico-político e cultural da região onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus. Aqui a língua é considerada como um fato social e, por isso, está diretamente ligada ao meio em que é utilizada. Dessa maneira, acredita-se que quanto mais se conhecerem os aspectos extralinguísticos ou socioculturais do ambiente (tais como: a flora, a fauna, a hidrografia, a características do solo; homenagens a etnias indígenas, a pessoas, a lugar sagrado e indicativo de caminho a ser percorrido) em que os fatos linguísticos ocorrem, melhores condições se terá para identificar as motivações toponímicas de natureza semântica dos topônimos de origem nas línguas indígenas usados como designativos nos municípios da região na sincronia em questão.

Na segunda seção denominada *Contato entre as línguas na formação do português do Brasil*, discutem-se os pressupostos teóricos que orientam a pesquisa. Inicialmente, faz-se a abordagem sobre os *aspectos sócio-históricos* na constituição da língua portuguesa do Brasil; a seguir, enfocam-se as *línguas indígenas e o contato com a língua portuguesa*; posteriormente, aborda-se o papel das *línguas indígenas na formação do português brasileiro* e, por fim, o *a influência do tupi na formação dos topônimos do português brasileiro*, tendo em vista a análise da natureza das motivações toponímicas.

¹ A ortografia da palavra *taxeonomia* apresenta outras variantes gráficas (*taxionomia*, *taxonomia*) muito utilizada nos textos acadêmicos. No entanto, neste estudo, optou-se em grafar *taxeonomia* porque é esta grafia que aparece no texto de Dick (1987).

A terceira seção, denominada *Os topônimos de origem indígena no sul da Bahia* contem três subseções: na primeira, denominada *a metodologia aplicada: o estudo de caso*, descreve-se a metodologia utilizada nas várias etapas da pesquisa. Destaca-se como base teórico-metodológica o modelo proposto por Dick (1990, 1992, 1999). Na segunda subseção, intitulada *Corpus selecionado*, são contempladas informações sobre os procedimentos relativos à coleta de dados, as fichas lexicográfico-toponímicas. Na subseção intitulada *Denominações dos municípios e classificação dos topônimos: resultados*, os dados descritos anteriores são analisados de acordo com os aspectos: da motivação toponímica, da origem do topônimo, da estrutura formadora do sintagma toponímico e das tendências na definição da adoção e/ou manutenção dos topônimos designativos dos municípios da região alvo em estudo. Far-se-á também a análise da motivação semântica na ordem das categorias de maior frequência para a menor frequência. Utilizam-se para tanto, de gráficos quantitativos que retomam e reforçam os dados da pesquisa. Enfim, aqui se faz uma pequena exposição panorâmica da toponímia da Bahia.

Por fim, na quarta e última seção do trabalho, *Considerações Finais*, retomam-se as conclusões decorrentes das análises feitas, ao mesmo tempo em que se comprova a validade da pesquisa toponímica para um estudo linguístico-cultural: os topônimos mais que designativos de lugares são o suporte linguístico em que se vê refletida a história de um povo, veículo que transmite informação e ideologia e, sobretudo, que a motivação toponímica envolve uma complexa interação de fatores, sejam eles do ponto de vista do denominador ou do ambiente em que se encontra.

Espera-se que este estudo possa representar uma contribuição para o resgate da identidade cultural das comunidades dos municípios baianos oriundos da região onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus e, conseqüentemente, do povo brasileiro. Como também, despertar o interesse de novos toponimicistas em colaborar com o aprimoramento dos estudos já realizados e o desenvolvimento de novas investigações na área da Toponímia, em especial, no Estado da Bahia. Além de contribuir para elaboração e produção do *Atlas Toponímico dos Municípios Baianos – ATMBA*.

2 SÃO JORGE DOS ILHEUS: DA CAPITANIA AO MUNICÍPIO

O sistema que o rei adotou em 1534 foi o da divisão do litoral entre o rio Amazonas e São Vicente em doze² capitanias hereditárias de extensão limitada, no sentido da latitude, variando entre trinta e cem léguas, mas de extensão indefinida para o interior. As quatro capitanias setentrionais situadas entre Paraíba do Norte e o Amazonas, não foram ocupadas durante o século XVI, ainda que os donatários, a quem haviam sido distribuídas tivessem tentado, em vão, fazê-lo. Das oito restantes, apenas Pernambuco, no Nordeste, e São Vicente, na extremidade setentrional, conseguiram vencer os "problemas de denteição" dos primeiros tempos, e tornaram-se centros de crescimento populacional e econômico relativamente importantes. As demais, ou foram abandonadas em consequências de ataques indígenas ou vegetaram numa obscuridade total, com pequeno número de colonos que mantinham uma posição precária em locais isolados da faixa litorânea (BOXER, 2002, p. 100).

Portugal pouco se interessou pelas terras americanas nos primeiros trinta anos após o descobrimento. Conforme Tavares (2001, p. 80), limitou-se a manter o monopólio sobre o pau-brasil e enviou expedições para proteger o território da ação dos corsários, sobretudo franceses, que também se interessavam pela madeira.

Assim, de acordo com Campos (2006, p. 17-18), após um período de colapso do comércio português no Oriente, o insucesso das expedições guarda-costas de Cristóvão Jacques, como também o avanço do tráfico de pau-brasil e outros gêneros por piratas estrangeiros no litoral brasileiro, a Coroa portuguesa decidiu promover o início do processo de colonização do território brasileiro.

Segundo Risério (2004, p. 73), logo depois da expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532), Dom João III doou, por iniciativa de Dom António de Ataíde, entre 1534 e 1536, quinze capitanias na costa do Brasil, com objetivo de incentivar a povoação da terra. Uma vez que, conforme Abreu (1998), quando a colônia foi dividida em capitanias hereditárias, suas terras eram quase totalmente desconhecidas. Havia somente algumas feitorias e três povoados (as Vilas de São Vicente, de Santos e de Piratininga, todas na região correspondente ao atual Estado de São Paulo) organizadas pelos portugueses (ABREU, 1998, p. 53).

Ainda segundo Abreu (1998):

Os esforços para ocupá-las mangraram; o povoamento fez-se mais tarde, com gente nascida ou estabelecida em outros pontos do Brasil: representam uma formação secundária na história pátria. Convém também apartar as duzentas e trinta léguas demarcadas entre o extremo da capitania de Ilheus na baía de Todos os Santos e o rio Curupacé, e mais quarenta léguas de Cananéia para a terra de Santana. Aqui houve logo tentativa de povoamento: ainda hoje existem vilas fundadas na quarta década do século XVI, mas os colonos tiveram pela frente a mata virgem, os rios

² É bom esclarecer que inicialmente o Brasil foi dividido em 15 capitanias, as quais foram distribuídas entre 12 donatários beneficiados (alguns receberam mais de uma faixa), conforme atestam Abreu (1998, p. 50), Azevedo; Lacerda (1997, p. 81) e Campos (2006, p. 20).

encachoeirados, as serranias ínvias, não souberam vencê-los e só impulsionaram a história do Brasil quando os venceram. A primeira vitória decisiva foi ganha no Rio de Janeiro, já no século XVIII, com o auxílio dos paulistas; desde então o Rio figura como fator cada vez mais importante. Outros pontos, como Vitória, Porto Seguro, Ilheus, esperaram ou estão esperando as vias férreas (ABREU, 1998, p. 51 e 52).

As capitanias foram uma maneira de gerenciar o territorial do império lusitano uma vez que a Coroa, com recursos escassos, delegou a empreitada de colonizar e explorar determinadas áreas a particulares, através da doação de lotes de terra, sistema utilizado no início com êxito na exploração das ilhas situadas no atlântico. No Brasil, este sistema ficou conhecido como Capitanias Hereditárias, tendo vigorado, sob várias formas, durante o período colonial, do início do século XVI até ao século XVIII, quando o sistema de hereditariedade foi extinto pelo Marquês de Pombal, em 1759 (VAINFAS et al, 2000, p.92 e 94).

A divisão da América portuguesa em capitanias está registrada no *Roteiro de Todos os Sinais*, um mapa compreendendo desde o rio Amazonas até a Terra do Fogo: trata-se de um roteiro anônimo e supõe-se datar de 1586 (ROTEIRO, 1965, p. 312).

Figura 1: Mapa com divisão da América portuguesa em capitanias.



Fonte: (ROTEIRO, 1965, p. 312).

Os doze beneficiários eram pessoas da pequena nobreza de Portugal (alguns receberam mais de uma faixa), dos quais sete haviam se destacado nas campanhas da África e na Índia, quatro eram altos funcionários da corte e um deles era capitão de confiança de Martim Afonso de Sousa. De acordo com Boxer:

Em sua maioria, não possuíam recursos que lhes permitissem fazer progredir as terras, apesar dos enormes privilégios jurídicos e fiscais que a Coroa lhes concedera. Esses privilégios incluíam o direito de fundar cidades e de lhes atribuir direitos municipais; o direito da pena capital para escravos, pagãos e cristãos livres das classes mais baixas; o direito de cobrar impostos locais, exceto no que se referia a mercadorias (como o pau-brasil) que constituíam em monopólio da Coroa; o direito de autorizar construções, como de engenhos de açúcar, e de receber dízimas sobre determinados produtos, entre os quais o açúcar e o peixe (BOXER, 2002, p. 100).

Dentro das capitanias o donatário constituía-se na autoridade máxima, além de ter, com recursos próprios, o compromisso de desenvolvê-la, apesar de não ser o seu proprietário. Conforme estabeleciam os dois documentos que fundamentavam o vínculo jurídico entre o rei de Portugal e cada donatário, como sinalizam Vainfas et al (2000):

Na carta de doação estavam regulados os privilégios, regalias e deveres do donatário. Seu poder, ainda discricionário no âmbito do governo e da justiça, não se opunha às liberdades dos colonos, cujos direitos e interesses não podiam ser lesados. A carta de doação era editada juntamente com o *foral*³, texto que estipulava precisamente todos os direitos e deveres dos colonos, tanto em relação ao capitão-donatário quanto à Coroa. Um certo número de léguas de terras, com a respectiva jurisdição civil e criminal (VAINFAS et al, 2000, p. 93).

Apesar de todas as dificuldades, de acordo com Vainfas et al (2000, p. 93), entre as quinze⁴ capitanias, quatro alcançaram relativa prosperidade no início do processo de colonização das terras brasileiras (as Capitanias: de Pernambuco, de Porto Seguro, de Ilheus e a de São Vicente). Todas as outras fracassaram.

As dificuldades, conforme afirmam Azevedo e Lacerda (1997, p. 81), eram maiores do que os donatários podiam avaliar. Muitos donatários nem chegaram a tomar posse das suas terras. Entre as causas para tal, relacionam-se, como assinalam Azevedo e Lacerda (1997, p. 81):

- a dificuldade de adaptação às condições climáticas e a um tipo de vida diferente do existente na Europa;
- o alto custo do investimento, que não trazia um retorno imediato;

³ O foral ou carta de foral, espécie de “carta de privilégios”, era um diploma concedido pelo rei a lugar específico, contendo normas disciplinadoras das relações entre o soberano e os moradores. Com o tempo, as cartas de foral se transformaram em meros registros dos tributos devidos pelo município (BOTELHO; REIS, 2001, p. 79).

⁴ Foram doadas em 1534, as capitanias de Pernambuco, a Duarte da Costa; de Porto Seguro, a Pero do Campo Tourinho; a da Bahia de Todos os Santos, a Francisco Pereira Coutinho; a do Espírito Santo, a Vasco Fernandes Coutinho; as de Itamaracá, de Santana e de Santo Amaro, a Pero Lopes de Sousa; a de São Vicente (1º e 2º quinhões), a Martins Afonso de Souza. No ano seguinte, foram doados dois lotes de terras no Maranhão, o primeiro a João de Barros e Aires da Cunha e o segundo a Fernão Álvares de Andrade, além da capitania de Ilheus, a Jorge de Figueiredo Correia, e a de Rio Grande, a João de Barros e Aires da Cunha. A capitania do Ceará foi cedida a Antônio Cardoso de Barros (VAINFAS et al, 2000, p. 93).

- a falta de recursos humanos, por parte dos donatários, para desenvolver as sesmarias;
- os ataques das tribos indígenas e de corsários estrangeiros, assim como as disputas internas e dificuldade na aplicação da Justiça;
- a falta de comunicação e de articulação entre as diversas capitanias pelas enormes distâncias entre si, e entre elas e a metrópole;
- a ausência de uma autoridade central que amparasse no local as capitanias, referente à economia, justiça e segurança;
- a falsa ideia de que os índios praticavam o canibalismo (antropofagia).

Apesar de tudo, o sistema de capitanias cumpriu sua finalidade ao preservar a posse da terra para o império português, difundindo os alicerces da colonização, fundamentados no tripé composto pela grande propriedade rural, pela monocultura de um produto de larga aceitação no continente europeu (a cana de açúcar) e pelo trabalho escravo.

Em meados do século XVI, ao perceber a dificuldade e os riscos ao projeto colonizador, a Coroa portuguesa, em 1548, nomeou um governador-geral para toda a colônia e centralizou o governo do Brasil em uma sede, para isso enviou ao Brasil, em 1549, o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa: “Os Governos Gerais, criados a partir de 1548, não visavam extinguir os sistemas das capitanias e sim reduzir ou mesmo sanar as dificuldades sempre proclamadas pelos donatários” (AZEVEDO; LACERDA, 1997, p. 81).

Segundo Azevedo e Lacerda (1997, p. 82), “coube ao Marquês de Pombal resgatar para a monarquia portuguesa, em meados do século XVIII, as onze capitanias existentes”. Conforme Vainfas et al (2000):

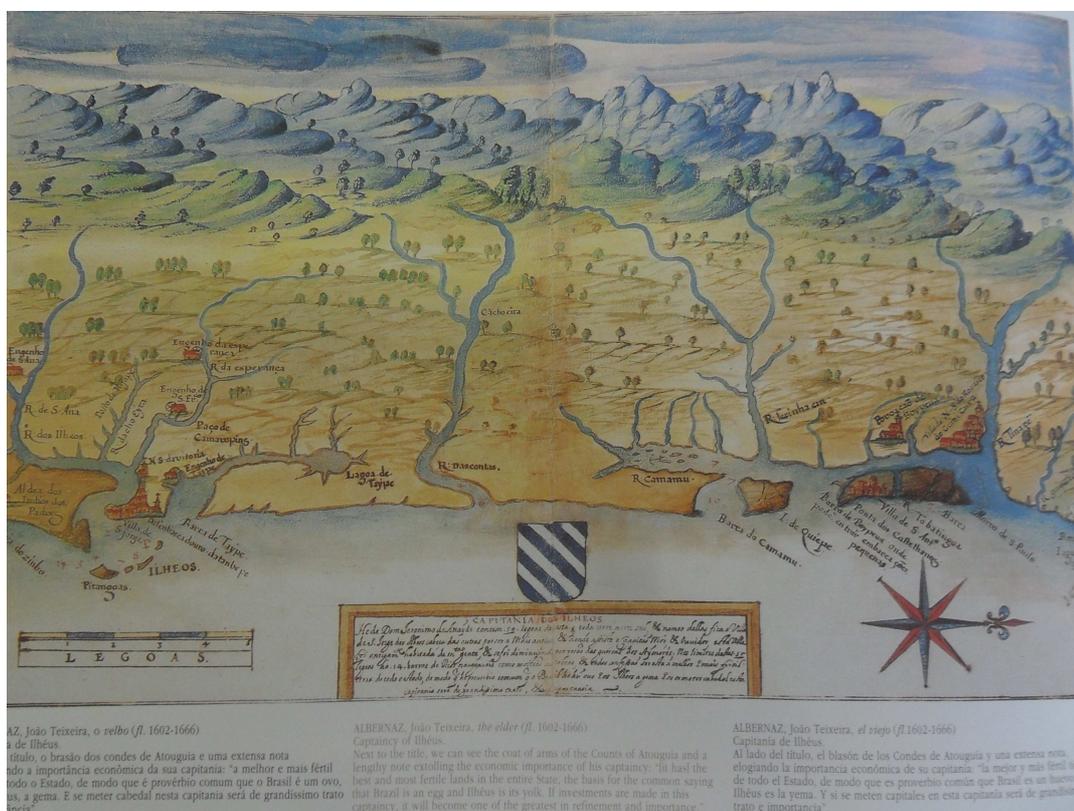
A administração pombalina (1750-77) extinguiu definitivamente o sistema de capitanias hereditárias, em 1759, concluindo processo que vinha de longe. A de Pernambuco fora incorporada pela Coroa desde 1654, bem como a de São Vicente, comprada em 1709, o mesmo ocorrendo com as demais capitanias: Espírito Santo (1718), Cameté e Cumá (1752), Marajó (1754), Caitê (1753), Ilheus (1754), Porto Seguro (1757), Itaparica, Itamaracá Paraguaçu e Paraíba do Sul (VAINFAS et al, 2000, p. 94).

Acredita-se que, com esses dados panorâmicos sobre o início do processo de colonização do território brasileiro, seja possível contextualizar a temática que será desenvolvida na subseção seguinte.

2.1 A CAPITANIA HEREDITÁRIA DE SÃO JORGE DOS ILHEUS

Em 26 de junho de 1534, D. João III, Rei de Portugal, assinou a Carta de Doação da Capitania de São Jorge dos Ilheus ao Escrivão da Fazenda Real Jorge de Figueiredo Correia, medindo dita capitania “cinquenta léguas de terra da costa do Brasil, e que começarão na ponta da Baía de Todos os Santos da banda sul e correrão ao longo da costa para o sul quanto couber nas cinquenta léguas, as quais cinquenta léguas se estenderão, e será de largo ao longo da costa, e estenderão, na mesma largura, pelo sertão, e terra firme adentro, quanto poder entrar, e for de minha conquista, com todas as ilhas, que houver até dez léguas ao mar na fronteira e demarcação das ditas cinquenta léguas, da qual terra pela sobredita demarcação lhe assim faço doação, e mercê de jura e herdade para todo sempre como dito é, e quero e me apraz que o dito Jorge Figueiredo Correia e todos seus herdeiros que a dita terra herdarem e sucederem se possam chamar Capitães e Governadores dela” (PIRES, 2001, p. 11).

Figura 2: Mapa da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus.



Fonte: Adonias e Furrer (1993, p. 196).

A ocupação da região é anterior à colonização do território brasileiro pelos portugueses, quando os índios das tribos Tupiniquins e Aimorés viviam na costa do sul da Bahia. Os Tupiniquins viviam da agricultura de subsistência e da coleta de frutos, enquanto os Aimorés, por serem nômades, alimentavam-se de caça e de pesca. De acordo com Santos (2008, p. 1), quando os portugueses chegaram ao Brasil, os índios Tupiniquins já realizavam o escambo do pau-brasil com os franceses. Esse foi um dos motivos que levou a coroa portuguesa a iniciar o povoamento do Brasil, com a implantação do sistema de capitanias hereditárias.

De acordo com Dias (2007, p. 9), a Capitania dos Ilheus foi uma das divisões da costa brasileira determinada pelo rei Dom João III como sistema de colonização do Brasil. Localizava-se entre a desembocadura do rio Jaguaripe, no trecho da costa entre Morro de São Paulo, próximo à ilha de Tinharé, ao norte; e a barra do rio Jequitinhonha, em Belmonte, ao sul; em sentido leste-oeste, o território correspondente à Capitania começa em Ilheus e vai até a região de Brasília. O mapa, a seguir, mostra a dimensão e a localização da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, como também a área do atual município de Ilheus.

Figura 3: Mapa da antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus com a localização da área do atual município de Ilheus.



Fonte: Disponível em: <<http://www.blogdogusmao.com.br/v1/tag/capitania-de-sao-jorge-dos-ilheus/>> Acesso em 20 fev. 2011.

Segundo Campos (2006), a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus possuía:

Magníficas as terras que couberam a Jorge de Figueiredo Correia. Vestidas de portentosas florestas, muito ricas de madeiras preciosas para toda sorte de obras. Terreno montuoso, fartamente chovido, fartamente regado de cursos fluviais, caudalosos e perenes. Cortam-no os mais importantes rios baianos que fluem diretamente no Oceano Atlântico, à parte o São Francisco. Clima propício, águas copiosamente abastadas de saboroso pescado. Mangues profusamente habitados por mariscos. “Terra fértil, amena, regadia, capaz de grandes canaviaes, de páus preciosos, brasis, jacarandás e saçafrás”, proclamaria mais tarde Simão de Vasconcelos. O gentio que povoava a região, os tupiniquins, ramo da grande nação tupi, era dócil e bom (CAMPOS, 2006, p. 26).

O donatário da Capitania de São Jorge dos Ilheus preferiu o luxo da corte, enviando em seu lugar o espanhol Francisco Romero para representá-lo na administração da Capitania, em

seu nome povoá-la e explorá-la com os títulos e poderes de loco-tenente e ouvidor (CAMPOS, 2006, p. 31).

Quando chegou ao Brasil, Francisco Romero primeiro se instalou na ilha de Tinharé, onde fica o Morro de São Paulo, e logo depois, após a descoberta do que seria mais tarde a baía do Pontal, motivado pela beleza do lugar, transferiu-se à sede da Capitania para o novo povoamento fundado no morro situado na entrada da Barra, dando assim o nome de São Jorge dos Ilhéus, em homenagem ao donatário Jorge e Ilheus, devido à quantidade de ilhas que encontrou no seu litoral. São Jorge dos Ilheus era, então, uma pequena povoação de casas de taipa cobertas de palha que não diferia muito das aldeias dos índios Tupiniquins.

Figura 4: Vista da Vila e do Porto de São Jorge dos Ilheus.



Fonte: Adonias; Furrer (1993, p. 145).

De acordo com Campos (2006):

Dias (2007, p. 54) sinaliza, em sua tese de doutoramento, que a ação de ocupação da Capitania partiu de dois pontos distintos: ao sul, a vila de São Jorge dos Ilheus e, ao norte, num primeiro momento, a ilha de Tinharé e, logo depois, a região de Camamu, de onde os primeiros habitantes, com destaque para os jesuítas, saíram para ocupar a ilha de Boipeba, ainda no século XVI. A pacificação dos Aimorés permitiu o avanço da ocupação e o estabelecimento das primeiras vilas ao norte da Capitania nos primeiros anos do século XVII.

De acordo com Campos (2006, p. 38), em todas as partes da colônia foram travadas lutas entre os europeus e os povos indígenas. Mas, na capitania de São Jorge dos Ilheus, “tais lutas não tiveram o acirramento e a diuturnidade que se verificaram em outras capitanias, a tal ponto de lhes impedir a colonização”. Ainda, segundo Campos (2006):

Que estes brasis, após haverem guerreado os primeiros colonos com os quais se acamaradaram, sem violarem jamais as suas relações amistosas, até que, sob a pressão dos tupinambás e dos aimorés, largaram a região que habitavam para se acolher sob a proteção dos jesuítas, assevera Alberto Lamego (CAMPOS, 2006, p. 39).

Entretanto, o insucesso dos engenhos não significou a falência e a estagnação completa da Capitania, assim como indica a historiografia, pois, conforme aponta Dias (2007, p. 38), novas alternativas econômicas, como a exploração das madeiras de lei, e “sobretudo, da agricultura de abastecimento, permitiram a consolidação da ocupação ao longo de toda costa da Capitania e a sua colocação em um lugar estratégico para o funcionamento do sistema colonial”.

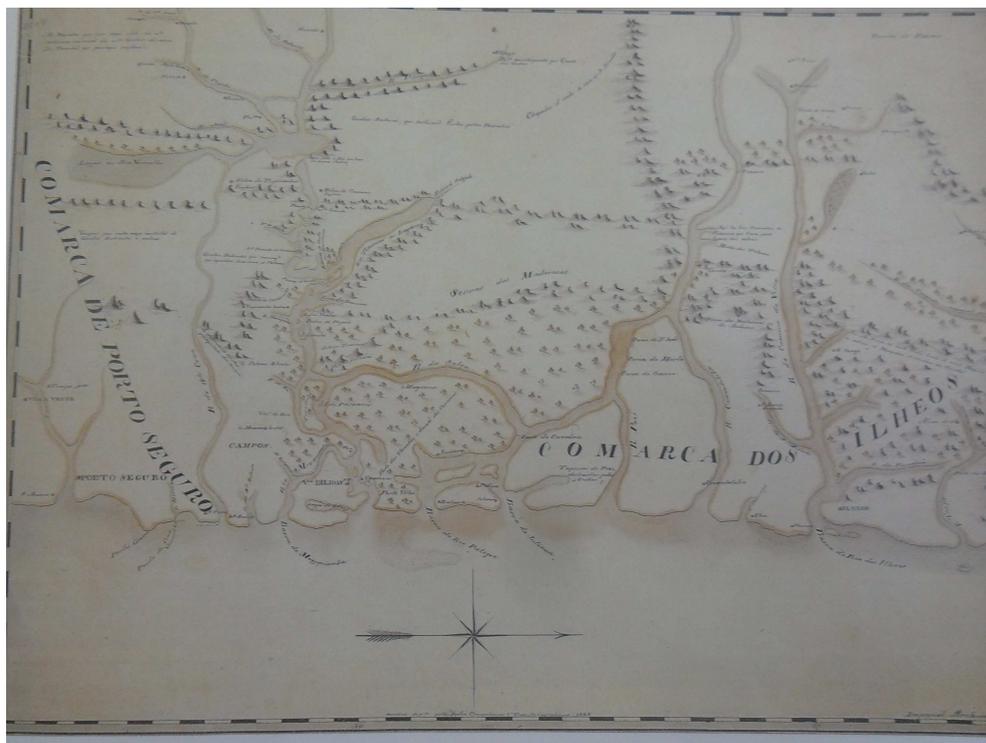
Ilheus tinha tudo para se desenvolver, porque não tinha problemas de dinheiro, nem de colonos, e nem mesmo com os índios, que chegaram até a auxiliar os colonos nos serviços das roças e tornaram-se importantes elementos da defesa da Colônia. O donatário incentivava o comércio de abastados senhores da corte com a Capitania, proporcionando seu progresso (HEINE. 1995, p. 2).

Na Capitania, segundo Dias (2007, p. 57), se formou, com a decadência da lavoura canavieira, uma zona de pequenos produtores de cultura de subsistência, especialmente de farinha de mandioca cuja importância para a administração colonial cresceu significativamente em decorrência de dois fatores: o crescimento demográfico do Recôncavo e o fluxo e a estadia de tropas imperiais na capital, no contexto das invasões holandesas.

Por outro lado, os jesuítas promoveram o aldeamento do território da Capitania e garantiram a proteção às populações autóctones perseguidas, limitando o acesso dos colonos à mão-de-obra indígena. De acordo com Dias (2007, p. 189), eles arrendaram boa parte das terras da Capitania, desde o início do século XVII, concorrendo para a configuração na região

de uma classe de pequenos produtores, pequenos proprietários de escravos, foreiros e produtores de farinha de mandioca. A seguir, tem-se um mapa com a representação dos caminhos e fazendas e informações sobre a localização dos indígenas na Comarca de Ilheus.

Figura 6: Mapa da Comarca de Porto Seguro e dos Ilheus.



Fonte: Adonias; Furrer (1993, p. 207).

Apesar de a historiografia indicar o contrário, de acordo com Dias (2007, p. 182), são muitos os exemplos que evidenciam o importante papel da inclusão das populações indígenas aldeadas em atividade econômica na Capitania de São Jorge dos Ilheus. Eles desenvolviam dentro dos seus aldeamentos uma produção voltada para o mercado interno com a finalidade de atender uma demanda de artigo cujo preparo requeria não apenas a força bruta, mas todo o aparato de conhecimento sobre as matas e os usos possíveis de diversas espécies de vegetais.

Esta população constituiu-se, ao longo do período colonial, na principal força de trabalho voltada para a atividade como a extração e a condução de madeiras de lei, a extração e o beneficiamento de fibras vegetais utilizadas na construção naval e o artesanato de contas de rosários, redes de pesca e de dormir, etc., produtos estes que encontravam mercado na própria região e, excepcionalmente, até mesmo no além mar (DIAS, 2007, p. 182).

Durante o século XVII, com o fim do sistema de Capitânicas Hereditárias, o território da Capitania de São Jorge dos Ilheus foi incorporado, juntamente com área da Capitania de Porto

Seguro, à Capitania da Bahia de Todos os Santos, dando origem sucessivamente à Província e ao Estado da Bahia (HEINE. 1995, p. 4).

Nos fins do século XVIII, já existiam as vilas de Cairu, Boipeba, Camamu, Nossa Senhora da Escada de Olivença, Rio de Contas, Nossa Senhora das Candeias de Barcelos e Santo André (Nova Santarém). Datado de 1802, longo relatório do ouvidor Balthazar da Silva Lisboa descreve o largo domínio de terras que os padres da Companhia de Jesus reuniram à herança recebida de Mem de Sá – terras sesmeiras que se estendiam do litoral (Boipeba, Camamu e Itacaré) até Jequié –, formando o latifúndio que ele considerou responsável pelo atraso da antiga capitania dos Ilheus, reduzida naquela época a “matas vizinhas a uma costa procelosa” (TAVARES, 2001, p. 95).

No final do século XVIII, em toda costa da Capitania – de norte a sul – fazia-se presente alguma espécie de atividade produtiva, como culturas de abastecimento e de exportação, extração e beneficiamento de madeira de construção e pau-brasil e a produção de artesanato, com embiras, estopas, cordames e piaçava pelos habitantes dos antigos aldeamentos. De forma direta ou indireta, todos os espaços produtivos tinham como seu centro irradiador a cidade de Salvador.

Assim, a riqueza e o desenvolvimento só chegaram à região após a introdução do cultivo da lavoura do cacau, plantado pela primeira vez em Canavieiras, na Fazenda Cubículo. Conforme Heine (1995, p. 5), o cacau foi trazido da Amazônia como planta exótica por volta de 1746 e somente a partir de 1830 é que o produto aparece como fonte de riqueza, na pauta de exportações da Bahia.

No final do século XIX, o governo brasileiro doou terras como incentivo para quem almejasse plantar cacau na região. Por isso, muitos correram para a localidade, como em busca do *El dorado*, na tentativa de melhorar de vida, chegando ao acúmulo de riquezas.

Para o sul da Bahia, nesse período, migraram alagoanos e sergipanos que constituíram apenas uma das correntes migratórias que chegaram à região e conforme aponta Ribeiro (2005, p. 35), “esta corrente interna também era composta por baianos do norte do Estado, e que a segunda corrente, de caráter externo, era composta por europeus e árabes, sendo que o fluxo mais importante foi constituído por libaneses, cristãos, maronitas e sírios.”

Entretanto, faltavam recursos para os primeiros homens que se aventuraram mato adentro para formar suas roças. Eles eram pessoas, na sua maioria, de origem humilde, que não possuíam educação formal e nem o refinamento social típico da elite açucareira do Recôncavo, representavam os novos ricos da sociedade baiana. O grupo era formado por descendentes de colonos europeus que haviam chegado nas primeiras décadas do século XIX e os mais prósperos imigrantes nordestinos, em sua maioria sergipanos, vindos a partir da

segunda metade do século XIX e fixados, principalmente, ao longo do rio Cachoeira (RIBEIRO, 2005, p. 109).

O cacau, a partir de 1890, tornou-se o principal produto de agro-exportação da Bahia e a cacauicultura baiana vivenciou seu período áureo. O Brasil ocupou o posto de maior produtor mundial até meados das décadas de 1920. Durante este período, o mercado internacional oferecia excelentes condições, o que propiciou uma ascensão substancial na pauta das exportações baianas, principalmente para os Estados Unidos, Alemanha, França, Argentina, dentre outros países (BARROS, 1995, p. 1).

Segundo Ribeiro (2005, p. 24), a agricultura da Capitania, desde os primeiros engenhos implantados durante o período colonial até o século XIX, estava baseada no plantio de cana-de-açúcar e de mandioca, destinada ao consumo interno e à exportação para Salvador. Apenas no final do século XVIII é que foram introduzidas novas culturas na região, entre as quais o cacau e o café, que foram os principais responsáveis pela gradativa transformação econômica e social ocorridas no cenário regional entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. “Período em que a população dos maiores municípios produtores – Ilheus e Itabuna – passou de pouco mais de sete mil habitantes para cento e cinquenta mil” (FALCÓN, 1995, p. 42).

2.1.1 A cidade de Ilheus – “A Princesinha do Sul”

O coronelismo desenvolvido em Ilheus, cidade central da região pela presença de seu porto, além de obter características singulares por basear seu poder na propriedade fundiária e na figura de diversos coronéis, foi o elemento mais significativo diante da construção identitária do sul da Bahia. Ele foi um dos princípios responsáveis pelo delineamento territorial. O casamento entre membros da própria família permitia a ampliação das propriedades agrícolas bem como a expansão do poder dos coroneis, principais agentes do progresso regional como procurou mostrar Falcón (1995). Outra prática utilizada para a ampliação do território foi observada por Ribeiro (2005, p. 92), conhecida como caxixe, incorporação ilícita de terras maquinadas através da justiça com a utilização da força (LIMA, 2007, p. 9).

A cidade de Ilheus está situada no sul do Estado da Bahia, fincada em uma região de mata atlântica preservada, na zona cacauífera, a 450 km ao sul da capital do Estado (Salvador). Atualmente a extensão territorial do município possui uma área de 1.840. 951 km². Os principais rios que banham a cidade são: o rio Cachoeira, o Almada, o Santana e o Fundão. A população de Ilheus está estimada em aproximadamente 187.315 habitantes, segundo fontes do IBGE (2012).

Historicamente, a fundação do município de São Jorge dos Ilheus está diretamente ligada à introdução do sistema de Capitania Hereditárias no Brasil durante o século XVI. Contudo, segundo Heine (1995), a vila de São Jorge dos Ilheus, somente em 28 de junho de 1881, foi elevada à categoria de cidade através de uma lei sancionada pelo Marquês de Paranaguá, presidente da Província da Bahia. A cidade foi transformada em bispado no ano de 1913 (HEINE, 1995, p. 4).

A população da região, em dez anos, cresce de forma explosiva. A plantação do cacau cresceu e se tornou a maior fonte de riqueza do lugar. Nessa ocasião, a prosperidade tomou conta da cidade de Ilheus, grandes prédios foram construídos e os coronéis erguiam belos palacetes, tais como: o Palácio de Paranaguá, que abriga até hoje a Prefeitura, e a sede da Associação Comercial de Ilheus; belas casas, como a do “coronel” Misael Tavares e a da família Berbert, uma cópia do Palácio do Catete no Rio de Janeiro, e muitos outros belos prédios (RIBEIRO, 2005, p. 95).

Na década de vinte do século passado, Ilheus fervilhava de pessoas, de dinheiro, de luxo e riqueza. Foi construído o prédio do Ilheus Hotel, o primeiro com elevador no interior do Nordeste ainda hoje é uma obra imponente; o Teatro Municipal que esteve em ruínas, mas que foi reformado e, atualmente, é considerado um dos mais bem aparelhados do interior do Nordeste e fora das capitais; e a Catedral de São Sebastião, majestosa construção em estilo neoclássico cujas obras começaram em 1931 e terminaram apenas em 1967 (SAUB, 2010, p. 3).

Em 1924, os cacauicultores iniciaram a construção do porto de Ilheus com recursos próprios, e a exportação do cacau começou a ser feita diretamente na cidade, trazendo com isso a presença de estrangeiros e um intercâmbio cultural com países da Europa. Nesse período, vinham dançarinas, mágicos, e também aventureiros para divertirem as pessoas que possuíam dinheiro.

O século XX foi marcado pelo apogeu da lavoura cacauieira, atraindo para Ilheus personalidades importantes do País e do Exterior. Essa fase da história é retratada na literatura do escritor Jorge Amado testemunho de todo o progresso de Ilheus na primeira metade do século. Por isso, atualmente, Ilheus também é conhecida como “a cidade romance do Brasil”, a “Terra da Gabriela” e o “Berço de Jorge Amado”. Ela também é considerada a “Capital da Costa do Cacau”, e denominada por seus moradores como a “Princesinha do Sul”.

Entre as sete cidades mais importantes da Bahia, Ilheus possui o terceiro maior PIB *per capita*, ultrapassando os sete mil reais, Ilheus abriga um Pólo de Informática, além de ser centro regional de serviços junto com Itabuna, conforme fontes do IBGE (2004-2008). Sedia

o Aeroporto Jorge Amado, que é portão de entrada para destinos muito procurados como: Barra Grande, Canavieiras, Itacaré, e a própria cidade de Ilheus.

Em 2011, foi protocolada no Assembléia Legislativa da Bahia uma proposta do deputado Coronel Gilberto Santana (do PTN) para a criação da Região Metropolitana do Cacau, que integraria vinte e um municípios da região. São eles: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilheus, Itabuna, Itajuípe, Itacaré, Itapé, Itaju do Colônia, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca (MERCADO DO CACAU, 2011, p. 1).

2.1.2 Panorama sóciopolítico da região alvo

A Região Litoral Sul da Bahia desenvolveu-se dentro da estrutura agroexportadora baseada na grande propriedade, caracterizada pelo sistema de sesmarias, utilizada pela coroa portuguesa durante o período Colonial até os Governos Gerais, quando predominava pelo interior do país os potentados locais, sobre a Égide das Assembleias Provinciais (ITAMARI, 2008, p. 1).

A interiorização da cultura do cacau na região ocorreu devido à necessidade de ampliação das áreas de cultivo. E com isso, o município de Ilheus articulou-se com outras localidades da região, estabelecendo a ligação com Itabuna, através de estrada de ferro; surgiu o polo Ilheus-Itabuna, importante pelo desenvolvimento demográfico e articulação político-administrativo regional. O porto de Ilheus e a penetração da ferrovia até Itabuna aceleraram o desenvolvimento desses centros urbanos, que, “em face da proximidade e da complementaridade de suas funções, formaram um bipólo líder do subsistema urbano mais bem estruturado do Estado na primeira metade do século XX” (SEI, 2003, p. 211).

O cacau, segundo Ribeiro (2005, p. 58), durante as primeiras décadas do século XX, era o principal produto de exportação da Bahia, responsável inclusive pela sustentação do orçamento do Estado. Nessa época, vários fazendeiros de origem humilde, que não possuíam educação formal e nem o refinamento social típico da elite açucareira do Recôncavo, representavam os novos ricos da sociedade baiana. A lavoura cacauera representava o progresso frente a uma Bahia decadente, distinguindo-se dessa forma da enfraquecida elite açucareira.

Uma nova regionalidade começa a se estabelecer na Bahia a partir da segunda metade do século XX em função da construção das estradas junto com a valorização do automóvel, que durante a década de 30, ajudaram a região a ganhar um novo formato, além de estabelecer outros vínculos entre os espaços, definindo assim prioridades. O território não mais se articula somente em torno de Salvador, mas também através do contato com outras regiões do próprio estado e do país, na visão da SEI (2000, p. 34) a região cacaeira passa a se articular diretamente com o mundo.

A economia cacaeira se desenvolveu marcada por um jogo de múltiplos interesses numa região com infra-estrutura de transportes e comunicação precária, permitindo deste modo que apenas uma elite detivesse os lucros provenientes da lavoura. Conforme a dissertação de Freitas (1979), a burguesia cacaeira era composta por dois grupos, o primeiro formado pelos grandes produtores e o segundo por comerciante-exportadores.

Segundo Falcón (1995) em *Os coroneis do cacau*, o grupo que representava a parcela dos produtores rurais mais ricos e poderosos do Estado não conseguiu representatividade política equivalente ao seu poder econômico. E por isso, segundo ele, o coronelismo estabelecido no sul da Bahia teve como traço mais salutar o fato de não estar centrado na figura de apenas um único coronel, mas sim na pluralidade de poder.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 42) o fenômeno do coronelismo na região se fundamentou no prestígio pessoal e familiar e que neste contexto os casamentos tinham um papel essencial, pois eram através deles que os coronéis reforçavam ou ampliavam seu poder. Conforme o autor, o matrimônio entre membros do mesmo grupo familiar era um instrumento de manutenção de bens materiais e simbólicos do patrimônio das famílias. Já os casamentos entre herdeiros pertencentes a diferentes famílias de prestígios de Salvador e de fora do estado foram responsáveis pela modificação e revigoração do sistema coronelista na região ao ampliar o limite de poder das famílias.

A utilização de jornais pelos coronéis como meio de legitimação de seus discursos era outro fator relevante na região, como constatou Ribeiro (2005, p. 53) ao afirmar que “os jornais eram o espaço por excelência de expressão dos valores da sociedade cacaeira.”

Segundo Asmar (1983), a história da cacauicultura na Bahia se confunde com a própria região, pois foi com o plantio do cacau que se consolidou o desbravamento para o interior, fundaram-se cidades, formaram-se gerações. A cultura do cacau criou uma civilização no sul da Bahia, um patrimônio, uma identidade histórico-cultural determinada pela atividade agrícola marcadas por inúmeras crises que representam “o estado de depressão de uma sociedade advinda da perda de prosperidade econômica relativa, gerando grandes dificuldades

e sendo dolosa diferencialmente para os habitantes de uma região ou país” (ASMAR, 1983, p 88).

Até 1930, a lavoura cacaeira se desenvolveu satisfatoriamente, quando, então, uma série de problemas internos vividos pelo Brasil na República Velha e mais a situação econômica internacional, resultante da crise de 1929, deu início a um período de dificuldades crescentes para o produtor e a região. De 1930 até meados da década de 50, as dificuldades foram se acumulando, as crises eram cíclicas. Organismos estaduais e programas federais tentavam minimizar problemas agrônômicos e financeiros que afetavam as lavouras. Em 1931, é criado o Instituto do Cacau da Bahia – ICB. A Cooperativa Central dos Agricultores do Sul da Bahia é fundada em 1942 (BARROS, 1995, p. 1).

Em 1957, os problemas são agravados e a cacauicultura passa pela pior crise em sua história. Conforme Barros (1995),

A atividade cai a níveis antieconômicos porque os preços do produto no mercado internacional estão muito baixos, a tecnologia para sustentar o seu desenvolvimento é insuficiente, o crédito é caro e escasso. Predomina a lavoura extensiva, infestada de doenças e pragas. Os agricultores endividados, sem recursos ou estímulos, são levados ao desânimo, muitos ao abandono do cultivo. O cacau era um produto-problema, considerado uma cultura sem perspectivas (BARROS, 1995, p. 1).

É, portanto, nesse contexto sóciopolítico da formação da Região Econômica Litoral Sul da Bahia na primeira metade do século XX, que se procurou compreender e levantar os possíveis fatores extralinguísticos que determinaram a adoção ou a manutenção dos topônimos originados nas línguas indígenas do Brasil dos municípios na região correspondente à antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus emancipados entre 1950 a 1960.

2.2 O ÍNDIO NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

[...] a reprodução de um certo universo imaginário em que os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito: nunca saem dos primeiros capítulos dos livros didáticos; são, vaga e genericamente, referidos como um dos componentes do povo e da nacionalidade brasileira, algumas vezes tidos como vítimas de uma terrível “injustiça histórica”, os verdadeiros senhores da terra. Não surgem enquanto atores históricos concretos, dotados de trajeto próprio, participantes de guerras pelo controle de espaços geográficos específicos, inimigos, mas também muitas vezes aliados, beneficiários e instrumentos dos conquistadores, presentes até hoje em tudo o que se passa em muitas regiões do Brasil. Incapazes de se reelaborarem, eternos portadores de alguns mesmos “traços” que dariam a especificidade do Brasil, nele se diluiriam logo após a chegada do colonizador (LIMA, 1995, p. 408).

Desde o século XVI, o Brasil colonial foi marcado pela política de conquista e colonização portuguesa, que sempre tinha como prioridade o interesse econômico. Por isso, várias medidas administrativas e jurídicas foram tomadas a fim de que se consolidasse essa política. Entretanto, encontravam-se os índios emaranhados, em todo esse processo e nesse conflito de ocupação territorial.

Os tupiniquins [...] aqueles mesmos íncolas que haviam recebido com tanta cordialidade os portugueses de Cabral, em Porto Seguro, totalmente dessemelhantes dos índios do sertão pela sua índole mansa, conservaram-se de início desconfiados com os povoadores, mostrando-se mesmo animados do intento de hostilizá-los e impedir-lhes a fábrica da vila (CAMPOS, 2006, p. 38).

Conforme atesta Sampaio (2000, p. 121), a presença indígena, na América portuguesa, está mais ou menos registrada nos relatos de viajantes, em documentos oficiais, e especialmente nas crônicas de missionários que aportaram nas terras do Novo Mundo desde a primeira metade do século XVI.

As primeiras tentativas de invasão holandesa, o brutal genocídio das populações indígenas em terras brasileiras promovido por Mém de Sá, a fim de consolidar a migração de povos hispânicos para o Brasil, e a unificação dos reinos de Portugal e Espanha (1580-1640) são acontecimentos que marcam a segunda metade do século XVI. O trabalho de cristianização dos jesuítas contribuiu para a desestruturação social e cultural dos povos indígenas nativos na Bahia e no resto do Brasil (ALVES, 2008, p. 3).

No início da colonização das terras brasileiras, de acordo com Campos (2006):

Havia paz entre os colonos e os tupiniquins, a tribo litorânea mais antiga dos portugueses. Estes, porém, não lhes correspondiam com a mesma lealdade. Nem procuravam tirá-los da barbaria. Antes corrompiam-nos dando-lhes ruins exemplos e ensinavam-lhes outras maldades além das que de natureza possuíam, até a venderem os outros selvagens os induziam (CAMPOS, 2006, p. 81).

Figura 7: Família de um chefe Camacan se preparando para a festa.



Fonte: Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Debret37.jpg> > Acesso em 10/10/2010.

O encontro entre europeu e indígena ocorreu de forma imperativa e subordinante, ou seja, com o recurso da violência. Conforme Alves (2008, p. 06), “os nativos foram expulsos das suas áreas tradicionais, escravizados, subjugados ou transformados em servos”. Vale salientar que os africanos só chegaram ao território brasileiro por volta da segunda metade do século XVI, trazidos para serem escravizados principalmente nos engenhos de cana-de-açúcar que foram implantados na colônia.

No entanto, a miscigenação e a aculturação não são processos apenas genéticos. Roger Bastide, em seu manual de Antropologia Aplicada coloca essa questão em bons termos ao refletir sobre a interação dos “...*elementos histórico-culturais (valores, ideologia, estilo de vida [...] sociólogos (... relação dos grupos, a organização rural ou urbana, etc), [...] psicológicos (isto é, a inteligência e a personalidade de seus membros) e, finalmente [...], físicos (saúde, raça, meio geográfico) [...] que definem todos esses elementos por sua interdependência, dentro deste sistema único*” (p. 123), em síntese: “... o homem é duplo – e que se ele é cultura, é também natureza” (p. 144) (ALVES, 2008, p. 6)⁵.

As novas pesquisas sobre os aldeamentos na América portuguesa e suas contribuições para os vários agentes sociais que vivenciaram esse padrão tendem a incluir os povos indígenas no processo de colonização como tática de resistência adaptativa, visto que os

⁵ Grifos do texto original.

índios ingressavam nas aldeias em busca do mal menor e participavam de sua construção (DIAS, 2007, p. 180).

Assim, pode se compreender os aldeamentos, de acordo com as palavras de Dias (2007, p. 181), como invenções dos brancos, que foram assumidas pelos índios como espaços próprios, cuja preservação era a garantia da manutenção das terras coletivas e de certo grau de liberdade e segurança perante os colonizadores.

Do mesmo modo em que, a tão propagada incompatibilidade cultural dos índios com o trabalho indispensável a uma agricultura comercial, segundo Dias (2007, p. 181), não admitiu uma plantação que extrapolasse o nível de auto-suficiência das comunidades aldeadas. Os missionários teriam, assim, dado maior valor às práticas educativas dentro dos aldeamentos do que ao desenvolvimento econômico, o que se vem a perceber na evidente pobreza documental sobre a economia das missões na América portuguesa.

Compreender as sociedades e culturas indígenas não pode passar sem uma reflexão e recuperação críticas de sua dimensão histórica, constatada através da técnica interativa, na qual, deve-se avaliar o conjunto de relações que cada unidade sociocultural mantém com outras unidades, situadas no mesmo tempo. Embora o processo de dominação colonial tenha se tornado visível, naquela época, cada grupo indígena agiu de uma determinada forma frente a esse processo porque cada sistema nativo diferenciava-se um do outro. Por isso, conforme assinala Weber (2007), “para o pesquisador é imprescindível perceber essa distinção, uma vez que, se deve analisar a história do grupo indígena no século XVI de forma diferenciada dos grupos que viveram nos séculos XVII e XVIII e assim sucessivamente” (WEBER, 2007, p. 57). Como assinala Silva [2007?]:

As pesquisas e reflexões históricas que ora vem sendo realizadas sobre os povos indígenas no Nordeste, a partir de abordagens que incorporam as discussões interdisciplinares mais recentes, além de possibilitarem rever a história linear, ufanista, como uma grande conquista, estão contribuindo para um maior conhecimento das relações coloniais. Onde os indígenas foram e são atores/sujeitos, contribuindo também para compreensão do processo histórico de emergência étnica na Região e da atualidade dos povos indígenas no Nordeste (SILVA, [2007?], p. 5).

Desse modo, a fim de melhor compreender os grupos indígenas no Brasil, se faz necessário fazer uma leitura de cunho antropológico, como também, necessário se faz, buscar um pouco da história desses índios em séculos anteriores, XVI e XVII, objetivando entender o porquê da política luso-brasileira em relação aos grupos indígenas brasileiros, em especial aos que habitaram e/ou habitam o território baiano correspondente às terras da Capitania

Hereditária de São Jorge dos Ilheus, que direta ou indiretamente influenciaram a formação da população e da sociedade local.

2.2.1 Os índios na região alvo

O contato colonial eurotupinambá iniciado antes da fundação de Salvador, ampliado após a chegada dos escravos africanos, causou um brutal impacto e desorganização sócio-cultural na vida dos tupinambás. O processo civilizatório sob coação, a cristianização compulsória e a conjuntura econômica-operacional consolidada entre os séculos XVI e XVIII plasmou uma sociedade mestiça (ALVES, 2008, p. 1).

A ação de ocupação das terras, em toda a Capitania, provocou muitos conflitos com os povos indígenas na região. Os Aimorés ou Gueréns e os Pataxós eram errantes, os Camacãs eram fixados em algum ponto mais recuado da costa nas margens do rio Pardo. Nas terras do norte, e no fundo das doze léguas, a maior participação da Coroa na economia local e os arranjos promovidos pelos jesuítas de Camamu favoreceram a vitória definitiva da colonização por volta da primeira metade do século XVIII. Segundo a tese de doutoramento de Dias:

[...] nas freguesias do sul, Ilheus e Poxim, os índios Camacãs, Pataxós e Botocudos representavam um forte obstáculo à expansão da fronteira agrícola, ainda nas primeiras décadas do século XIX. Nestas freguesias, também, procurou-se utilizar índios aldeados na linha de frente da conquista e na defesa de territórios mais avançados (DIAS, 2007, p. 380).

Antes, porém, conforme Sampaio (2000, p. 122), é necessário diferenciar um pouco mais estes dois grandes grupos sociais indígenas (os tupiniquins viviam no litoral e os aimorés habitavam o interior) a fim de melhor compreender o processo de colonização das terras da Capitania. Assim, enquanto os grupos indígenas do litoral preferiam se concentrar em aldeias estáveis, relativamente grandes, onde poderiam viver de mil a três mil pessoas e, em alguns casos, até muito mais, os do interior organizavam-se em pequenos grupos de apenas poucas famílias, alguma coisa em torno de dezenas ou, não muito mais que uma centena de indivíduos, raramente adotando um mesmo local de habitação permanente por mais do que uma temporada agrícola e, ainda durante tal estação, com grande movimentação ao redor.

[...] as grandes aldeias dos Tupiniquins se tornaram presas fáceis da conquista lusitana, iniciada por métodos “pacíficos” e completada militarmente quando já não era possível a resistência. Neste processo, as grandes concentrações indígenas – intensificadas pelo trabalho catequético dos jesuítas – foram amplamente dizimadas pelas epidemias européias, rapidamente alastradas, de modo tal que, ao se encerrar o

século XVI, praticamente já não havia Tupiniquins livres na atual costa baiana (SAMPAIO, 2000, p. 122).

Ainda em sua tese de doutoramento, Dias (2007, p. 182) demonstra que a participação dos índios na economia da Capitania de São Jorge dos Ilheus não se resumia a prestar serviços para os jesuítas, para os colonos e para a administração colonial, mas também cultivavam uma cultura comum dentro dos seus aldeamentos, voltada para o comércio interno, a fim de atender a uma demanda de artigos, cuja preparação requeria não somente a força bruta, mas toda a informação sobre as florestas e os usos possíveis das diferentes espécies de planta encontradas nas matas da região.

A historiografia, que trata da história da Capitania de São Jorge dos Ilheus, de modo geral, de forma direta ou indireta, tem colocado a população indígena, especialmente os Aimorés e os Pataxós, na qualidade de principais entraves no desenvolvimento da colonização das terras da região. Ora, nos dois primeiros séculos, os Aimorés teriam arrasado os engenhos da vila de São Jorge dos Ilheus e condenado a povoação a uma decadência que se estenderia até o século XIX (DIAS, 2007, p. 182).

Esta mesma nação indígena, segundo Dias (2007),

nos primeiros anos do século XVII, teria dificultado a ocupação das terras de Camamu, Boipeba e Cairu, vilas estas que não teriam tido trégua até meados do século XVIII, quando se iniciou um novo martírio nos territórios que vão do sul do rio de Contas, até a Capitania de Porto Seguro, desta vez protagonizada pelos Pataxós e Botocudos (DIAS, 2007, p.183).

Diante de tamanha resistência, de acordo com Mott (1998),

os colonos que se instalaram na Capitania não teriam tido força para expandir suas povoações, vencer as matas e ocupar efetivamente este território, sempre tido como fértil e rico em recursos naturais. Um paraíso povoado por demônios, era assim frequentemente descrita a Capitania por cronistas e assim foi repetido por grande parte dos historiadores que a ela se referiram (MOTT, 1998, p. 103).

De acordo com Campos (2006, p. 111), muita coisa interessante se escreveu sobre os tão ferozes ameríndios e sua daninha influência na sorte da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus. Entretanto, enfatiza Campos (2006):

[...] esquecem-se das causas que sem dúvida contribuíram mais que tudo para os aimorés, e depois os gueréns, poderem impedir por longo espaço de tempo o desenvolvimento da donatária – a floresta, bastíssima e vastíssima, bem como a penosíssima navegabilidade dos seus rios caudalosos, porém, encaixoeirados e pedregulhentos. Se fossem francos como os da planície amazônica, a história da capitania pinta-se-ia com outras tintas (CAMPOS, 2006, p. 111).

É preciso atentar para o fato de que não só as vilas mais antigas da Capitania não sucumbiram aos ataques dos aimorés, como um grande número de aldeamentos se edificou no seu território. É preciso ressaltar também que os índios aldeados na Capitania tem sido objeto de pouquíssimos estudos históricos, dentre os quais, segundo Dias (2007, p. 186), se destacam os trabalhos pioneiros de Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2003), de Luís Mott (1998) e de Terezinha Marcis (2004).

De acordo com Dias (2007, p. 194), alguns desses aldeamentos deram origem a novos povoados ou vilas, tais como: o aldeamento de Nossa Senhora da Escada, que passou em 1758 a vila Nova de Olivença, o de Nossa Senhora das Candeias, tornada vila de Nova Barcelos, e de São Miguel e Santo André de Serinhaém, feitas vila Nova de Santarém na mesma época. Hoje correspondem, respectivamente, ao distrito de Olivença, pertencem ao município de Ilheus, a Barcelos do Sul, nos limites de Camamu, e ao município de Ituberá. Acrescenta Campos (2006):

Nas três vilas que povoaram, Olivença, Barcelos e Santarém, assim como nas aldeias, usavam a língua portuguesa, tendo esquecido o próprio idioma por completo. Governavam-nos os seus juízes, câmaras e capitães-mores. Todos tinham sobrenomes que de si escolhiam e mais lhe agradavam o nome inteiro de tais pessoas. Não se lhes dispensava tratamento inferior ao dos brancos e os que se achavam investidos de cargos civis e militares eram como tais reconhecidos e honrados por aqueles e pelos seus diretores. Andavam vestidos de acordo com as suas posses e o grau de adiantamento local, e os que eram funcionários públicos, quer civis quer militares, apresentavam-se de casaca nos atos públicos e mesmo particulares. Muitos tinham suas roças de mandioca, porém nem todos viviam da agricultura, porquanto sendo muito inclinados ao serviço de derrubada e falquejamento de madeiras, bem como ao seu transporte pelos rios abaixo, estavam de preferência ocupados em tais misteres, já por conta da coroa, já por conta de particulares. Suas vilas possuíam casas da câmara e cadeias, e, não obstante oferecerem essa pouca segurança, e serem aquelas acanhadas, ainda assim não eram inferiores às das vilas da comarca povoadas por brancos (CAMPOS, 2006, p.293).

Diante do exposto, e com base nos argumentos de Campos (2006) e Dias (2007), pode-se sinalizar que recentes estudos reconhecem a importância estratégica que as missões tiveram na Capitania de São Jorge dos Ilheus como alicerces verdadeiros do povoamento, não apenas por promover a sedentarização e a integração dos índios aldeados durante o processo de colonização, como também permitiu a expansão da ocupação do território da Capitania pelos lusitanos. Como assinala Dias (2007):

Os aldeamentos constituíram-se como parte integrante de um sistema produtivo original que se desenvolveu na Capitania, o qual articulava a agricultura de gêneros alimentícios e o beneficiamento de uma gama de produtos vegetais, como madeiras de lei e o pau-brasil. Além disso, havia atividade de manufatura de produtos de extração local (DIAS, 2007, p. 193).

Por volta do século XVII, a população dos aldeamentos participava de um sistema de produção e de circulação de mercadoria que envolvia a Capitania como um todo, articulada a um pólo econômico dinâmico vinculado à cidade de Salvador. É evidente ser indiscutível que a dimensão de suas atividades comerciais tenham sido modestas. Apesar disso, de acordo com os estudos de Dias (2007, p. 206), “a constatação de sua existência como algo constante e estrutural, e não meramente ocasional, permite a construção de uma imagem diferente daquele quadro lúgubre deixado pelos cronistas do final do século XVIII e início do século XIX”.

Contudo, segundo Dias (2007, p. 206), pode-se, hoje, afirmar que muito antes do estabelecimento das vilas, em 1758, os índios aldeados já se achavam em boa parte agregados ao sistema econômico que abarcava a Capitania como um todo, o qual, longe de ter pouca importância, como atesta a historiografia em geral, é, sim, muito pouco conhecida. Entretanto, segundo Dias (2007, p. 206), as atividades produtivas mais praticadas nos aldeamentos, antes e depois dos jesuítas, refletem uma alternativa mais apropriada aos modelos culturais dos povos indígenas, em oposição à agricultura comercial. Tem-se, então, naquelas atividades econômicas, um elemento essencial no arcabouço de experiências históricas dos povos nativos que concorreram para a recriação das suas tradições e identidades que serviram como base de formação da população na região correspondente às terras da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus.

Portanto, é preciso destacar que a moderna historiografia construída no Brasil e nas Américas, de modo geral, provoca a reflexão sobre os papéis exercidos pelas sociedades indígenas que não o de destinados a desaparecer; ou por serem ingênuos e fracos, ou por serem, ao contrário, resistentes, uma vez que eles desempenharam importantes e variados papéis na condição de inimigos ou aliados dos europeus no processo histórico iniciado com a colonização (MARTINS, 2009, p. 161).

Nessa perspectiva, faz-se necessário também, evidenciar que, naquela época, os contatos interétnicos ocorridos no Brasil durante o processo de formação do povo brasileiro marcaram a presença da cultura indígena na constituição de grande parte dos sintagmas toponímicos designativos dos primeiros povoados do território correspondente à antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus durante os séculos iniciais de colonização das terras brasileiras. Fenômeno que pode ter determinado a adoção e/ou manutenção dos topônimos de origem nas línguas indígenas brasileiras nas nomeações dos municípios emancipados na região durante as décadas de 50 e 60 do século XX.

2.2.2 Aspectos contemporâneos dos povos indígenas na região

Em sua totalidade, os índios conhecidos sob o etnônimo englobante *Pataxó Hãhãhãe* abarcam, hoje, as etnias *Baenã*, *Pataxó Hãhãhãe*, *Kamakã*, *Tupinambá*, *Kariri-Sapuyá* e *Gueren*. Habitantes da região sul da Bahia, o histórico do contato desses grupos com os não-indígenas se caracterizou por expropriações, deslocamentos forçados, transmissão de doenças e assassinatos. A terra que lhes foi reservada pelo Estado em 1926 foi invadida e em grande parte convertida em fazendas particulares. Apenas a partir da década de 1980 teve início um lento e tortuoso processo de retomada dessas terras, cujo desfecho ainda longe, permanecendo a Reserva *sub-judice* (CARVALHO; SOUZA, 2005, p. 1).

Atualmente, na região, os povos indígenas habitam a Reserva Indígena *Caramuru-Paraguassu*, situada no sul da Bahia, em terras localizadas nas áreas que hoje fazem parte dos territórios dos municípios de Itaju do Colônia, Camacã e Pau Brasil. Eles também vivem em Terras Indígenas na Fazenda Baiana localizada no município de Camamu situado no baixo-sul da Bahia.

De acordo com Carvalho e Souza (2005, p.1), a Reserva Indígena *Caramuru-Paraguassu* foi criada em terras devolutas do Estado da Bahia, em 1926, pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), para ser usufruída pelos índios *Pataxós* e *Tupinambás*, de acordo com a Lei Estadual nº 1916/26 publicada no D.O. em 11/08/1926. Entretanto, “outras aldeias foram extintas por força da Lei nº 198 de 21/08/1897 promulgada pelo Poder Executivo do Estado da Bahia” (CARVALHO; SOUZA, 2005, p. 1).

Em consequência disso, Carvalho e Souza (2005, p.1) sinalizam que em épocas distintas diferentes grupos indígenas foram deslocados para a área da Reserva *Caramuru-Paraguassu*. De Olivença chegaram contingentes de *Tupiniquins* e *Botocudos* (*Aimorés* e *Gueren*) em busca de refúgio contra perseguições sofridas na região do seu antigo aldeamento; de Santa Rosa, os *Kariri-Sapuyá*, que já tinham sido expulsos de Pedra Branca, situada na porção sul do Recôncavo Baiano, foram conduzidos à Reserva, em 1939, pelo etnólogo Curt Nimuendaju, que estava em visita à região; e finalmente, da antiga aldeia de Ferradas (São Pedro d'Alcântara), grupos *Kamakãs* e *Guerén* foram reunidos e recolhidos pelo SPI, a partir de 1926.

Figura 8: Índios Pataxós da Bahia.



Fonte: Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Indians_patax%C3%B3_bahia.jpg>
Acesso em 10 out. 2010.

Em 2005, a população da Reserva Indígena Caramuru-Paraguassu “compreendia a 2.147 pessoas, sendo 1.139 homens e 1.008 mulheres. Já os habitantes da Fazenda Baiana somavam 72 pessoas (33 homens e 39 mulheres). Os dois conjuntos populacionais perfaziam 2.219 pessoas” (CARVALHO; SOUZA, 2005, p. 1).

No momento presente, a Reserva Indígena *Caramuru-Paraguassu* se estende por uma faixa de terra que se estende do rio Cachoeira ou Colônia, ao norte, até o rio Pardo, ao sul. À margem direita do rio Colônia foi, em 1927, instalado o Posto *Caramuru*, ao norte da reserva, em área formada por extensos pastos artificiais. O único rio que corta a reserva é um riacho designado de Salgado.

Conforme Carvalho e Souza (2005, p. 9), Nássaro Násser e Maria Aracy Lopes da Silva, no Laudo Antropológico feito sobre os índios da Reserva *Camamu-Paraguassu*, em 1984, registraram que as etnias se encontravam interpenetradas e prevalecia um forte sentimento de pertencimento aos grupos e lugares de origem, facilmente percebido mediante a inserção no cotidiano desses índios. Tal fato poderia ser observado através da configuração espacial da Reserva e das estratégias de retomada que tem sido por eles acionadas.

Atualmente os grupos indígenas na região estão organizados em núcleos chamados de famílias étnicas, que, por sua vez, estão divididos em três níveis. O primeiro nível é formado pelos membros de procriação ou parentes consanguíneos; o segundo é formado por aqueles componentes de uma determinada família étnica, ou povo; e, finalmente o terceiro nível

formado pela composição de várias famílias étnicas que se identificam mutuamente como parentes de sangue (CARVALHO; SOUZA, 2005, p. 9).

A configuração espacial contemporânea decorrente das alianças celebradas entre as famílias étnicas, na Reserva, se apresenta, conforme Carvalho e Souza (2005, p. 9), do seguinte modo:

a) Em uma área mais ao sul, designada Toucinho, também ocupada por não-índios, estão estabelecidos os *Kariri-Sapuyá*. Eles constituem, hoje, a maior família étnica da Reserva. Ainda existem parcelas desse povo em Nova Vida (município de Camamu), dispersão decorrente de dissidências internas incitadas por fazendeiros em meados de 1983. Por volta de 1990, algumas famílias abandonaram Nova Vida e se reinstalaram na Reserva.

b) Por volta de 1930, os *Tupinambás* foram para a área da Reserva. Eles ocupam parte da região da Água Vermelha e de Ourinhos e parece prevalecer em relação a eles certa reserva das demais famílias étnicas. É possível que talvez decorra desse fato, uma certa tendência a alianças internas do grupo *tupinambá* com não-índios.

c) A população *Kamakã* encontra-se relativamente dispersa por ter sido alvo de discriminação por parte dos outros índios, motivada sobretudo por ter sua pele escura, e por força de sua área tradicional – Mundo Novo – se encontrar, ainda, ocupada por fazendeiros.

d) Os *Baenãs* compõem a menor família étnica da Reserva *Caramuru-Paraguassu*, sendo mais conhecidos sob a denominação “povo de Itaju”. Predomina um consenso, entre as outras famílias, de que todos os *Baenãs* deveriam morar em Bahetá (porção norte da Reserva) porque eles são de preeminências das matas de Itaju.

No recenseamento realizado em 1999/2000, nenhum indivíduo se identificou expressamente como *Pataxó*. Uma hipótese para tanto, segundo Carvalho e Souza (2005, p. 9), é a de que eles parecem estar sendo incorporados pelos *Baenãs*.

As línguas indígenas das diversas etnias atualmente compreendidas sob o etnônimo *Pataxó Hãhãhãe* não são mais faladas na região. Entretanto, conforme Carvalho e Souza (2005, p. 08), as línguas *pataxó* e *kamakã* estavam em plena vigência até 1911.

o que significa que o violento contato a que os índios foram compelidos, através do SPI, causou-lhes terrível impacto, atingindo também as línguas nativas. No caso da língua *pataxó*, ela persistiu, no mínimo, até 1938, quando Curt Nimuendaju encontrou falantes estabelecidos na Reserva *Caramuru-Paraguassu* (CARVALHO; SOUZA, 2005, p. 08).

É bom lembrar também, que as línguas dos índios na região, por não estarem grafadas, não resistiram ao impacto causado pelo encontro e confronto com os lusitanos. O *Tupi* resistiu

um pouco mais pelo fato de que os jesuítas resolveram utilizá-lo como ‘língua geral franca’ até a segunda metade do século XVII. Hoje em dia, apesar da opressão e do choque cultural, mais de duzentos povos indígenas do Brasil falam uma língua nativa dentre as cerca de cento e oitenta faladas. Contudo, infelizmente, nenhuma língua indígena nativa é falada atualmente na região correspondente ao território onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus (RODRIGUES, 2006, p.146-148).

Figura 9: Gupo Pataxó Hãhãhãe na antiga Fazenda São Lucas na década de 1980



Fonte: Disponível em: http://img.socioambiental.org/v/publico/pataxo-ha-ha-hae/pataxoh_2.jpg.html. Acesso em: 10 de março de 2010..

Diante do exposto, e com base nos argumentos de Almeida (2007), pode-se concluir que os povos indígenas passaram na região em questão:

[...] de vítimas passivas ou selvagens rebeldes que, [...] passam [...] a figurar como agentes sociais que, diante da violência, não se limitaram ao imobilismo ou à rebeldia. Impulsionados por interesses próprios e visando à sobrevivência diante das mais variadas situações caóticas e desestruturadoras, movimentaram-se em diferentes direções, buscando múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias continuamente transformadas na interação com outros povos étnicos e sociais (ALMEIDA, 2007, p. 1-2).

3 CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

3.1 CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

A linguística histórica *lato sensu* trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em *corpora* [...]. A linguística histórica *strictu sensu* é a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas e pode ser trabalhada em duas orientações: linguística histórica, sócio-histórica e linguística diacrônica associada (SILVA, 2008, p. 9).

Para discorrer sobre a constituição do português brasileiro é preciso pensar na história, “no sentido de que os sujeitos falantes não estão soltos no mundo, mas pertencem a um mundo historicamente localizado e discursivamente determinado. Um mundo em que a vida, seja social, cultural, política ou linguística, pulsa no ritmo da história” (VIGNA, 2001, p. 1).

De acordo com Silva (2006),

Pode-se tentar reconstituir o passado de uma língua, tanto numa perspectiva intralingüística, estritamente diacrônica, tradicionalmente chamada essa orientação de *história interna*, como inter-relacionando os fatores linguísticos diacrônicos com fatores sócio-históricos ou da história social em que essa língua está inserida, tradicionalmente chamada essa orientação de *história externa* (SILVA, 2006, p. 234).

Assim, para estudar a constituição da língua portuguesa brasileira é necessário investigar as condições sócio-históricas em que a língua portuguesa trazida de Portugal se insere ao chegar aqui. É compreender o contexto brasileiro e a língua nele falada ao retomar os primeiros contatos aqui produzidos. O contato entre a língua portuguesa e as línguas africanas vindas com os escravos, bem como o contato entre essa língua portuguesa brasileira e as línguas dos imigrantes europeus e asiáticos que para cá vieram depois: contatos iniciais que principiaram a formação de um novo povo e de uma nova língua (VIGNA, 2001, p. 1).

Como ressaltam Silva e Isquierdo (2010, p. 1), a língua é um importante indicador da cultura e dos valores de uma sociedade e o léxico é a área que mais evidencia os aspectos culturais de um povo, uma vez que, através do léxico, se pode resgatar a história, os costumes e os valores de uma sociedade. Desse modo, ele representa o patrimônio de uma língua e constitui um arquivo que reflete percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época.

Exemplo disso, pode se observar com a cultura indígena brasileira que ficou registrada na constituição da maioria dos sintagmas toponímicos das primeiras povoações fundadas

durante os séculos iniciais de colonização das terras brasileiras. Como atesta o quadro a seguir, que mostra a relação das denominações toponímicas das primeiras vilas, povoados, arraiais ou aldeamentos fundados nesse período no território onde se localizava a Capitania de São Jorge dos Ilheus:

Quadro 1: Relação das primeiras povoações da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus⁶

Sintagma Toponímico	Vocábulo Indígena	Significação
01. Vila de São Jorge dos Ilheus (1534)	Não há.	
02. Aldeamento de Nossa Senhora da Assunção de <i>Macamamu</i> (1560),	<i>Macamamu</i>	[<i>kama</i> = a seio + <i>y</i> (t,t)= água, donde: água do seio, leite materno]
03. Arraial de Santo Antônio de <i>Boipeba</i> (1565),	<i>Boipeba</i>	[<i>mboía</i> + <i>peb</i> + <i>-a</i> = cobra achatada]
04. Aldeamento de São Miguel de <i>Taperoá</i> (1561)	<i>Taperoá</i>	[<i>taperá</i> + suf. <i>-ab/a</i> = lugar de andurinhas]
05. Vila de Nossa Senhora do Rosário de <i>Cairu</i> (1608)	<i>Cairu</i>	[<i>ka'akuã</i> = nome de uma planta]
06. Povoado de São Boaventura do <i>Poxim</i> de Canavieiras (1718),	<i>Poxim</i>	[<i>poti</i> = camarão]
07. Arraial de São José da Barra do Rio de Contas (1718)	Não há.	
08. Aldeamento de Santo André de <i>Serinhaém</i> (1758?)	<i>Serinhaém</i>	[<i>seri</i> + <i>nha'e</i> = bacia de siris]
09. Aldeamento de Nossa Senhora das Escadas (1758?)	Não há.	
10. Aldeamento de Nossa Senhora das Candeias (1758?)	Não há.	
11. a Vila de São Sebastião de <i>Maraú</i> (1761)	<i>Maraú</i>	[<i>maíra</i> + <i>y</i> = rio de maíra]
12. Arraial de Santo Antônio da Barra de <i>Una</i> (1787)	<i>Una</i>	[<i>una</i> = preto, escuro]
13. Povoado de Nova Valença do Santíssimo Sacramento (1799)	Não há.	
14. Arraial de Nossa Senhora das Dores de <i>Igrapiúna</i> (1801)	<i>Igrapiúna</i>	[<i>ygara</i> = canoa + <i>pi</i> = pele + <i>una</i> = preta, donde: canoa de casca preta]
15. Vila de Santo Antônio de <i>Jiquiriçá</i> (1833)	<i>Jiquiriçá</i>	[<i>iukyra</i> = sal + <i>esá</i> (t) = olho, donde: olhos de sal, sal gema]
16. a Vila do Senhor do Bonfim das Velhas (1833)	Não há.	

De acordo com os dados levantados no Quadro 1, observou-se que todos os nomes desses acidentes humanos são constituídos por sintagmas toponímicos compostos por vocábulos de ascendência na língua portuguesa motivados na hagiotoponímia lusitana (nomes relativos aos santos ou santas do hagiológico romano). É bom ressaltar que dos 16 (dezesseis) sintagmas toponímicos citados, 10 (dez) deles são compostos também por termo que remetem à cultura indígena brasileira, justapostos a palavras constituídas nas línguas autóctones

⁶ Esta relação foi feita a partir dos dados levantados pela SEI (2001), por RAMOS (2008) e acrescida das informações sobre as línguas indígenas apresentadas de acordo com NAVARRO (2013).

brasileiras com a semântica motivada geralmente nos acidentes de natureza física inspiradas principalmente na fitotoponímia (*Cairu*), zootoponímia (*Boipeba*, *Poxim*), hidrotoponímia (*Maraú*, *Serinhaém*) e litotoponímia (*Jiquiriçá*) do local.

Apenas os topônimos: São Jorge dos Ilheus, São José da Barra do Rio de Contas, Nossa Senhora das Escadas, Nossa Senhora das Candeias, Nova Valença do Santíssimo Sacramento e Senhor do Bonfim das Velhas não apresentam em sua formação palavras originadas nas línguas indígenas brasileiras.

Dados reais que demonstram que o léxico de uma língua, segundo Edward Sapir (1969, p. 44) pode receber influência de um conjunto de fatores ambientais físicos (topografia, clima, fauna e recursos minerais) e de fatores ambientais sociais (religião, padrões éticos, políticos, artes etc). Ele considera o léxico como um verdadeiro inventário do imaginário de uma comunidade. Explicita Sapir (1969):

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade, e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais de um povo considerado (SAPIR, 1969, p. 44).

Desse modo, os contatos interétnicos ocorridos no Brasil durante o processo de constituição do povo brasileiro, conforme Silva e Isquierdo (2010, p. 2), podem explicar “essa reelaboração lexical local e as particularidades que singularizam a norma lexical da língua portuguesa do Brasil.” Uma vez que, segundo Dick (2000, p. 2), a língua do colonizador foi se adaptando à nova realidade ao longo de quinhentos anos de história brasileira, sendo as influências indígenas e africanas fundamentais na constituição da língua portuguesa brasileira. Dentro desse ponto de vista, assinala Matheus (2006):

Finalmente, o léxico brasileiro é um repositório de memórias da convivência entre os povos, e contém, como seria de esperar, inúmeros vocábulos de origem ameríndia (p.ex. guri ‘rapaz’; capim ‘erva’; pipoca ‘grão de milho rebentado ao fogo’; mingau ‘papa’) e africana (p.ex. caçula ‘filho mais novo’; moleque ‘miúdo’; senzala ‘habitação de escravos’) (MATHEUS, 2006, p. 75).

Nessa perspectiva, para melhor explicitar este fenômeno linguístico, fez-se imprescindível, de antemão, traçar um breve panorama sócio-histórico da constituição linguística do Brasil, enfatizando o contato entre a língua portuguesa e as línguas indígenas e sua contribuição na formação da língua portuguesa brasileira. O objetivo, então é compreender e levantar as possíveis motivações semânticas que determinaram a adoção e/ou a

manutenção das denominações toponímicas de origem indígena nos municípios formados no território correspondente à antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, emancipados durante as décadas de 50 e 60 do século XX.

3.2 AS LÍNGUAS INDÍGENAS E O CONTATO COM A LÍNGUA PORTUGUESA

A efetiva colonização portuguesa do Brasil só foi iniciada em 1532, com a fundação das vilas de São Vicente e Piratininga por Martim Afonso de Souza, que veio a mando da Coroa com o objetivo de assegurar o domínio lusitano, combatendo os corsários franceses, espanhóis e holandeses, fundando núcleos de povoamento e implantando uma estrutura de produção de gêneros exportáveis para os mercados da Europa. A presença portuguesa foi, desse modo, fazendo-se cada vez maior, ao passo que os indígenas, expulsos de suas terras pelos canaviais em expansão, utilizados como mão-de-obra escrava e expostos às doenças trazidas pelos europeus, viram iniciar-se um processo que os reduziria rapidamente à quase extinção (STESSUK, 2006, p. 97).

De acordo com Matheus (2006, p. 71), o contato do português europeu do século XVI com a língua falada pelos habitantes das terras recém-descobertas ocorreu durante o início do processo de colonização do território hoje conhecido como Brasil. Naquela ocasião, os indígenas eram numericamente superiores aos portugueses que, durante longos períodos, foram forçados a dominar a nova língua.

Conforme Rodrigues (1986, p. 99), na época da chegada dos primeiros europeus ao território brasileiro, o número das línguas indígenas era o dobro do que é hoje e “o número de línguas minoritárias que vizinhavam com o Tupinambá na porção oriental alcançada pelos europeus no século XVI era muito grande”. Isso sem mencionar as línguas que eram faladas nas porções não alcançadas por eles. Portanto, como é sabido, na época do descobrimento, a terra de Santa Cruz foi encontrada habitada por milhões de indígenas, com uma vasta variedade cultural e linguística.

Segundo essa estimativa, teria sido de cerca de 1,2 mil o número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas. O ponto de partida para essa estimativa foi uma relação de 76 povos indígenas que se encontravam numa estreita faixa paralela à costa leste, desde o rio São Francisco, ao norte, até o Rio de Janeiro, ao sul, feita pelo padre jesuíta Fernão Cardim no século XVI. Nessa lista, Cardim referiu-se explicitamente à identidade ou à diferença das línguas faladas por esses povos, deixando claro que, ao todo, se tratava de 65 línguas distintas entre si e distintas da língua dos índios da costa, que eram os tupinambás (que incluem os tupiniquins, caetés, potiguaras, tamoios etc.), com os quais os portugueses mantinham contacto (RODRIGUES, 2005, p. 35).

A colonização das terras brasileiras, de acordo com Rodrigues (2006, p. 145), distinguiu-se por muitas singularidades e muitas delas de natureza linguística, tais como:

1. O desenvolvimento de duas línguas de origem indígena que sobrepujaram a língua europeia dos colonizadores, uma durante perto de 250 anos, a outra por mais de 300 anos;
2. O não estabelecimento de línguas crioulas, apesar da enorme quantidade de escravos indígenas e africanos, utilizados durante cerca de 400 anos;

3. A diferença de cerca de um século entre o início da colonização na costa leste e da colonização no norte (1532 em São Vicente e 1616 em Belém, respectivamente);

4. A manutenção dessas duas sub-administrações independentes por um século e meio (1621–1774).

Conforme Vigna (2001), é nessa conjuntura que a língua portuguesa foi aqui inserida. “Contexto marcado por povos e línguas diferentes, aos quais é preciso se impor e dominar para que se obtenha um imaginário de uniformidade” (VIGNA, 2001, p. 1). Assim, para os séculos XVI e XVII, os historiadores apresentam um Brasil plurilíngue e multicultural, em que, até certo ponto, uma variedade de etnias coexiste pacificamente. “Um Brasil plurilíngue que tem sua unidade garantida pela língua Tupinambá ou Tupi antigo naquele período, como, hoje a garante, imaginariamente, a língua portuguesa” (VIGNA, 2001, p. 1). Continuando:

Neste Brasil plurilíngue, grande importância teve o interprete, chamado de o língua que era o filho da miscigenação – europeu e índio – e que adquiria em casa a língua do pai e da mãe. Foi o língua o responsável pela obra de “apaziguamento” como menciona uma carta de Gaspar de Sousa, datada de 15 de julho de 1516, referindo-se ao língua Jerônimo de Albuquerque (VIGNA, 2001, p. 1).

Mas deve ser lembrado que, segundo Rodrigues (2006, p. 146), múltiplos cenários existiram no Brasil para a chegada da língua portuguesa, porém nem todos favoráveis ao seu estabelecimento como língua popular. Nas Capitânicas de São Jorge dos Ilheus e de Porto Seguro, por exemplo, durante o processo inicial de colonização da região, os índios Tupiniquins foram logo dizimados, já os Aimorés, nos primeiros séculos de colonização, impediram a utilização das terras pelos colonos portugueses.

Contudo, o início do processo de miscigenação entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, sobretudo às do grupo Tupi, aconteceu durante o primeiro momento da colonização brasileira. Conforme Rodrigues (2006, p. 148), dessa miscigenação surgem as denominadas línguas Gerais, sendo as mais importantes a Geral Paulista e a Geral Amazônica, ou Nhengatu. Nessa época, o Brasil Colônia, como já dito acima, é formado por uma sociedade plurilíngue e multicultural que se vale da língua, seja o Tupinambá, a Língua Geral ou a língua portuguesa, para manter sua unidade. Como lembra Rodrigues (2010):

Do ponto de vista estritamente linguístico, os nomes *tupi* e *tupinambá* têm sido empregado mais recentemente para distinguir aquelas duas variedades de língua muito próximas, filiadas à família linguística tupi-guarani, com as quais o português entrou em contato no século XVI (RODRIGUES, 2010, p. 29).

Para Silva e Isquierdo (2010, p. 2), a Língua Geral surgiu do contato entre a língua

portuguesa e o Tupinambá: “era aprendida tanto pelos índios e mestiços que a utilizavam para a comunicação com os brancos, quanto pelos portugueses que precisavam garantir a interação com os autóctones” (SILVA; ISQUERDO, 2010, p. 2). Em consequência disso, a Língua Geral foi se consolidando “como língua nacional e se fortaleceu em virtude do grande número de falantes e de sua disseminação pelo território brasileiro” (SILVA; ISQUERDO, 2010, p. 2). Naquela época, já se falava essa Língua Geral por toda a costa, “ficando a língua portuguesa reservada aos documentos e cerimônias oficiais na Colônia” (SILVA; ISQUERDO, 2010, p. 2).

A comunicação entre os dois povos teve que ser aperfeiçoada durante os primeiros momentos da real colonização lusitana. Segundo Heye e Vandresen (2006),

Os missionários jesuítas aprenderam e usaram uma língua indígena para a evangelização, criando gramáticas, léxicos e textos religiosos nestas línguas de amplo uso entre as populações indígena e portuguesa nos primeiros séculos da colonização, sendo o nheengatu ainda hoje falando no vale do Rio Negro. O contato do português com mais de 150 línguas indígenas continua até hoje, particularmente entre a população indígena, reduzida a aproximadamente 200.000 indivíduos (HEYE; VANDRESEN, 2006, p. 383).

Assinala Rodrigues (2010) que:

No primeiro século da colonização, esse fenômeno foi mais intenso e mais duradouro no planalto de Piratininga, em São Paulo, primeiro território interior para o qual se deslocou a ação colonizadora. Aí o número de mestiços chamados então de mamelucos, cresceu tanto usando a língua tupi (ligeiramente modificada pelo convívio com a portuguesa) que esta foi difundindo-se e passou a ser chamada de língua geral, hoje mais especificamente como língua geral paulista (RODRIGUES, 2010, p. 37).

As restrições da Língua Geral, quanto ao seu uso, só ocorreram a partir de 1759, quando sob a influência de Marquês de Pombal, o governo português proibiu a utilização desse idioma, “acusando-o de estar prejudicando as comunicações na colônia brasileira” (SILVA; ISQUERDO, 2010, p. 3) e aplicando pena para quem não se servisse da língua portuguesa. Desse modo, com o passar dos anos, “o Tupi foi desaparecendo e o Português sobrepunha-o como língua mais falada na colônia” (SILVA; ISQUERDO, 2010, p. 3). Como afirma Rodrigues (2006):

[...] a língua geral paulista foi o veículo popular por cerca de 200 anos e foi a língua dominante na conquista de boa parte dos territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Por outra parte, no Maranhão, Pará e Amazonas a língua geral amazônica ficou sendo a língua popular e, além disso, a língua franca para os índios que entravam em contacto com os não índios de meados do século XVII até o início do século XX. [...] as medidas legislativas de meados do século XVIII, orientadas pelo ministro do Reino, o Marquês de Pombal, destinadas a forçar a integração dos

indígenas e a coibir o uso da língua geral amazônica (RODRIGUES, 2006, p. 152).

No entanto, para Stessuk (2006), o fator crucial que selou o declínio do tupi antigo foi à “drástica redução da população autóctone, com sua expulsão para o interior e sobretudo com sua eliminação física e cultural, num verdadeiro processo de genocídio patrocinado pelos europeus” (STESSUK, 2006, p. 98).

Assim, durante o século XVIII, conforme Rodrigues (2006, p. 152), o aportuguesamento linguístico do território brasileiro se estendeu progressivamente no Nordeste. No Sul, por sua vez, o português também passou a firmar-se como língua popular a partir do século XVIII. Foi, como se sabe, somente em 1810 que o centro-oeste do Paraná e de São Paulo começou a ser ocupado pelos portugueses, enquanto a ocupação do oeste paulista se deu apenas no início do século XX.

Segundo alguns historiadores, a língua portuguesa, na época da independência do Brasil, era falada na sala de visita, enquanto a Língua Geral era falada nos demais contextos sociais. Oficialmente, a partir de 1750 e até 1973, o uso das línguas indígenas não contava com a aprovação do governo e por isso não se fez grande esforço pela preservação nem das línguas indígenas nem dos seus falantes (HEYE; VANDRESEN, 2006, p. 385). A esse propósito dizem Dietrich e Noll (2010):

As línguas gerais afastadas dos grandes centros coloniais, a paulista e a amazônica, floresceram até meados do século XIX, época em que a afluência de colonos europeus era ainda escassa. A bandeira paulista do século XVII levou a língua geral a áreas onde nunca tinham estado os tupinambás, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no sul do Brasil, deixando vestígios duradouros, por exemplo, na toponímia. Ante a crescente imigração portuguesa da segunda metade do século XVIII e as européias do século XIX, as línguas gerais foram se extinguindo cada vez mais, até desaparecerem no século XIX. Só o nheengatu se mantém até hoje como língua dos caboclos e de várias tribos indígenas do Alto Rio Negro (DIETRICH; NOLL, 2010, p. 84).

Entretanto, segundo Silva (1993, p. 8), ao assumir o papel de língua única, nos lugares onde perdeu a parceria após o desaparecimento do Tupinambá, a língua portuguesa brasileira conservou muito do espólio da língua extinta. A herança linguística do Tupinambá transmitida à língua portuguesa brasileira é rica e encontrável na toponímia brasileira, na descrição dos ambientes geográficos, na descrição de elementos da flora e da fauna, bem como nas práticas relacionadas à construção das casas, à culinária, ao repouso, às superstições e às crenças religiosas, às lendas e aos costumes populares.

Fatores que determinaram a adoção e/ou a manutenção dos topônimos nos acidentes humanos edificados durante o período de colonização das terras correspondentes à antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus apresentados no Quadro 2⁷:

Quadro 2: Sintagma Toponímico (Período de Fundação) X Sintagma Toponímico (No Final do séc. XIX)

Sintagma Toponímico (Período de Fundação)	Sintagma Toponímico (No final do séc. XIX)	Etimologia / Taxeonomia
01. Vila de São Jorge dos Ilheus (1534)	Vila de São Jorge dos Ilheus (1534)	Língua Portuguesa / Hagiotopônimo
02. Aldeamento de Nossa Senhora da Assunção de <i>Macamamu</i> (1560)	<i>Camamu</i> (1891)	Tupinismo / Sociotopônimo
03. Arraial de Santo Antônio de <i>Boipeba</i> (1565)	Vila Nova de <i>Boipeba</i> (1891)	Luso-tupi / Cronotopônimo
04. Aldeamento de São Miguel de <i>Taperoá</i> (1561)	<i>Taperoá</i> (1847)	Tupinismo / Ergotopônimo
05. Vila de Nossa Senhora do Rosário de <i>Cairu</i> (1608)	<i>Cairu</i> (1810)	Tupinismo / Fitotopônimo
06. Povoado de São Boaventura do <i>Poxim</i> de Canavieiras (1718)	Imperial Vila de Canavieiras (1833)	Língua Portuguesa / Axiotopônimo
07. Arraial de São José da Barra do Rio de Contas (1718)	Vila da Barra do Rio de Contas (1732)	Língua Portuguesa / Geomorfotopônimo
08. Aldeamento de Santo André de <i>Serinhaém</i> (1758?)	Santarém (1889)	Língua Portuguesa / Corotopônimo
09. Aldeamento de Nossa Senhora das Escadas (1758?)	Vila Nova de Olivença (1890)	Língua Portuguesa / Cronotopônimo
10. Aldeamento de Nossa Senhora das Candeias (1758?)	Vila Nova de Barcelos (1758)	Língua Portuguesa / Cronotopônimo
11. a Vila de São Sebastião de <i>Maraú</i> (1761)	<i>Maraú</i> (1761)	Tupinismo / Hidrotopônimo
12. Arraial de Santo Antônio da Barra de <i>Una</i> (1787)	Vila de Santo Antônio da Barra de <i>Una</i> (1890)	Luso-tupi / Hagiotopônimo
13. Povoado de Nova Valença do Santíssimo Sacramento (1799)	Valença (1833),	Língua Portuguesa / Animatopônimo
14. Arraial de Nossa Senhora das Dores de <i>Igrapiúna</i> (1801)	Vila de Nossa Senhora das Dores de <i>Igrapiúna</i> (1801)	Luso-tupi / Hagiotopônimo
15. Vila de Santo Antônio de <i>Jiquiriçá</i> (1833)	Vila de São Vicente Ferrer de Areia (1876)	Língua Portuguesa / Hagiotopônimo
16. a Vila do Senhor do Bonfim das Velhas (1833)	Vila da Capela Nova de <i>Jiquiriçá</i> (1891)	Luso-tupi / Hagiotopônimo

Conforme as informações levantadas no Quadro 2, observou-se que, no final do século XIX, dos 16 (dezesseis) sintagmas toponímicos apresentados, 4 (quatro) são constituídos exclusivamente por vocábulos originados na cultura indígena (*Camamu*, *Taperoá*, *Cairu* e

⁷ Este quadro foi feito a partir dos dados levantados pela SEI (2001), por RAMOS (2008) e acrescida das informações taxenômicas conforme os estudos de motivação toponímica de DICK (1990).

Marauá), 12 (doze) deles são compostos por expressões de ascendência na língua portuguesa (Vila de São Jorge dos Ilheus, Imperial Vila de Canavieiras, Vila da Barra do Rio de Contas, Santarém, Vila Nova de Olivença, Vila Nova de Barcelos, Valença, Vila de São Vicente Ferrer de Areia, Vila Nova de *Boipeba*, Vila de Santo Antônio da Barra de *Una*, Vila de Nossa Senhora das Dores de *Igrapiúna* e Vila da Capela Nova de *Jiquiriçá*), sendo que, os últimos 4 (quatro) topônimos contem em sua formação termos de origem nas línguas indígenas.

Dos 16 (dezesesseis) sintagmas toponímicos, a maior predominância das motivações semânticas denominativas recaiu sobre os hagiotopônimos com 5 (cinco) ocorrências, a segunda sobre os cronotopônimos, com três ocorrências, enquanto que o animatopônimo, o axiotopônimo, o corotopônimo, o ergotopônimo, o fitotopônimo, o geomorfotopônimo, o hidrotopônimo e o sociotopônimo obtiveram apenas uma ocorrência, ocupando assim a terceira posição no número de ocorrências das motivações na constituição dos sintagmas toponímicos que podem ter determinados, no final do século XIX, a adoção e/ou a manutenção das designações toponímicas nos acidentes humanos erguidos no território onde se localizava Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus.

Os estudos sobre as línguas indígenas brasileiras, de acordo com Leite e Franchetto (2006),

[...] perderam por muito tempo, embora tenham assumido outra forma, qual seja, a de verificar sua influência no português no Brasil (MONTEIRO, 1931). A enorme quantidade de topônimos calcados no Tupi (SAMPAIO, 1928) fixou uma linha de trabalho de decomposição dessas denominações, que perdurou, por vários anos, nos meios universitários, como um meio de estudo e conhecimento da língua idealizada (LEITE; FRANCHETTO, 2006, p. 26).

Nas últimas quatro décadas foram desenvolvidas pesquisas por Maria Vicentina de Paula Amaral Dick (USP) e por pesquisadores brasileiros de diferentes regiões do país que ratificam a conservação de nomes de base indígena nos designativos de lugares. De acordo com Dick (1994), os topônimos indígenas têm sua presença registrada em número significativo na norma lexical brasileira “nos mais variados itens semânticos (a exemplo de zoonímia, fitonímia, hidronímia, geomorfonímia, ergononímia)” (DICK, 1994, p. 435).

Hoje, no Brasil, de acordo com Rodrigues (2006), “a língua portuguesa é hegemônica, embora esteja longe de ser língua única” (RODRIGUES, 2006, p. 153). Atualmente “o Brasil pode ser qualificado como um país multilíngue, no qual se falam cerca de 200 línguas, das quais umas 180” (RODRIGUES, 2006, p. 153) são faladas entre os 240 povos indígenas que vivem no território brasileiro. Dentre esses povos, há aqueles que são falantes da língua

indígena materna, outros falantes do português e aqueles que estão tentando revitalizar suas línguas de origem. Entre as línguas indígenas o Tikuna é o que tem maior número de falantes, cerca de 30.000. E as outras línguas presentes no território brasileiro, são idiomas de minorias de origem europeia ou asiática (RODRIGUES, 2006, p. 153).

Com exceção do Maranhão e de Pernambuco, atualmente, conforme Rodrigues (2006, p.154), não há mais línguas indígenas faladas nos estados brasileiros nordestinos. No presente momento, somente variedades do português são faladas pelos povos indígenas que ainda vivem nos demais estados nordestinos.

De acordo com Silva (2006), no “passado das línguas gerais indígenas e das línguas indígenas brasileiras em geral provavelmente há muito a ser desvendado, com base em documentação remanescente em arquivos brasileiros e estrangeiros” (SILVA, 2006, p. 243).

3.3 AS LÍNGUAS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Ao estabelecer relações amistosas com uma comunidade indígena, os portugueses foram aprendendo a usar a língua desta e, aos poucos, foram introduzindo em suas conversas em português os nomes indígenas das coisas típicas do novo meio ambiente, não só os nomes de plantas e animais, mas também os artefatos e conceitos da cultura indígena e, igualmente, as designações de acidentes geográficos, como rios e riachos, lagos, morros e serras, etc. assim, a língua portuguesa falada no Brasil adquiriu um grande número de palavras emprestadas tanto do tupi como do tupinambá (RODRIGUES, 2010, p. 31).

No início do século XVI, conforme Lucchesi e Baxter (2006, p 172), chegaram ao Brasil os primeiros colonizadores portugueses que entraram em contato com as tribos indígenas, que habitavam o litoral e falavam línguas aparentadas do tronco tupi. Recorda-se com Rodrigues (2006) que:

[...] em seus primeiros momentos, a colonização portuguesa se fez essencialmente com varões, os quais passaram a procriar com mulheres falantes ou de tupi ou de tupinambá, de modo que seus filhos, os mamelucos, tiveram uma dessas duas como língua materna e, no mais das vezes, como língua única. Atente-se ainda para outro fato: ao longo de uma costa tão extensa, o estabelecimento dos portugueses não se deu uniformemente, mas diferiu consideravelmente segundo diversos fatores, os quais o tempo [...], o tipo de relacionamento com os indígenas locais [...], as diferentes procedências dos colonos em termo de províncias, de dialetos e de estratos sociais em Portugal, etc. (RODRIGUES, 2006, p. 146).

Um exemplo concreto dessa situação está documentado no *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento da cidade de Salvador, numa referência a Catarina Álvares Caramuru, que somente falava a língua autóctone:

[...] e portanto por ella dita doadora foi dito que de hoje para sempre das couzas nomeadas atras assim de mouel prata como de rais podiam tomar pose entregase de tudo como senhores e administradores que dita ordem he e por *eu Tabeleam entender mal a dita doadora por fallar pella Lingoa da terra o dito Padre Luis da Gráa como dito Irmam lingoa e outraz pesoas que falaram com ella sobre a cauzas desta doacam disseram que todo o atras escrito ella mandava e queria e havia por bem e a d.^a testadora asim o confirmou e outorgou por asenos que eu Tabaleao entendia* e consentio e se obrigou assim o ter e manter para sempre porquanto dizia que assim era sua vontade e Pedio a Sebastiam de Brito morador na d^a povoaçam que bem a entendia asignase esta doaçam⁸ [...] (LVT, 1945, p. 88).

Naquela época, segundo Lucchesi e Baxter (2006), os indígenas eram capazes de estabelecer a comunicação entre si utilizando uma espécie de *koiné*⁹, estruturada a partir da língua tupinambá. Foi instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a

⁸ Grifos nossos.

⁹ Língua franca decalcada da língua tupinambá denominada língua geral da costa brasileira ou simplesmente língua geral (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 172).

força de trabalho indígena inicialmente na extração do pau-brasil e posteriormente no cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 172).

No primeiro século da colonização, esse fenômeno foi mais intenso e mais duradouro no planalto de Piratininga, em São Paulo, primeiro território interior para qual se deslocou a ação colonizadora. Aí o número de mestiços, chamados então de mamelucos, cresceu tanto usando a língua tupi (ligeiramente modificada pelo convívio com a portuguesa) que esta foi difundindo-se e passou a ser chamada de *língua geral*, hoje mais especificada como *língua geral paulista* (RODRIGUES, 2006, p. 37).

Para Lucchesi e Baxter (2006, p. 172), a expressão ‘língua geral’ restaura uma variedade de contextos linguísticos, por exemplo:

- i. A *koiné* tupi utilizada na comunicação entre as tribos de línguas do tronco tupi do litoral brasileiro;
- ii. A sua versão como língua franca empregada no intercuro dos colonizadores portugueses e indígenas;
- iii. A versão nativizada dominante nos centros populacionais mestiços que se constituíram no início da colonização;
- iv. A versão “gramaticalizada” pelos jesuítas sob o modelo do português e chamadas de tapuias; e
- v. A língua franca de base tupi usada como segunda língua por tribos de língua não tupi. Por essa outra via, a língua geral também chega até a Amazônia, sendo adotada por tribos não tupi, e lá se mantém em uso, sob uma forma bastante diferenciada, até meados do século XX.

Lembram Dietrich e Noll (2010) que:

Na literatura, a língua geral é, por vezes, caracterizada como equivalente ao tupi (p. ex., em Silva Neto, 1986: 30,51) ou como construto dos jesuítas. Ambas as posições são inexatas. A designação tupi (<tupinambá) surgiu no século XVIII e se referia inicialmente à língua dos índios tupinambás (do Pará), para diferenciar a forma genuína do seu tupi da língua geral amazônica (cf. Rodrigues, 1986: 100) que se formou no curso da expansão portuguesa na bacia do rio Amazonas nos séculos XVII e XVIII. Por muito tempo, serviu também como língua de comércio entre brancos e índios aloglotas. A partir do século XIX foi chamada de nheengatu (DIETRICH; NOLL, 2010, p. 81).

De acordo com Stessuk (2006, p. 98), o tupi antigo era a língua usada pelos jesuítas em sua catequese e era a segunda língua de muitos grupos indígenas não-tupis. Era falado na sociedade colonial pelos escravos e principalmente pelos colonos portugueses.

No entanto, isso não impediu que, durante o processo de colonização no século XVI, grande parte dos índios falantes de tupinambá fosse ligeiramente exterminada pelas guerras, ou pelos surtos de doenças, ou pelos maus tratos ocasionados pela escravidão. Como diz Rodrigues (2005):

Apesar da grande diversidade de povos nativos no interior mais imediato à costa atlântica, uma característica da colonização europeia do Brasil, não só da portuguesa, mas também das tentativas francesas, foi a de privilegiar o conhecimento do idioma dos tupinambás que era, como já no fim do século XVI foi consignado no título da gramática feita por José de Anchieta, “a língua mais usada na costa do Brasil” (Anchieta, 1595). Para a comunicação com os outros povos recorria-se a intérpretes indígenas. Uma consequência dessa situação é que, durante os três séculos do período colonial fizeram-se gramáticas e dicionários de somente três línguas indígenas: do próprio tupinambá, de que foram feitas duas (Anchieta, 1595, e Figueira, 1621), da língua kirirí (Mamiani, 1699) e da língua dos maramonins ou guarulhos. Desta última, elaborada pelo Padre Manuel Viegas com o auxílio do Padre Anchieta, estão, entretanto, perdidos todos os manuscritos (gramática, vocabulário e catecismo) (RODRIGUES, 2005, p. 35).

Segundo Lucchesi e Baxter (2006, p. 173), como já se disse, a rendição das tribos indígenas foi praticada principalmente pelos centros colonizadores de São Paulo, que adentraram pelos sertões de Minas e do Centro-Oeste, através de expedições, as chamadas bandeiras, que movimentaram grandes contingentes humanos.

O largo predomínio da língua geral em São Paulo perdurou até o início do século XVIII, quando o advento do ciclo da mineração alterou esse estado de coisas. Situação semelhante se observava também no Maranhão, para onde, entre 1560 e 1580, afluíram os tupinambás afugentados das demais regiões do litoral brasileiro, espalhando-se desde a serra de Ibiapaba até as regiões banhadas por afluentes do Rio Amazonas (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 173).

Entretanto, de acordo com Lucchesi e Baxter (2006), “a resistência cultural intrínseca do índio ao trabalho forçado” (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 173) junto com a política contra escravidão dos indígenas promovidas pelos jesuítas geraram a procura de uma outra fonte de mão-de-obra a fim de “atender as crescentes demandas dos emergentes e muito prósperos engenhos de cana-de-açúcar, que começaram a se instalar no Nordeste brasileiro, já no século XVI” (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 173). Em consequência disso, o tráfico negreiro forneceu a força do trabalho para implementação da cultura agroexportadora do açúcar, que alcançaria o seu apogeu durante o século XVII.

Lucchesi e Baxter (2006) descrevem a difusão do uso da língua portuguesa no território brasileiro:

Assim, enquanto, em São Paulo, no Maranhão e no interior do país (ou seja, nas zonas periféricas da Colônia) a língua geral predominava em função da submissão e aculturação das populações indígenas, a língua portuguesa avançava a partir da Bahia e de Pernambuco, os centros mais dinâmicos e mais intimamente ligados à economia mercantilista, na qual se integrava o projeto colonial brasileiro (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 174).

É provável, segundo Lucchesi e Baxter (2006), “que os primeiros escravos africanos tenham tido contato com a língua geral, mas, com a redução da presença indígena na zona açucareira, os escravos, desde cedo, passaram a ter contato com o português” (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 175) uma vez que a utilização da língua geral tupinambá se tornava cada vez mais residual, como se pode ler em Araújo et al (2000):

A língua geral fez uma caminhada longa em direção ao português estabilizado; este realizou uma caminhada pequena em direção àquela. Este duplo caminhar marcaria uma convergência entre tendências, do lado dos portugueses, e de hábitos articulatórios negativos, do lado dos índios. O resultado seria a precipitação de algumas daquelas, quando intensificadas por estes. Das tendências precipitadas, as mais fortes se situariam no plano prosódico ou supra-segmental (ARAÚJO et al, 2000, p. 11).

A expansão do português brasileiro ocorreu até início do século XVIII, ao lado da expansão da sociedade açucareira do Nordeste “através da fala dos colonos portugueses que afluíam para esse empreendimento e, sobretudo, através das variedades defectivas de português adquiridas pelos escravos africanos e transmitidas para os seus descendentes crioulos” (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 175). Para Stessuk (2006):

A língua falada pelos bandeirantes paulistas era um dialeto de tipo crioulo que, sendo português em sua estrutura mais básica, era altamente impregnado de hábitos linguísticos do tupi antigo e do quimbundo: seria o chamado dialeto caipira, amplamente estudado por Amadeu Amaral e Teodoro Sampaio (STESSUK, 2006, p. 101).

Stessuk (2006, p. 101), afirma que essa variante dialetal do português espalhou-se por grande parte do território brasileiro, sobrepondo-se às línguas indígenas, como também ao castelhano que era usado em algumas missões de jesuítas espanhóis, as quais foram aniquiladas pelos desbravadores. Em seu caminho, os bandeirantes também batizavam os acidentes geográficos que encontravam e os povoados que edificavam com denominações tupis, o que justifica a presença de tal toponímia em regiões por onde nenhum povo indígena falante de qualquer variedade do tupi antigo jamais andou.

Assim, a sociedade colonial no sul de Minas Gerais, segundo Araújo et al (2000), por ter conservado características do contato inicial entre o branco e o índio, formatou o que veio

a ser chamado de falar caipira cujo plano prosódico não é muito diferente de determinados hábitos articulatórios da língua geral em direção ao português. Já no extremo sul, devido ao contato com as fronteiras de países de língua espanhola, “ainda mais se alterou o falar paulista, o qual se iria estender aos estados do centro-oeste brasileiro: Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul” (ARAÚJO et al, 2000, p. 12).

Contudo, de acordo com Araújo et al (2000, p. 12), “sob a influência do contexto social do sul”, até o século XVIII, veio povoar a região do Rio de Janeiro grande leva de portugueses que falavam uma língua prosodicamente diferente da dos antigos colonos. Em consequência disso, surgiu o falar fluminense que se estendeu, nestes 150 anos, até o Espírito Santo, ao passo que no início do século XX, o falar caipira, na região sul, entrou em processo de franca divisão. De um lado, continuou a ser o antigo falar caipira e espalhou-se, pelos centros urbanos e regiões limítrofes, a influência de uma variedade dele, todavia definida pela incorporação de costumes articulatórios dos imigrantes, sobretudo italianos.

Dessa maneira, assim como afirmam Lucchesi e Baxter (2006, p. 177), a organização socioeconômica brasileira pouco se alterou desde o início do empreendimento colonial em meados do século XVI até o fim do século XIX. Tratava-se de uma sociedade basicamente rural, com centros urbanos modestos que cultivavam uma rudimentar vida institucional que era acessível a apenas uma pequena elite. Já a grande parte da sua população “era mantida sob a mais violenta exploração e totalmente segregada da vida institucional ou de qualquer cidadania” (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 177). Continuam eles:

Assim, enquanto, nos restritos círculos da elite dos pequenos centros urbanos, “os Grandes” da Colônia e do Império cultivavam a língua e as boas maneiras, sob a inspiração dos modelos importados de Portugal, nas vastas regiões do país a língua portuguesa passava por drásticas alterações, sobretudo em função da aquisição precária que dela faziam negros, índios e mestiços (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 178).

Então, é sabido que no século XVIII, a língua portuguesa se impôs como língua nacional brasileira. Entretanto, é comum pensar também que a língua portuguesa brasileira tenha recebido uma certa influência da língua geral devido à longa convivência entre elas. Conforme Stessuk (2006, p. 98), essa influência limitou-se unicamente à contribuição vocabular, pelo que é talvez mais precioso se falar em “enriquecimento do português pela contribuição do tupi antigo”, do que propriamente em “influência do tupi antigo sobre o português”, já que na prática não houve alteração na sintaxe e na fonética portuguesa.

Para Dietrich e Noll (2010, p. 85-86), também não houve influência tupi nem na fonética nem na morfologia do português do Brasil, uma vez que a distinção entre o português

brasileiro e o português europeu pode ser explicada pelas evoluções internas da língua e não por influência das línguas indígenas. Esta somente se reflete no vocabulário e nos nomes (toponímia, hidronímia, coronímia e antroponímia).

De acordo com Stessuk (2006, p. 99), a contribuição do vocabulário do tupi antigo, que ainda foi ajustada pela adaptação morfofonológica das palavras indígenas para a língua portuguesa, beira o montante de dez mil palavras exclusivamente em alusão à toponímia, das quais são exemplos também encontrados no território correspondente à antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus: *Arataca, Apurarema, Igrapiuna, Irajuba, Itabuna, Itacaré, Itaquara, Itiruçu, Itororó, Ituberá, Jaguaquara, Jiquiriçá, Jussari, Mutuípe, Nova Ibiá, Piraí do Norte, Potiraguá, Taperoá, Ubaíra, Ubaitaba e Una*. Outro campo produtivo do espólio do tupi antigo na região é a antroponímia: *Araci, Bartira, Iara, Iracema, Jaci, Juraci, Jurema, Moema, Ubirajara, Ubiratã* e tantos outros. Também é fértil a coleta em designações da fauna e da flora: *abacaxi, aipim, cajá, caju, capim, cipó, goiaba, gravatá, ingá, ipê, jabuticaba, jaca, jacarandá, jatobá, jenipapo, maracujá, taquara, pitanga* etc., e *araponga, arara, bagre, capivara, cotia, gambá, jaboti, jacaré, jaguatirica, jararaca, jibóia, lambari, mutum, paca, perereca, piaba, sabiá, sagui, sanhaço, saúva, siri, suçuarana, tamanduá, tambaqui, tanajura, tatu, urubu* etc. Existem também alguns gentílicos (carioca, capixaba, potiguá...), nomes de alimentos (*beiju, caruru, curau, mingau, moqueca, paçoca, pipoca, puba, tapioca*...), objetos (*arapuca, arataca, cuia, jacá*...), fenômenos naturais (pororoca, piracema...), personagens do folclore nacional (*Boitatá, Caipora, Curupira, Iara, Saci*...), outros adjetivos (*pixaim*...) ou substantivos variados (*caiçara, caipira, capoeira, catapora, Itororó, maloca, xará*...) e um bom número de verbos formados com base nos radicais do tupi antigo, dentre os quais: *acocorar, capengar, capinar, cutucar, empipocar, sapecar, tocaiar, pintar*, etc.

Enfim, o tupi antigo, de acordo com Araújo (2008, p. 2), era uma língua de valioso conteúdo fônico, como também, é dono de um significativo acervo vocabular difundido por toda a costa do território brasileiro e reconhecido pelos estudiosos como uma série de tupinismos restritos aos campos que indica: topônimo, flora, fauna, algumas instituições, costumes e objetos. Por isso o tupi tem sido alvo de numerosas pesquisas feitas por tupinólogos, linguístas, filólogos e gramáticos. Uma vez que o tupinismo é de suma importância para a composição e o enriquecimento do acervo lexical da língua portuguesa do Brasil, além de constituir um vasto campo para o desenvolvimento de novas pesquisas. Ainda, segundo Araújo (2008):

Entendemos por tupinismo os traços linguísticos do português do Brasil, oriundos de empréstimos tomados ao tupi. De forma essencial, esses empréstimos alicerçaram-se no léxico e representam “fundamentalmente empréstimos lexicais íntimos (por adstrato)”, na opinião de J. Mattoso Câmara Jr. (1981, p.236), abarcando diversificados aspectos da vida humana associativa, do ecossistema, do meio ambiente, saber: topônimos, antropônimos, nomes de fauna e da flora, fenômenos da natureza, utensílios, alimentos, usos e costumes, festividades, radicais de origem tupi, frases, etc. Por outro lado, comprova-se valiosa contribuição à geografia linguística, notadamente quanto aos estudos do setor de palavras e coisas (ARAÚJO, 2008, p. 2).

3.3.1 O papel do tupi na formação dos topônimos do português brasileiro

Segundo Navarro ([2005?], p. 4), a participação das línguas indígenas na constituição do vocabulário do português brasileiro, na toponímia e na literatura brasileira é incontroversa. No entanto, ainda estão por se conhecer com precisão o grau de intensidade e o raio de extensão da influência das línguas indígenas na constituição do português do Brasil, uma vez que nenhuma pesquisa do gênero apresentou dados estatísticos capazes de revelar o percentual dos termos de origem indígena que existem na língua portuguesa brasileira. Para ele:

O que é incontestável é que a mera consulta aos dicionários que primam em apresentar vasta gama de brasileirismos, como é o caso do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda ou do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, donde aquele se originou, permite-nos vislumbrar alguns milhares de palavras portuguesas de origem no tupi antigo (NAVARRO, [2005?], p. 5).

As línguas indígenas, forneceram termos para o vocabulário da língua portuguesa brasileira que estão, sobretudo, no campo semântico da fauna, da flora, da pesca, da caça, da culinária etc, e que compõem muitas expressões. Uma vez que, seria muito difícil para o colonizador sobrepujar “a nova terra sem se apropriar da língua do nativo, na qual já estavam nomeados os animais e as plantas, os alimentos da terra, os instrumentos de domínio da natureza etc” (NAVARRO, [2005?], p. 5).

Segundo Dietrich e Noll (2010, p. 96), ao contrário do léxico, os nomes de lugares e de acidentes geográficos (topônimos), e de pessoas (antropônimos), na sua maioria, não tiveram origem nas línguas indígenas da época colonial, já que foram criados mais tarde, quando a língua geral já não se falava mais.

Neste sentido, o “tupi” é, na tradição brasileira – como o latim e o grego antigo nas ciências – , uma fonte virtual, um depósito de raízes lexicais que serve, neste caso, para formar, para não dizer construir, topônimos, hidrônimos etc. Diferindo das formações científicas internacionais, os nomes próprios não são sempre descritivos ou funcionais, mas podem fazer alusão a um evento da fundação do lugar ou um

fenômeno que ignoramos. Nem sempre conhecemos o sentido dos topônimos, ainda menos o do nome de um rio, ou a base histórica da língua geral correspondente (DIETRICH; NOLL, 2010, p. 96).

A maioria dos topônimos do Brasil tem sua origem na língua portuguesa. No entanto, de acordo com Navarro ([2005?], p. 6), “ao impor novos padrões de organização ao espaço brasileiro, os portugueses depararam com sociedades indígenas que há milênios já estavam aqui estabelecidas e topônimos indígenas a nomear seus territórios” (NAVARRO, [2005?], p. 6). Por isso, os topônimos de origem nas línguas indígenas estão em segundo lugar em número de ocorrências na toponímia brasileira, como também podem ser encontrados em quase todo território do país.

Como os índios eram nômades, à medida que avançava a colonização portuguesa no Brasil, eles passaram a migrar para regiões mais interiores, produzindo topônimos em diferentes áreas. Por outro lado, segundo Sampaio (1987), a maior parte dos topônimos de origem tupi e guarani foi produto da ação do civilizado, não tendo sido atribuída pelos próprios índios, mas, principalmente, com a ação das missões e das bandeiras (NAVARRO, [2005?], p. 6).

Em consequência disso, para melhor analisar os topônimos, o fator tempo de existência é usado como critério de classificação para distinguir os diversos topônimos de origem indígena espalhados por todo território brasileiro. Assim, quanto a sua antiguidade, conforme Navarro ([2005?], p. 7), os topônimos podem ser classificados em:

a) Anteriores ao descobrimento do Brasil, é o caso dos nomes tupis da costa brasileira já citados nos primeiros documentos dos cronistas e missionários que percorreram o litoral do Brasil no século XVI. Tais topônimos remontam, assim, à pré-história do Brasil, um importante legado cultural das sociedades mais primitivas que habitaram este país. Incluem-se, aí, nomes como *Piratininga*, *Bertioga*, *Itanhaém*, *Paraguaçu*, etc;

b) Do século XVI, são os topônimos atribuídos por índios e por colonos já conhecedores do tupi na época em que se iniciava a colonização brasileira. Concentram-se, essencialmente, no litoral do Brasil, tais como: *Boipeba*, *Cairu*, *Camamu*, *Igrapiuna*, *Ituberá*, *Jiquiriçá*, *Maraú*, *Taperoá*, etc.;

c) Dos séculos XVII e XVIII, são aqueles topônimos que surgiram nas regiões interioranas do Brasil e que foram atribuídos, sobretudo, pelos bandeirantes e pelos missionários, quando já era utilizada a língua geral. É o caso de *Uberaba*, *Cuiabá*, *Curitiba*, etc.;

d) Dos séculos XIX e XX, após a independência do Brasil, em 1822, aflorou um período de forte nacionalismo cultural, em que se buscava afirmar a identidade nacional em oposição

a Portugal. O tupi seria visto, assim, como a referência da pátria brasileira. Muitos topônimos na região onde se localizava a antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus datam dessa época: *Aiquara, Arataca, Apurarema, Buerarema, Camacan, Coaraci, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Irajuba, Itagi, Itagibá, Itaju do Colonia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapitanga, Itabuna, Itacaré, Itaquara, Itiruçu, Itororó, Ituberá, Jaguaquara, Jitaúna, Jussari, Mutuípe, Nova Ibiá, Piraí do Norte, Potiraguá, Ubaíra, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca.*

No século XX, com a colonização do oeste paulista, paranaense, matogrossense etc., aparecem muitos topônimos de origem tupi, como *Toriba, Potirendaba, Nhandeara Ibirá, Tangara da Serra* etc. Tais topônimos, segundo Navarro ([2005?]), não tiveram qualquer relação com a presença de grupos indígenas da família tupi-guarani ou com bandeiras, no entanto, “foram atribuídos por engenheiros, topógrafos, fazendeiros que acompanhavam a expansão das frentes pioneiras na primeira metade do século, construindo as estradas de ferro, fazendo loteamentos ou expandindo áreas de cultivo ou de pastagens” (NAVARRO, [2005?], p. 7). O que é comprovado por Dietrich e Noll (2010):

Os colonos e fundadores de vilas e cidades dos séculos XIX e XX geralmente criaram os topônimos a partir dos vocabulários existentes da língua brasílica, sem conhecer as regras imaginadas, o que é outro fator desconcertante na interpretação de topônimos de origem “tupi”. Resultou desta tradição brasileira que topônimos de origem “tupi” se encontrem também fora da expansão da língua brasílica no Brasil colonial, por exemplo, em regiões do interior como Goiás (DIETRICH; NOLL, 2010, p. 96).

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, segundo Bustamante (2007, p. 1), foi estimulada a preferência das unidades territoriais administrativas pelas denominações de origem indígena, quando foi promovida uma extensa mudança toponímica devido à Lei Geográfica do Estado Novo.

Assim, segundo Navarro ([2005?], p. 7), convivem no território brasileiro topônimos “de origem indígenas de mais de quinhentos anos com topônimos atribuídos há poucas décadas.” Todos eles são muito significativos pois representam verdadeiros registros “de comunidades humanas em cinco séculos de história do Brasil, preenchendo lacunas evidentes” (NAVARRO, [2005?], p. 7) a cerca do conhecimento da organização no passado do espaço geográfico do Brasil. Como afirma Bustamante (2007):

Assim sendo, podemos encontrar diferentes momentos e “origens” de topônimos indígenas na divisão territorial brasileira. Muitas vezes, topônimos indígenas resultam de uma tradução feita em um gabinete – por exemplo, o caso de Itapira, atualmente Ubaitaba, que, de acordo com Milton Santos (2001), são

morfologicamente diferentes, porém têm o mesmo significado – e impostas sem consulta à população local. O oposto também acontece e merece um estudo específico, quando um topônimo originalmente indígena é traduzido para o português antes de ser introduzido nos mapas, como nos exemplos listados por Cardoso (1961): os nomes indígenas *Tucátucá-tepê* foram traduzidos para Serra do Castanhal (p.99) no mapa, e *Capóitepê*, Serra da Lua (p.100) (BUSTAMANTE, 2007, p.3).

De acordo com Navarro, ([2005?], p. 8), em todos os períodos em que se buscou afirmar a identidade brasileira em oposição à cultura portuguesa, recorreu-se sempre à velha língua indígena da costa do Brasil. Isso ocorreu, “após a independência do país, com o Romantismo, com o Modernismo e até mesmo como parte de alguns ideários políticos, como o Integralismo de Plínio Salgado, por exemplo” (NAVARRO, [2005?], p. 8).

É, assim, nesse contexto sócio-histórico da constituição da língua portuguesa no Brasil, que se procurou levantar os possíveis fatores extralinguísticos que determinaram a adoção ou manutenção dos topônimos originados das línguas indígenas do Brasil nas denominações dos municípios da região correspondente à antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus emancipados durante as décadas de 50 e 60 do século XX. Como também, demonstrar a relevância das línguas indígenas brasileiras na formação do léxico toponímico da variedade brasileira do português, uma vez que as condições históricas, sociais e étnicas que aqui operavam eram divergentes aos fatos que aconteciam no além mar (MATHEUS, 2006, p. 76).

4 OS TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA NO SUL DA BAHIA

O estudo da toponímia no Brasil não pode prescindir da contribuição de Maria Vicentina do Amaral Dick (1990, 1992, 1999), a mais atuante toponimista brasileira, a quem se deve toda a metodologia aplicada nesse estudo, que afirma:

Como metodologia prática de trabalho (*práxis* toponímica), recomendamos que se realize, de antemão, um diagnóstico pontual da área de estudo, levantando os seus característicos e traços semióticos: morfologia urbana, com o sistema de circulação viária, ruas, avenidas e marcos principais, aspectos demográficos, movimentos da população em termos das camadas étnicas recorrentes, aspectos físicos gerais, incluindo os recortes geomorfológicos e hidrográficos, condições econômicas da região, fauna, flora, regime climático, sistema de chuvas. Todos esses fatores mencionados significam verdadeiros índices que poderão se verbalizar em formas denominativas. São, portanto, instrumentos metodológicos hábeis para o estudo onomástico, a documentação cartográfica referida e a arquivologia, que se posicionam como fontes idôneas para o estabelecimento das etapas relativas à desconstrução e à recriação dos próprios dados (DICK, 1999, p. 134).

4.1 A METODOLOGIA APLICADA: O ESTUDO DE CASO

Como define a própria Dick (1992):

A toponímia, como disciplina do saber humano, reúne também, as condições intrínsecas necessárias para uma pesquisa em profundidade de tais especificações antropológicas. Ao especialista da matéria abre-se, dessa forma, um amplo campo de investigações e não será pretensioso de sua parte objetivar o encontro de vinculações entre o nome de lugar e as características que subordinam o denominador à sua época. O “topônimo” não é algo estanho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade (DICK, 1992, p. 36).

Dentro deste contexto, buscou-se aqui selecionar apenas como objeto de estudo o léxico toponímico de origem indígena nomeações toponímicas dos municípios baianos oriundos da região onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, emancipados entre as décadas de 50 a 60 do século XX. Levou-se em consideração a hipótese de que o nome geográfico, em sua essência, poderia ter sido motivado por fatores extralinguísticos (de natureza física e de natureza antropocultural) que possam ter norteado os governantes no processo de adoção e/ou da manutenção do léxico indígena nas denominações dos municípios da região. Como afirma Dick (1990):

Muito embora o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou, uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato de batismo de um lugar, em

essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo (DICK, 1990, p. 38).

Neste estudo de caso foram levantados e catalogados os topônimos do recorte regional selecionado, aplicando-se a esses topônimos um tratamento científico que se fundamentou na orientação teórico-metodológica de Dick (1992), com o objetivo de buscar a motivação dos topônimos em estudo, além de levantar as possíveis influências de elementos extralinguísticos, os quais refletiram as particularidades geográficas (composição do solo, relevo, hidrografia, fauna e flora) e sócio-histórico-culturais (homenagens a etnias indígenas, a pessoas, a lugar sagrado e indicativo de caminho a ser percorrido) dos povos que habitaram a região. Uma vez que, conforme assinala Dick (1990, p. 17), “é possível estudar os topônimos de acordo com suas características externas ou semânticas (motivações toponímicas) e internas (filiações linguísticas)”.

Acrescenta, ainda Dick (1990),

A motivação toponímica ocorre no momento da designação do topônimo, por isso, com o passar do tempo, a significação que era transparente torna-se opaca em virtude do distanciamento dos condicionantes tempo-espaciais desses topônimos. É importante ressaltar que, mesmo em face ao desaparecimento das causas motivadoras, ocorre a manutenção do designativo, por isso o topônimo é conhecido como fóssil linguístico (DICK, 1990, p. 20).

O fato que se relaciona às características internas da toponímia remete à constituição étnico-histórica do Brasil, porque os três principais grupos étnicos formadores do povo brasileiro (indígena, africano e português) deixaram sua influência nos nomes de lugares. Como observa Dick (1990) “essa origem heterogênea [do Brasil] deixou reflexos diferenciados na língua, nos usos e costumes, nas tradições regionais e, conseqüentemente, na toponímia do país” (DICK, 1990, p. 81).

É bom ressaltar que neste estudo, devido ao espaço curto de tempo disponível para a realização da análise etimológica de todas as denominações toponímicas dos municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, optou-se em fazer somente a apreciação dos designativos toponímicos de origem nas línguas indígenas dos municípios emancipados na região entre as décadas de 50 a 60 do século XX.

Para dar início aos trabalhos, os dados da região foram levantados nos estudos da SEI (2003, 2001, 2000), nos arquivos do IBGE, e nas informações catalogadas sobre os topônimos designativos dos municípios alvos contidas na tese de doutoramento de Ramos (2008). O objetivo desse levantamento foi catalogar todos os possíveis topônimos de origem indígena.

Utilizou-se como critério de análise o elemento físico e o antropocultural registrado nas cartas: o nome e o histórico da criação do município.

Na direção proposta por Dick (1992), os dados estão organizados em fichas lexicográfico-toponímicas trazendo os seguintes itens:

- i. Localização: unidade da federação onde está situado o topônimo.
- ii. Topônimo: o signo toponímico.
- iii. Tipo do acidente: descrição do acidente. AG: acidente geográfico (rios, lagos, cachoeiras, etc.). AH: acidente humano (povoados, cidades, fazendas, ruas, etc.).
- iv. Natureza do acidente: caracterização semântica do acidente: físico ou antropocultural.
- v. Taxeonomia: classificação segundo as taxes toponímicas.
- vi. Variante ortográfico-lexical: formas de escrita do topônimo.
- vii. Estrutura morfológica: organização dos morfemas na composição do topônimo.
- viii. Etimologia: descrição da origem e da evolução histórica dos elementos formadores do signo toponímico (apenas para termos de origem indígena ou africana). De acordo com Isquierdo (2011), conhecer a origem do topônimo é de extrema importância, tanto para depreender a estrutura morfológica¹⁰, quanto para verificar se o sintagma toponímico é de natureza híbrida.
- ix. Histórico: exposição de dado que resgatem ou registram fatos diacrônicos que possam auxiliar na compreensão da significação do signo toponímico.
- x. Informações enciclopédicas: dados complementares compilados a partir de obras de referência auxiliares.
- xi. Contexto: exposição de dados culturais, extralinguísticos, que possam auxiliar na compreensão sociocultural do ambiente em análise.

Esses onze itens integram a ficha lexicográfico-toponímica utilizada na catalogação dos topônimos:

¹⁰ Conforme Sampaio (1955), o tupi é uma língua do tipo aglutinante porque possui uma estrutura linguística que permite o encaixamento de vários elementos que se apresentam como um único vocábulo. Contudo, ao identificar sua natureza etimológica percebe-se que se trata de uma composição que reúne duas ou mais palavras.

Quadro 3: Ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004)

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº		
LOCALIZAÇÃO:		
TOPÔNIMO:		VARIANTE ortográfico-lexical:
TIPO:	NATUREZA:	TAXEONOMIA:
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:		
ETIMOLOGIA:		
HISTÓRICO:		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:		
CONTEXTO:		

A organização da ficha foi baseada no modelo utilizado por Dick (2004) no Projeto ATESP – *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, sub área: *Toponímia Geral e do Brasil*.

Para o preenchimento dos itens: Etimologia, Histórico, Informações enciclopédicas e Contexto, foram consultadas também as seguintes obras:

- a) *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil* (NAVARRO, 2013) que apresentam as entradas lexicais e a etimologia. Usado para confirmar a etimologia tupi;
- b) *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena* (CHIARADIA, 2008) que apresentam as entradas lexicais e a etimologia
- c) *Dicionário etimológico, Nova Fronteira, da língua portuguesa* (CUNHA, 1997) que apresentam as entradas lexicais e a etimologia;
- d) *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (MACHADO, 1967);
- e) *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* (CUNHA, 1998). Usado para confirmar a etimologia tupi;
- f) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS, 2001) para a escolha das entradas mais adequadas ao contexto;
- g) *Diccionario geográfico do Brazil* (PINTO, 1894);
- h) *Pequeno dicionário toponímico da Bahia* (FALCÃO, 2001);
- i) *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi. Significados dos nomes geográficos de origem tupi* (TIBIRIÇÁ, 1985). Usado para confirmar a etimologia tupi;

- j) *Vocabulário: tupi-gurani/português* (BUENO, 2008). Usado para confirmar a etimologia tupi;
- k) *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa* (BUENO, 1968);
- l) *O Tupi na geographia nacional* (SAMPAIO, 1901/1955). Sempre que a origem etimológica não constava na obra anteriormente citada ou para confirmar a etimologia tupi;
- m) *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos* (NAVARRO, 2005), para escolha das entradas mais adequadas ao contexto.

Foi usado para o item taxonomia o modelo metodológico de classificação taxonômica proposto por Dick (1992), a fim de estabelecerem-se significações vinculadas aos aspectos de natureza física e de natureza antropocultural de uma sociedade.

Selecionaram-se vinte e sete taxes (destas, 11 se relacionam ao ambiente físico – Taxeonomias de *natureza física*, e 16 estão ligadas às relações estabelecidas pelo homem inserido numa sociedade com seus aspectos sócio-culturais e históricos peculiares, as Taxeonomias de *natureza antropocultural*) que analisam o conteúdo semântico dos topônimos a partir de traços relacionados ao meio físico ou a fatores antropoculturais. O quadro taxonômico, proposto por Dick (1990, p. 31-34), fica assim estruturado:

Quadro 4: Taxeonomias de natureza física (DICK, 1990)

Taxeonomia	Referência	Exemplos
Astrotopônimos	Relativos aos corpos celestes em geral.	Fazenda <i>Estrela da Paz</i>
Cardinotopônimos	Relativos às posições geográficas em geral.	Rua <i>Central</i> .
Cromotopônimos	Relativos à escala cromática.	Rio <i>Pardo</i>
Dimensiotopônimos	Relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, largura, comprimento, etc.	<i>Pancadinha, Córrego Grande, Rua do Alto do Cristo.</i>
Fitotopônimos	Relativos à índole vegetal.	Rua <i>do Cacau</i> , Distrito do <i>Cajueiro Velho</i> , Fazenda do <i>Jacarandá</i>
Geomorfotopônimo	Relativo às formas topográficas.	Rua <i>Beira Rio</i> , Rua <i>Ponta da Pedra</i>
Hidrotopônimo	Resultante de acidentes hidrográficos em geral.	Fazenda <i>Riacho de Pedra</i> , Fazenda <i>Riacho de Areia</i>
Litotopônimo	Topônimo de índole mineral relativos também à constituição do solo.	Fazenda <i>Torrão de Ouro</i> , Riacho <i>de Areia</i> , Travessa <i>do Barranco</i>
Meteorotopônimos	Relativos a fenômenos atmosféricos.	Rua <i>Enxuta</i> , Fazenda <i>Primavera</i> .
Morfotopônimos	Refletem o sentido de forma geométrica.	<i>Curva do Boi</i> .
Zootopônimos	Relativo à índole animal, representados por indivíduos domésticos ou não domésticos e da mesma espécie em grupos.	Rua do <i>Corujão</i> , Ribeirão dos <i>Veados</i> , Ribeirão das <i>Isclas</i> .

Quadro 5: Taxeonomias de natureza antropocultural (DICK, 1990)

Taxeonomia	Referência	Exemplos ¹¹
Animotopônimo	Relativo à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano.	Bairro <i>Bela Vista</i> , Rua <i>Boa Vista</i> , Pancada <i>Formosa</i> , Rua <i>Paraíso</i> , Ribeirão do <i>Luxo</i> , Fazenda <i>Recreio</i>
Antropotopônimo	Relativo a alcunha(s) ou prenome(s) de pessoas, nomes de família.	Avenida <i>Assis</i> , Praça <i>Vieira de Melo</i> , Bairro <i>Caxingó</i>
Axiotopônimo	Relativo aos títulos e dignidades apensos a antropônimos.	Rua <i>Princesa Isabel</i> , R. <i>Barão do Rio Branco</i> , R. <i>Brigadeiro Eduardo Gomes</i> , R. <i>Marechal Rondon</i> , R. <i>Padre João do Prado</i> , Av. <i>Presidente Tancredo Neves</i> , R. <i>General Osório</i> , Av. <i>Professor Otávio Monteiro</i>
Corotopônimo	Relativo aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Avenida <i>Brasil</i> , Rua <i>Camacan</i> , Avenida <i>Coaraci</i> , Av. <i>Itabuna</i> , Fazenda <i>Itagi</i>
Cronotopônimo	Encerram indicadores cronológicos através de adjetivos.	Rua <i>Novo Horizonte</i> , Distrito do <i>Novo Cajueiro</i> , Fazenda <i>Nova Esperança</i>
Dirrematopônimo	Constituído por frases ou enunciados linguísticos.	Bairro <i>Sempre Viva</i>
Ecotopônimo	Relativo às habitações de um modo geral.	Município de <i>Aiquara</i> ¹² ,
Ergotopônimo	Relativo aos elementos da cultura material em geral.	Rua <i>da Cerâmica</i> , Rua <i>do Paletó</i> , Morro <i>do Cuscuz</i> , Rua <i>da Caixa D'Água</i> .
Etnotopônimo	Referente aos elementos étnicos.	Município de <i>Camacan</i> ¹³ .
Hieretopônimo	Relativo aos nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides religiosas; associações religiosas; locais de culto. Os hieretopônimos subdividem-se em: i. Hagiotopônimos : relativo aos santos e santas do hagiológico romano; ii. Mitotopônimos : relativo às entidades mitológicas.	Vila <i>Santa Izabel</i> , Travessa <i>Santa Helena</i> , Praça <i>São Jorge</i> , Avenida <i>São Vicente de Paula</i> , Praça <i>São João</i> , Fazenda <i>São Sebastião</i>
Historiotopônimo	Relativo aos movimentos de cunho histórico e social.	Rua <i>Tiradentes</i> , Rua <i>7 de Setembro</i> , Avenida <i>Dois de Julho</i> , Rua <i>15 de Novembro</i> , Rua <i>1º de Maio</i>
Hodotopônimo	Relativo às vias de passagem rural ou urbana.	Município de <i>Itapé</i> ¹⁴ .
Numerotopônimo	Relativo aos índices numéricos.	Serra <i>dos Quatro Porcos</i> , Fazenda <i>Três Cancelas</i>
Poliotopônimo	Formado por vocábulos indicativos de unidades territoriais menores que o município.	<i>Vila Felicidade</i> .
Sociotopônimo	Relativo às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.	Praça <i>da Feira</i> .
Somatopônimo	Usados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal.	Fazenda <i>Coração de Jesus</i> , Rua <i>do Gogó da Ema</i> ¹⁵

Como ressalta Dick (1990), no estudo toponímico deve-se examinar a estrutura interna dos signos que compõem o sintagma toponímico, ou seja, fazer uma pesquisa etimológica que resgate a filiação linguística dos topônimos, e de seus aspectos externos ou semânticos, os quais compreendem a sua motivação. O item lexical, quando encarregado da função toponímica, recebe influência semântica de fatores ambientais ou socioculturais, de modo que

¹¹ Nos Quadros 3 e 4, procurou-se, na medida do possível, exemplificar as taxeonomias com topônimos localizados na área do município de Ibicaraí, conforme o Mapa da cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia (2004).

¹² Na falta do exemplo da taxeonomia Ecotopônimo no município de Ibicaraí, optou-se em exemplificar com o topônimo do município de *Aiquara*.

¹³ Na falta do exemplo da taxeonomia Etnotopônimo no município de Ibicaraí, optou-se por um topônimo do município próximo, a cidade de *Camacan*.

¹⁴ Na falta do exemplo da taxeonomia Hodotopônimo no município de Ibicaraí, optou-se pelo topônimo de uma cidade próxima, o município de *Itapé*.

¹⁵ Exemplo de topônimo localizado no município de Itabuna.

o topônimo, quando em oposição a outras formas lexicais, apresenta na motivação sua principal característica diferencial.

Conforme o modelo de Dick (1990), o signo toponímico é composto por dois termos: o *termo genérico* que indica o tipo de acidente geográfico (físico ou humano) ou *vocábulo toponímico básico* relativo à entidade geográfica a ser nomeada, e o *termo específico* que é o *topônimo propriamente dito*, identificador e singularizador da noção espacial nomeada. Assim por exemplo, em *Estado da Bahia, Município de Ilheus, Morro do Chapéu e Rio de Contas*, têm-se respectivamente, *Estado, Município, Morro e Rio* como termo genérico e *Bahia, Ilheus, Chapéu e Contas*, como topônimos.

Quadro 6: Termos que compõem o sintagma toponímico

Termo Genérico		Termo Específico
Rio	de	Contas
Município	de	Ilheus
Estado	da	Bahia
Fazenda		Riacho de Areia

Dessa forma, foi considerado na classificação taxonômica o nome específico do sintagma denominativo como propôs Dick (1990, p. 24). Neste modelo o primeiro nome é fundamental para o termo genérico (indica o referente geográfico que recebe a denominação e não é propriamente uma criação semântica) e o segundo constitui o termo específico, é nele que se reflete a motivação toponímica e se fundamenta o alvo do estudo toponímico. Assim, por exemplo, no topônimo *Fazenda Riacho de Areia* – *fazenda* é o elemento genérico e *Riacho de Areia* é o elemento portador da substância de conteúdo, que o insere na categoria de acidente humano e na categoria hidrotopônimo.

Esses dois termos, no signo toponímico, podem estar associados em uma composição justaposta (nos exemplos citados acima) ou aglutinada. Neste caso, conforme Dick (1992),

[...] aparecem indissolivelmente unidos [...], de modo a constituir como que um bloco único, fechado em torno dos dois elementos, dos quais não se distingue mais o que é um ou o que é o outro, principalmente [...] se a língua falada já exclui do seu uso o vocábulo em questão. Frequentemente, nesses casos, adota-se, como recurso explicativo, o reforço de um nome genérico, para complementar a idéia daquele que foi absorvido, por inteiro, no interior do designativo, em seu núcleo complexo. Diz-se, então, que o termo genérico tende a perder a sua função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico (DICK, 1992, p. 10).

Muitos topônimos brasileiros de origem nas línguas indígenas exemplificam esta situação, como *Paratinga*, que denomina um rio baiano e um município às suas margens e significa ‘rio branco’ (*pará* = rio + *tinga* = branco). A integração dos termos genérico e específico “neste signo toponímico foi completa pelo desuso de ambos, isoladamente, na fala. Para referir-se ao curso d’água, surge o reforço do termo ‘rio’, e a referência é o acidente humano, fala-se de ‘cidade’ ou ‘município’ de Paratinga (RAMOS, 2008, p. 39).

De acordo com Ramos (2008),

Esse fenômeno relaciona-se a outro, incidente não só em formas de procedência Tupi, como também sobre a toponímia brasileira de origem portuguesa: a toponimização de acidentes geográficos. Nessa situação, o nome atribuído a um acidente físico cristaliza-se e passa a designar, também, um acidente humano, fazendo surgir um corotopônimo, ou seja, um termo específico que recupera outro signo toponímico (RAMOS, 2008, p. 39).

Por sua vez, o termo específico do sintagma toponímico pode se apresentar com a seguinte formação morfológica:

Quadro 7¹⁶: Formação do sintagma toponímicos proposta por Dick (1990)

Termo específico simples formado por substantivos ou adjetivos.	Aquele definido por um só lexema. Ex: Bairro do <i>Luxo</i> , Travessa. <i>Barranco</i> , Avenida <i>Brasil</i> , etc.
Termo específico composto formado por mais de um elemento lexical.	Aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si. Ex: Rua <i>Alto do Cristo</i> , Rua <i>São João</i> , etc.
Termo específico híbrido simples ou híbrido composto	Aquele formado por elementos oriundos de diversas línguas. Ex: Município de <i>Itaju do Colônia</i> , etc.

Neste estudo, para a descrição da estrutura morfológica dos sintagmas toponímicos considerou-se a palavra como base, seja ela de natureza lexical ou gramatical, a fim de identificar o processo de derivação presente na composição do sintagma toponímico. Sendo assim, os topônimos do *corpus* foram catalogados utilizando a seguinte estrutura morfológica proposta por Dick (1990):

i. Sintagma toponímico formado com termo específico simples masculino:

- $TS_{mas} [S_{sing}]$: *Camacan*, *Coaraci*, *Gandu* e *Itagibá*;

¹⁶ Todos os exemplos desta seção, são topônimos localizados na área do município de Ibicarai e no território da região alvo, conforme o Mapa da cidade de Ibicarai, Estado da Bahia (2004) e SEI (2001).

- ii. Sintagma toponímico formado com termo específico composto feminino:
 - TC_{fem} [S_{sing} + S_{sing}]: *Aiquara, Itamari e Uruçuca*;
 - TC_{fem} [S_{sing} + Adj_{sing}]: *Buerarema, Ibicaraí, Ibirapitanga, Itapitanga e Ubatã*;
 - TC_{fem} [S_{sing} + S_{sing} + Adj_{sing}]: *Jitaúna*;
 - TC_{fem} [S_{sing} + V]: *Ibiratáia*;
- iii. Sintagma toponímico híbrido formado com termo específico composto feminino e um termo simples feminino:
 - TC_{fem} [S_{sing} + Adj_{sing}] + TS_{fem} [S_{sing}]: *Itaju do Colonia*;
- iv. Sintagma toponímico formado com termo específico composto masculino:
 - TC_{mas} [S_{sing} + S_{sing}]: *Itapé*;
 - TC_{mas} [S_{sing} + S_{sing} + S_{sing} + S_{sing}]: *Itajuípe*;
 - TC_{mas} [S_{sing} + Adj_{sing}]: *Gongogi e Itagi*.

De acordo com Andrade (2009), um dos grandes desafios para a definição de uma taxonomia precisa é o conceito de Toponímia que é definido como um acervo de eventos culturais e “geo-históricos que envolve a nomeação e a significação do nome de um lugar. Daí decorre a imprecisão em delimitar o campo da toponímia que passa pelas Ciências Sociais, História, Geografia e a Língua” (ANDRADE, 2009, p. 3733).

Entretanto, segundo Andrade (2009, p. 3733), a Onomástica abrange “um emaranhado de aspectos línguoculturais que se entrecruzam com os dados das demais ciências, por isso, ela é considerada como um fato do sistema das línguas humanas” e parte essencial para o desenvolvimento deste estudo. Assim, conforme Isquierdo (2009),

Pelo viés linguístico focalizam-se aspectos como a etimologia, a base linguística dos elementos formativos do nome, a estrutura formal do sintagma toponímico, a classificação taxonomica. Em contrapartida, pelo viés extralinguístico, o topônimo é analisado na perspectiva das causas denominativas que impulsionaram o denominador no ato da nomeação – influências étnicas, culturais, históricas, mitológicas e ambientais (ambientais físico e social) (ISQUERDO, 2009, p. 2).

Em síntese, a metodologia desenvolvida neste trabalho constou das seguintes etapas:

- i. levantamento do *corpus* nos estudos da SEI (2003, 2001, 2000), nos arquivos digitais do IBGE e na tese de doutoramento de RAMOS (2008);

- ii. pesquisa de material bibliográfico que pudesse ser utilizado como fundamentação teórica e como subsídio para o levantamento de dados histórico-geográficos das denominações toponímicas de origem indígenas dos municípios da região alvo;
- iii. dados históricos, análise etimológica dos topônimos e observações;
- iv. catalogação dos topônimos em fichas lexicográfico-toponímicas, com o preenchimento de todos os dados por ela solicitados;
- v. análise dos dados.

A análise dos dados onomásticos que compõem o *corpus* deste estudo será feita através de uma investigação fundamentada pela teoria toponímica e submetida a uma categorização semântica proposta por Dick (1990), mediante distribuição taxonômica que visa a estabelecer uma sistematização terminológica do material toponímico, como também demonstrar as nuances e preferências evidenciadas pelas motivações toponímicas. Neste estudo de caso será adotada a perspectiva sincrônica para apreciação dos dados.

Assim o uso de ficha lexicográfico-toponímica proporciona uma análise sincrônica, dispensando um retorno histórico para que a significação da denominação seja alcançada. As verificações semânticas são fundamentadas no material linguístico, o que em muito favorece as pesquisas toponímicas, uma vez que dispensa a presença do denominador, fato que nem sempre é possível, não só pelo distanciamento cronológico do ato da nomeação até o período da análise, como também pela dificuldade em realizar uma tarefa investigativa, *in loco*, quando se trata de uma área de pesquisa muito ampla, como no caso da formulação dos atlas toponímicos (ALMEIDA, 2012, p. 71).

Esclarecida a metodologia aplicada, apresenta-se o *corpus* na seção a seguir.

4.2 CORPUS SELECIONADO

4.2.1 As denominações toponímicas dos municípios alvos

A toponímia brasileira demonstra claramente o modo de ocupação do território que hoje se define como Brasil a partir do descobrimento e do início do processo de colonização. Topônimos (nomes próprios de lugares) usados pelos povos indígenas sobreviveram aos nomes de personagens sacros (hierotopônimos), aos nomes clássicos (antropônimos) utilizados para denominar localidades pelos europeus que aqui aportaram.

Deste modo, a seguir, distribuídos nas décadas em que ocorrerem a emancipação política, os municípios que compõem a Região Econômica Litoral Sul originados do território onde se localizava a antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, de acordo com a SEI (2001, p. 77 e 78):

- a) 1950: *Buerarema* (1959), *Coaraci* (1952), *Gandu* (1958), *Ibicaraí* (1952), *Itagibá* (1950), *Itajuípe* (1952), *Ubatã* (1952) e *Uruçuca* (1952);
- b) 1960: *Aiquara* (1962), *Almadina* (1962), *Aurelino Leal* (1961), *Barra do Rocha* (1961), *Barro Preto* (1962), *Camacan* (1961), *Dário Meira* (1962), *Floresta Azul* (1962), *Gongogi* (1961), *Ibirapitanga* (1961), *Ibirataia* (1960), *Itagi* (1960), *Itaju do Colônia* (1962), *Itamari* (1962), *Itapé* (1961), *Itapitanga* (1960), *Jitaúna* (1961), *Mascote* (1962), *Santa Cruz da Vitória* (1962), *Teolândia* (1962) e *Wenceslau Guimarães* (1962).

Ao selecionar como objeto de estudo o topônimo que designa o município emancipado situado na Região Litoral Sul do Estado da Bahia correspondente à antiga Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, que adotaram e/ou mantiveram o topônimo originado nas línguas indígenas brasileiras, levou-se em consideração a hipótese de que a motivação semântica para denominar esses municípios pode não ter partido totalmente da cultura indígena, mas da força do poder público, ou seja, apesar de, ainda hoje, existirem aldeias indígenas na região, naquela época, durante o processo de emancipação dos municípios, houve uma maior influência do poder governamental na escolha dos topônimos.

Segundo a tese sapiriana¹⁷ (1969, p. 43), o ambiente, tanto físico como o social, reflete-se na língua e só atua sobre o indivíduo por meio das forças sociais. Assim, o enunciador de um topônimo, no ato de batismo de um espaço, condicionado por fatores sócio-ambientais, transforma uma unidade da língua em um nome próprio, ou seja, de unidade virtual o signo adquire o estatuto de fator linguístico.

Para melhor explicar isso, primeiramente foi feita a identificação e distribuição das designações dos municípios baianos que se enquadravam no perfil de estudo investigado em dois grupos de acordo com o período em que se deu o processo de emancipação política. Posteriormente, foram separadas em um quadro somente as denominações toponímicas dos municípios alvos.

¹⁷ Segundo Sapir, existe um movimento de afastamento das formas linguísticas em relação às formas culturais, assim como a influência do ambiente não se daria em todos os aspectos da língua. Conforme o autor, há uma tendência de se estabelecer um vínculo direto, uma relação de causa e efeito, entre elementos culturais e ambientais (SAPIR, 1969, p. 43).

O *corpus* inicial é constituído pelo somatório de todas denominações toponímicas dos municípios emancipados entre as duas décadas mencionadas, perfazendo o total de 29 (vinte e nove = 100%) municípios emancipados no período. No entanto, somente 19 (dezenove = 65,5%) topônimos foram catalogados como de possível origem motivada nas línguas ameríndias brasileiras.

A fim de explicar esse quadro, tomou-se como base a história da criação tanto do município, quanto do topônimo *Ibicaraí*, apresentados por Assis (2005):

Ibicaraí teve a sua origem, diretamente ligada ao território de Itabuna, localizado na zona cacauzeira (sul da Bahia), a qual foi desmembrada em 1952, possuindo uma área estimada de acordo com os limites que lhe foram dados pela Lei nº 491, de 22 de outubro de 1952, de 1300 km². Conforme os resultados do Censo de 1950, o novo município (naquela época Vila) passou a ter uma população de 73.397 habitantes, sendo 37.813 homens e 35.384 mulheres, localizando-se 84% da população na zona rural (ASSIS, 2005, p. 82).

E, mais adiante:

Em virtude do rápido crescimento, em 1920 o Arraial alçou a condição de Distrito. E, por sugestão de Aurélio Caldas, “um dos que mais colaboraram para o desenvolvimento do lugar”, o topônimo primitivo foi substituído por *Palestina*. Assim, dado ao crescente progresso, o lugarejo foi promovido a Vila em 1937, sendo definitivamente denominado *Ibicaraí*, que em tupi significa "Terra Sagrada", através do Decreto-lei Estadual nº 141 de 31 de dezembro de 1943 (ASSIS, 2005, p. 102).

O quadro a seguir mostra os municípios da Região Litoral Sul Baiano distribuídos pela década de emancipação (SEI, 2001, p 77-78), cuja designação remete a uma origem ameríndia.

Quadro 8: Municípios cuja denominação é atribuída a uma origem ameríndia

Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus / Região Litoral Sul Baiano	
Municípios emancipados nas décadas de 1950 a 1960	
1950	1960
<i>Buerarema – 1959</i>	<i>Aiquara – 1962</i>
<i>Coaraci – 1952</i>	<i>Camacan – 1961</i>
<i>Gandu – 1958</i>	<i>Gongogi – 1962</i>
<i>Ibicaraí – 1952</i>	<i>Ibirapitanga – 1961</i>
<i>Itagibá – 1950</i>	<i>Ibirataia – 1960</i>
<i>Itajuípe – 1952</i>	<i>Itagi – 1960</i>
<i>Ubatã – 1952</i>	<i>Itaju do Colônia – 1962</i>
<i>Uruçuca – 1952</i>	<i>Itamari – 1962</i>
	<i>Itapé – 1961</i>
	<i>Itapitanga – 1960</i>
	<i>Jitaína – 1961</i>
8 municípios	11 municípios

O *corpus* permitiu catalogar, portanto, 19 topônimos de origem ameríndia. Ressalta-se, no entanto, que estão incluídos todos os prováveis topônimos de origem indígena. Prevaleceu como forma de totalização dos dados o registro, o histórico e a descrição do topônimo de cada município individualmente.

4.2.2 Taxeonomia toponímica nos municípios alvos

Nesta seção, serão apresentadas as fichas lexicográfico-toponímicas com as informações concernentes a cada topônimo, encontrando-se organizadas em ordem alfabética como se vê na relação a seguir. Em seguida, os signos toponímicos coletados serão separados em quadros que indicam os topônimos de natureza semântica física e natureza semântica antropocultural, seguidos de suas respectivas classificações de acordo com a taxeonomia proposta por Dick (1990).

4.2.2.1 Relação das fichas lexicográfico-toponímicas

Quadro 9: Relação das fichas lexicográfico-toponímicas

- | |
|-----------------------------|
| 1 <i>Aiquara.</i> |
| 2 <i>Buerarema.</i> |
| 3 <i>Camacan.</i> |
| 4 <i>Coaraci.</i> |
| 5 <i>Gandu.</i> |
| 6 <i>Gongogi.</i> |
| 7 <i>Ibicaraí.</i> |
| 8 <i>Ibirapitanga.</i> |
| 9 <i>Ibiratáia.</i> |
| 10 <i>Itagi.</i> |
| 11 <i>Itagibá.</i> |
| 12 <i>Itaju do Colonia.</i> |
| 13 <i>Itajuípe.</i> |
| 14 <i>Itamari.</i> |
| 15 <i>Itapé.</i> |
| 16 <i>Itapitanga.</i> |
| 17 <i>Jitaúna.</i> |
| 18 <i>Ubatã.</i> |
| 19 <i>Uruçuca.</i> |

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 1		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Aiquara</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Antropocultural	TAXEONOMIA: Ecotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + S _{sing}]; a'y = (preguiça) + <i>küara</i> = (refúgio, toca).		
<p>ETIMOLOGIA: Segundo Navarro (2013) o vocábulo é constituído pela justaposição dos termos indígenas <i>a'y</i> + <i>küara</i> = toda das preguiças.</p> <p>Conforme o artigo <i>Aiquara</i> [2000?] e o IBGE (2007), o topônimo é composto pelas palavras: <i>ay</i> = (caminho) e <i>küara</i> = (toca, loca, caverna), significando 'o caminho da toca'.</p> <p>Para Falcão (2001), Chiaradia (2008) e Ramos (2008) é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>ay</i> = (preguiça: o animal) + <i>küara</i> = (refúgio, morada, buraco), quer dizer 'refúgio das preguiças'.</p>		
<p>HISTÓRICO: De acordo com o artigo <i>Aiquara</i> [2000?] e o IBGE (2007), até 1915, era uma pequena propriedade rural chamada <i>Preguiça</i>. Estas terras, alguns anos mais tarde, passaram para o domínio público com o nome de <i>Arraial da Conceição</i>. O aumento do número de moradores e a construção de casas residenciais e comerciais fez com que houvesse um plebiscito, em 1924, para mudar o nome local. O resultado foi o desaparecimento da antiga denominação <i>Arraial da Conceição</i> e a aprovação do novo nome, <i>Aiquara</i>. Elevada a município com o território desmembrado de Jequié por força da Lei Estadual nº. 1.671, de 12/04/1962.</p>		
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme o artigo <i>Aiquara</i> [2000?] e o IBGE (2007), o vocábulo <i>Aiquara</i> significa 'caminho da toca', uma vez que a cidade fica na passagem para um lugarejo chamado Toca Bonita.</p>		
CONTEXTO: N/T		

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 2		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Buerarema</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: <i>ibirarema</i> , <i>ubirarema</i> e <i>guararema</i>
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Fitotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + Adj _{sing}]; <i>ybirá</i> = (árvore, madeira) + <i>rema</i> = (fétida).		
<p>ETIMOLOGIA: Conforme Navarro (2013), Santana [2000?a] e o artigo <i>Buerarema</i> [2003?], o topônimo é composto pela junção dos termos originados do tupi, <i>ybyrá</i> = (árvore, madeira) + <i>rema</i> = (fedida), que significa ‘madeira fedida’.</p> <p>Para Falcão (2001), Chiaradia (2008) e Ramos (2008), é um vocábulo composto pela aglutinação das palavras indígenas <i>puera</i> ou <i>muera</i> ou <i>muira</i> = (madeira) + <i>rema</i> = (fétido), significando “madeira fétida, pau d’alho”; vocábulo indígena composto pela aglutinação das palavras <i>buerara</i> = (emaranhado de galhos) + <i>ema</i> ou <i>eyma</i> = (sem), significando ‘mata limpa, sem emaranhado de galhos ou cipó’; palavra indígena derivada de <i>bu</i> ou <i>ypu</i> = (fonte) + <i>uera</i> = (que foi) + <i>rema</i> = fétido, significando ‘fonte que foi fétida’.</p>		
<p>HISTÓRICO: De acordo com Santana [2000?a] e o artigo <i>Buerarema</i> [2003?], a região era habitada primitivamente por índios: Tupiniquins e Aimorés. Povoado iniciado por volta de 1910 às margens do ribeirão do <i>Macuco</i> com a mesma denominação. Seu crescimento foi dificultado pela ausência de estradas. No período entre 1910 e 1930, surgiu a figura da liderança indígena tupinambá Caboclo Marcelino, que lutava pelo reconhecimento do direito à terra dos índios de sua etnia, os Tupinambás de Olivença. Em 1922, com a Via Pontal-Macuco, a área obteve desenvolvimento. Elevado a categoria de município, desmembrado de Itabuna, pela Lei Estadual Nº 1.170 de 17/09/1959. Teve seu topônimo alterado para <i>Buerarema</i> um vocábulo de origem indígena composto pelas palavras <i>ybirá</i> = (árvore, madeira) + <i>rema</i> = (fétida), significando assim, <i>ibirarema</i> (outro nome do Pau d’alho) que também significa ‘madeira fétida’.</p>		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Teodoro Sampaio (1955), as palavras tupis <i>ibirarema</i> , <i>ubirarema</i> e <i>guararema</i> são variações de um mesmo vocábulo.		
CONTEXTO: N/T		

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 3		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Camacan</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: <i>Camacã</i> ¹⁸
TIPO: (AH)	NATUREZA: Antropocultural.	TAXEONOMIA: Etnotopônimo ¹⁹
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS _{mas} [S _{sing}]; <i>camacan</i> = povo indígena.		
<p>ETIMOLOGIA: Segundo Navarro (2013), não é uma palavra de origem tupi. É nome de povo indígena extinto que habitava a margem esquerda dos rios Pardos e Colônia no sul da Bahia.</p> <p>Para Falcão (2001), Chiaradia (2008) e Ramos (2008), é uma palavra que denomina certa nação indígena que habitou as margens do rio Pardo no Estado da Bahia; vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas, <i>cama</i> = (peito, seio) + <i>acã</i> ou <i>acang</i> = (cabeça, caroço, saliência), significando ‘peito proeminente’ (elevação de terreno semelhante a peito de mulher).</p>		
<p>HISTÓRICO: De acordo com Santana [2000?b] e o artigo <i>Camacan</i> [2003?], a região era primitivamente habitada pelos índios <i>Camacans</i>. A História do município de <i>Camacan</i> está diretamente ligada à expansão do cultivo do cacau. Segundo os principais estudos historiográficos sobre esta região, <i>Camacan</i> começou a ser configurada no ano de 1888, quando algumas famílias de Canavieiras começaram a buscar novas terras para o plantio de cacau por dois motivos principais: primeiro, por força das graves cheias do Rio Pardo que comprometiam a produção agrícola de Canavieiras, e, segundo, pelo declínio e desaparecimento dos diamantes do rio Salobro, tornando primordial a necessidade de novas fontes de produção. <i>Camacan</i>, antigo distrito criado em 1938 com a denominação de <i>Vargito</i> (a partir de 1953: <i>Camacã</i>). Povoado elevado à categoria de município, desmembrado de Canavieiras, pela Lei Estadual Nº 1.465 de 31/08/1961.</p>		
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme Santana [2000?b] e o artigo <i>Camacan</i> [2003?], é um topônimo que corresponde à nação indígena que habitava a região.</p> <p>Pinto (1894), no final do século XIX, faz registro em seu dicionário do vocábulo <i>Camacan</i> designando os índios que foram reunidos na aldeia de Catolé à margem do rio Pardo no Estado da Bahia.</p>		
CONTEXTO: N/T		

¹⁸Segundo as normas ortográficas vigentes da língua portuguesa, este topônimo deveria ser grafado como *Camacã*. Prescreve-se o uso da letra "ã" para palavras de origem macro-jê, designando um povo natural da região. Ao longo dos anos, a grafia foi alterada para *camakam*, *camacam* e finalmente para *camacan*. Do mesmo vocábulo vem *camacã*, “espécie de árvore”, de acordo com o artigo *Camacan* [2003?].

¹⁹ Apesar de Ramos (2008) considerar o topônimo *Camacan* um somatopônimo, nesse estudo, o referido vocábulo foi classificado como um etnotopônimo, porque ele se refere a um grupo indígena que habitava a região do atual município.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 4		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Coaraci</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: <i>Guaraci</i> ²⁰ ,
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Astrotônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS _{mas} [S _{sing}]; <i>Kiuarasy</i> = Sol.		
ETIMOLOGIA: Para Navarro (2004 e 2013), o vocábulo <i>kiuarasy</i> em tupi, significa, o ‘Sol’. Conforme Dourado [2003?], Falcão (2001), Chiaradia (2008) e Ramos (2008), é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas, <i>kü + ara + sy</i> , que significa “mãe do dia: o Sol, o verão”.		
HISTÓRICO: De acordo com Dourado [2003?], no final do século XIX, o território, integrante do município de Ilhéus, era coberto por matas espessas e inexploradas. A partir da <i>Fazenda Berimbau</i> , formou-se uma povoação que recebeu a denominação de <i>Macacos</i> , posteriormente alterada para <i>Itacaré do Almada</i> . Por força de um decreto em 1938, o distrito teve a denominação alterada para <i>Guaraci</i> . Finalmente, em 1943, o povoado passou a chamar-se <i>Coaraci</i> . Elevada a município, desmembrado de Ilhéus, por Lei Estadual Nº 515 de 12/12/1952, com a denominação de <i>Coaraci</i> .		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Teodoro Sampaio (1955), a palavra tupi <i>Guaracy</i> é uma variação do vocábulo <i>Coaraci</i> e significa, ‘a origem deste tempo’, ‘a mãe deste dia’, nome dado ao ‘Sol’.		
CONTEXTO: N/T		

²⁰ Conforme Sampaio (1955, p. 197), *Coaraci* é uma variação ortográfica do vocábulo *Guaraci*.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 5		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Gandu</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: <i>cuandu</i> , <i>candu</i> , <i>goandu</i> , <i>gandu</i> , <i>coandu</i>
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Zootopônimo ²¹
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS _{mas} [S _{sing}]; <i>kuandu</i> = ouriço-cacheiro.		
ETIMOLOGIA: Segundo Navarro (2013), Chiaradia (2008), <i>kuandu</i> é uma palavra indígena que designa um mamífero roedor, eretizontídeo: ouriço-cacheiro, <i>cuandu</i> , <i>candu</i> , <i>goandu</i> , <i>gandu</i> , <i>coandu</i> . Para Falcão (2001), é um vocábulo indígena, o mesmo que <i>guandu</i> ou <i>andu</i> , arbusto da família das Leguminosas, sub-família das <i>Papilionáceas</i> .		
HISTÓRICO: De acordo com Gouveia [2000?a] e o artigo <i>Gandu</i> [2000?], o povoado foi originado da <i>Fazenda Corujão</i> , situado nas margens do rio Santarém (hoje Ituberá). O desenvolvimento desse arraial proporcionou o surgimento da vila nomeada de <i>Gandu</i> , tomando o mesmo nome do rio <i>Gandu</i> que o banha e tem nascente na serra da Pedra-chata. Grandes anfíbios (muitos jacarés <i>guandus</i>) habitavam esse rio e as lagoas da região, daí a inspiração do nome atual do município. É por isso, também, que a bandeira e o brasão ganduense tem como símbolo um jacaré. Elevada a município, desmembrado de Ituberá, por Lei Estadual Nº 1.008 de 28/07/1958, com a denominação de <i>Gandu</i> , topônimo adotado do rio <i>Gandu</i> que percorre o município onde habitavam muitos jacarés ou <i>guandus</i> . Formada de etimologia controversa (HOUAISS, 2001).		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme Gouveia [2000?a] e o artigo <i>Gandu</i> [2000?], o vocábulo <i>gandu</i> vem da forma tupi <i>cuandú</i> ou <i>quandú</i> , que designa pequeno mamífero da família dos roedores. Todavia, registra-se ainda uma outra proposta de origem, de acordo com Sebrão Sobrinho que afirmou em 1879 ser a palavra <i>Gandu</i> de língua guarani aportuguesada. Em sua explicação afirmou que o nome <i>Gandu</i> veio do tupi <i>candua</i> ou <i>candu</i> , do qual se originou <i>candua</i> ou <i>candu</i> com a formação etimológica bem clara: <i>caa</i> (mato) e <i>uâ</i> (caule, talo), isto é, “mato de ervas”. Propõe ele ainda, outra significação para <i>Gandu</i> : <i>caa</i> (mato) e <i>u</i> (o <i>ü</i> que o luso atolado transforma em <i>y</i>) = (rio), isto é, <i>caaú</i> , eufonicamente <i>candu</i> ou <i>gandu</i> = “rio do mato”. Assim, é formada de etimologia controversa (HOUAISS, 2001).		
CONTEXTO:		Referência aos jacarés <i>gandus</i> que habitavam ao rio homônimo que banha a região. Por isso, a bandeira e o brasão ganduense tem como símbolo um jacaré.
		

²¹A topônimo *Gandu* é em sua origem um zootopônimo, que por sua vez denomina um acidente geográfico e em extensão motiva a nomeação do acidente humano. No entanto Ramos (2008), por considerar *Gandu* um topônimo de origem africano, o classifica como um corotopônimo.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 6

LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Gongogi</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: <i>Gongoji</i> ²² , <i>Grongogi</i> , <i>Congogy</i> e <i>Conguegi</i> .
TIPO: (AH)	NATUREZA: Antropocultural.	TAXEONOMIA: Etnotopônimo.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{mas} [S _{sing} + ADJ _{sing}]; <i>Guerén</i> + <i>gugi</i> = pequeno <i>Guerén</i> .		
<p>ETIMOLOGIA: Segundo Monteiro (1929), o topônimo <i>gongogi</i> vem da palavra indígena botocuda <i>grungugi</i>. O vocábulo é constituído de uma modificação dialetal da expressão <i>Burum</i> = (o homem índio), seguida da palavra <i>cuji</i> ou <i>codji</i> = (pequeno), formando-se assim a palavra <i>Guerén</i> + <i>gugi</i> = ‘pequeno <i>Guerén</i>’, como têm sido designados os últimos descendentes da tribo dos <i>Gueréns</i> (ramo da família dos <i>Aimorés</i>) que ainda habitam aquela região.</p> <p>Para Falcão (2001), é uma palavra indígena (termo da língua dos índios <i>Camacans</i>), alteração de <i>congugi</i>, que significa “sagui”. Etimologia controversa (HOUAISS, 2001).</p>		
<p>HISTÓRICO: De acordo com Gouveia [2000?b], a região era primitivamente habitada pelos índios pataxós e a exploração do território iniciou-se ainda no século XIX. Em 1935, formou-se uma pequena povoação denominada por <i>Pedrinhas</i>, cujo nome originou-se pelo fato de no local existir grande quantidade de pedras. Em 1942, chegou àquele Povoado a locação da Estrada de Rodagem da BA-2, que partindo de Jequié a Itabuna, atravessaria toda aquela extensão de terras, ligando o Povoado ao Distrito de Ubatã e à Cidade de Ubaitaba, localidades mais próximas. Em 1945 já bastante adiantados os trabalhos de pavimentação da BA-2, veio o Povoado a sentir os primeiros sinais do progresso, com a construção de uma ponte de cimento armado sobre o rio <i>Gongogi</i>. Município desmembrado de Ubaitaba por força da Lei Estadual Nº 1.608 de 12/04/1962. Mudou-se o topônimo para <i>Gongogi</i>, adotando-se o nome do rio que percorre o município.</p>		
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme Teodoro Sampaio (1955), o vocábulo <i>congogy</i> não é tupi, mas, da língua dos <i>Camacans</i>. <i>Conguegi</i> é o mesmo que ‘saguim’ na Língua Geral.</p> <p>Pinto (1894), no final do século XIX, já registrava em sua obra o vocábulo <i>Gongogi</i>, designando o rio do Estado da Bahia que nasce na serra do Periperi, atravessa os municípios de Poções e Barra do Rio de Contas e deságua no rio do mesmo nome. Informando que muitos pronunciavam <i>Grongogi</i>.</p>		
CONTEXTO: N/T		

²² Segundo as normas ortográficas vigentes da língua portuguesa, este topônimo deveria ser grafado como *Gongoji*. Prescreve-se o uso da letra "j" para palavras de origem tupi. O nome faz referência a rio homônimo que banha a região. Ao longo dos anos, a grafia foi alterada para *gongo-yî*, *gongogi* e finalmente para *gongoji*, de acordo com o artigo *Gongogi* [2003?].

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 7		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Ibicaraí</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Antropocultural.	TAXEONOMIA: Hierotopônimo ²³
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + Adj _{sing}]; <i>yby</i> = (terra)+ <i>karib</i> = (sagrada ou santa).		
ETIMOLOGIA: Para Falcão(2001), Chiaradia (2008), Santana [2000?c], e Ramos (2008), é uma palavra indígena derivada de <i>yby</i> = (terra)+ <i>carai</i> = (sagrada ou santa), significando ‘terra sagrada’; é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>ibicara</i> (espécie de anfíbio vermiforme = a <i>Caecilia annulata Spix</i>) + <i>y</i> = (rio, água), significando ‘rio das ibicaras’.		
HISTÓRICO: De acordo com Santana [2000?c] e o artigo <i>Ibicaraí</i> [2000?], em 1916, o Sr. Calixto Roxo vendeu para Manoel Marques Primo, seu roçado localizado à margem esquerda do Rio Salgado. Familiares de Manoel Primo imigraram então para o pequeno roçado, iniciando a cultura da semente do cacau na região. Em 1917, fruto dessa imigração de cultura familiar e da expansão natural do agronegócio cacauzeiro, formava-se um pequeno povoado que se reunia em torno de um barracão central, onde eram realizados pequenos negócios e se colocava a conversa em dia. Em razão destas costumeiras reuniões, o povoado ganhou o nome de <i>Palestra</i> . <i>Palestra</i> cresceu, recebeu moradores de outras famílias que se envolviam com a recém criada cultura do cacau, e em 1920, por sugestão de Aurélio Caldas, seu nome passou a ser <i>Palestina</i> . Elevado à categoria de município, desmembrado de Itabuna, pela Lei Estadual Nº 491 de 22/10/1952, com a denominação <i>Ibicaraí</i> .		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Assis (2005) e o artigo <i>Ibicaraí</i> [2000?], é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>yby</i> = (terra) + <i>karaib</i> = (sagrada ou santa), que significa “terra santa”. O município guarda em seu atual nome ainda a lembrança do seu antigo nome – <i>Palestina</i> , a “Terra Santa” da Bíblia.		
CONTEXTO: N/T		

²³ Conforme a história de adoção do topônimo, o vocábulo foi classificado como um hierotopônimo, porque ele se refere a um nome sagrado. No entanto, Ramos (2008), em seu estudo, considera o topônimo *Ibicaraí* um hidrotopônimo.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 8	
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.	
TOPÔNIMO: <i>Ibirapitanga</i>	VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física. TAXEONOMIA: Fitotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + Adj _{sing}]; <i>ybirá</i> = (árvore) + <i>pitanga</i> = (vermelho).	
ETIMOLOGIA: Para Navarro (2013), Falcão (2001), Chiaradia (2008), Gouveia [2000c?], Ramos (2008) e o artigo <i>Ibirapitanga</i> [2000?], é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>ybyrá</i> = (pau, árvore) + <i>pytanga</i> = (vermelho ou avermelhado), ‘árvore da família das Mirtáceas cujo fruto é a pitanga’; palavra indígena derivada de <i>ybirá</i> = (árvore) + <i>pitanga</i> = (vermelho), significando, ‘pau vermelho’, o nome do ‘pau-Brasil’.	
HISTÓRICO: De acordo com Gouveia [2000c?] e o artigo <i>Ibirapitanga</i> [2000?], o Arraial denominado <i>Cachoeira do Pau</i> , cujo nome teve origem pelo fato de ser costume dos moradores do lugarejo, colocarem paus sobre os rios para facilitar o transporte de cargas da região, normalmente feito no lombo dos animais. O Arraial foi elevado à categoria de Distrito com o topônimo <i>Ibirapitanga</i> , Comarca de Santarém (hoje Ituberá), através do Decreto estadual nº 11.089 de 30/11/1938. Por força da Lei Estadual Nº 1.444 de 03/08/1961 foi elevado à categoria de município, desmembrado de Camamu.	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Teodoro Sampaio (1955), é um topônimo originado das palavras indígenas <i>ybyrá</i> + <i>pitanga</i> , o ‘pau vermelho’ que se chamou ‘Pau Brasil’.	
CONTEXTO: N/T	

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 9		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Ibiratáia</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Fitotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + V]; <i>ybyrá</i> = (árvore, planta) + <i>taya</i> = (queimar, arder).		
ETIMOLOGIA: Para Navarro (2013), Falcão (2001), Gouveia [2000d?], Chiaradia (2008), Ramos (2008) e o artigo <i>Ibiratáia</i> [2000?], é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>ybyrá</i> = (árvore, planta) + <i>taya</i> = (arder), significando, ‘planta que arde (na língua); espécie de árvore silvestre, pau ardido, árvore que queima, a pimenteira’.		
HISTÓRICO: De acordo com Gouveia [2000d?] e o artigo <i>Ibiratáia</i> [2000?], em local onde era encontrada uma infinidade de plantas medicinais, formou-se o povoado de <i>Ipecacuanha</i> . Tornou-se distrito com o nome de <i>Tesouras</i> . Mais tarde, em 1943, teve o topônimo alterado para <i>Ibiratáia</i> . Foi elevada à categoria de cidade por força da Lei Estadual Nº 1.347 de 10.11.1960, quando se deu a criação do município com o território desmembrado do município de Ipiaú.		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Teodoro Sampaio (1955), <i>Ibiratáia</i> (<i>ybyrá</i> + <i>taya</i>) é uma alusão ao antigo nome do povoado – <i>Ipecacuanha</i> (<i>ypy</i> + <i>caá</i> + <i>guee</i>) que também significa ‘planta que faz vomitar’.		
CONTEXTO: N/T		

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 10		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Itagi</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: <i>Itaji</i> ²⁴
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Hidrotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{mas} [S _{sing} + Adj _{sing}]; <i>ytá</i> = (pedra) + <i>iy</i> = (rio)		
ETIMOLOGIA: Para Navarro (2013), Falcão (2001), Chiaradia (2008), Ramos (2008) o IBGE [2000?a] e o artigo <i>Itagi</i> [2000?], é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>ytá</i> = (pedra) + <i>iy</i> = (rio), significando ‘rio das pedras’ e também pode significar ‘o machado’.		
HISTÓRICO: De acordo com o IBGE [2000?a] e o artigo <i>Itagi</i> [2000?], em área inicialmente habitada por indígenas, formaram-se as povoações na <i>Fazenda Itagi</i> , antiga <i>Fazenda Rio das Pedras</i> , com a chegada de colonos que para lá se deslocaram à procura de terras férteis. Anos depois a <i>Fazenda Itagi</i> foi elevada à categoria de vila. Em 10.12.1960, por força da Lei Estadual Nº 1.352, a vila de <i>Itagi</i> foi elevada à categoria de município com o território desmembrado de Jequié.		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Para o IBGE [2000?a] e o artigo <i>Itagi</i> [2000?], o topônimo desse município foi sugestão de Teodoro Sampaio e significa ‘rio das Pedras’.		
CONTEXTO: N/T		

²⁴ Segundo as normas ortográficas vigentes da língua portuguesa, este topônimo deveria ser grafado como *Itaji*. Prescreve-se o uso da letra "j" para palavras de origem indígena ou africana (exceções: *angico* e *angical*). O nome vem do tupi, significando ‘rio de pedras’, em referência ao Rio das Pedras, que banha a região. Ao longo dos anos, a grafia foi alterada para *ita-gy*, *itagi* e finalmente para *itaji*, de acordo com o artigo *Itagi* [2000?].

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 11		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Itagibá</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: <i>Itahibá, Itajibá e Itagybá</i> ²⁵
TIPO: (AH)	NATUREZA: Antropocultural.	TAXEONOMIA: Antropotopônimo ²⁶
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{mas} [S _{sing}]; <i>itájba</i> = nome de um chefe indígena.		
ETIMOLOGIA: Para Navarro (2013), Falcão (2001), Gouveia [2000?e] e Chiaradia (2008), é um vocábulo composto pela aglutinação das palavras indígenas <i>itá</i> = (pedra) + <i>iyba</i> = (braço). Era um antropônimo tupi (certo chefe dos Tabajaras): <i>itjuba</i> que quer dizer 'braço de ferro'. Nome dado a uma localidade da Bahia em 1947, alusão a coragem do seu povo.		
HISTÓRICO: De acordo com Gouveia [2000?e], inicialmente habitada por Índios, depois tomou o aspecto de uma fazenda com vários moradores. Em 1904, passa a se chamar <i>Distampina</i> em referência ao lugar de sua localização por ser aberto e destampado. Em 25 de maio de 1947, o Dr. Odorico Mota Silva mudou o nome do distrito para <i>Itagibá</i> . Elevado a categoria de cidade em 14 de agosto de 1958, por força da Lei Estadual nº 1.020, com território desmembrado do município de Boa Nova.		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme Gouveia [2000?e], é um topônimo de origem indígena composta por <i>itá</i> = (pedra) + <i>yiba</i> = (forte, dura), significa 'pedra forte ou pedra dura'. Segundo Teodoro Sampaio, <i>Itagybá</i> também significa 'o braço de ferro', o nome de um 'chefe dos Tabajaras'. Segundo Teodoro Sampaio (1955), <i>Itahibá, itauva, itauba</i> são alterações da forma do vocábulo tupi <i>Itagibá</i> .		
CONTEXTO: N/T		

²⁵ Segundo nota no artigo *Itagibá* [2000?], as normas ortográficas vigentes da língua portuguesa, este topônimo deveria ser grafado como *Itajibá*. Prescreve-se o uso da letra "j" para palavras de origem tupi. O nome vem do tupi 'rio pedregoso de frutos'. Ao longo dos anos, a grafia foi alterada para *ita-gy-iwa, itagibá* e finalmente para *itajibá*.

²⁶ O topônimo é classificado como um mineraltopônimo (ou litotopônimo) nos estudos de Ramos (2008). No entanto, levando em consideração a história da adoção da denominação da localidade, neste estudo, o vocábulo foi classificado como um antropotopônimo.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 12

LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.

TOPÔNIMO: <i>Itaju do Colônia</i>	VARIANTE ortográfico-lexical: <i>itajuba</i> , <i>itayú</i> , e <i>itajub</i> .	
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Litotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + Adj _{sing}]; <i>ita</i> = (pedra) + <i>yuba</i> = (brilhante) + TS _{fem} [S _{sing}]; COLÔNIA (<i>do latim</i> , ‘grupo de imigrantes’, ‘possessão’, ‘domínio’).		
ETIMOLOGIA: Para Falcão (2001), Chiaradia (2008) e Ramos (2008), o vocábulo <i>Itaju</i> é composto pela justaposição das palavras indígenas <i>itá</i> = (pedra) + <i>jú</i> ou <i>yuba</i> = (amarela), significando, ‘pedra amarela, ouro’.		
HISTÓRICO: De acordo com Santana [2000?d] e o artigo <i>Itaju</i> do Colônia [2000?], era habitado primitivamente por índios: Aimorés, Gueréns e Pataxós. Formou-se o povoado <i>Itaju</i> elevado a Distrito em 1959 com o nome de <i>Itaguira</i> . Desmembrado de Itabuna por força da Lei Estadual Nº 1.732 de 19/07/1962 e elevado à categoria de município com a denominação de <i>Itaju do Colônia</i> .		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Santana [2000?d], Falcão (2001) e o artigo <i>Itaju</i> do Colônia [2000?], é um topônimo composto pela palavra indígena <i>ita</i> = (pedra) + <i>iuba</i> = (brilhante) + COLÔNIA, o nome do rio que percorre o município rio Colônia. <i>Itaju</i> era uma antiga denominação da localidade. Segundo Teodoro Sampaio (1955), o vocábulo <i>Itaju</i> é uma alteração da forma <i>itajuba</i> , <i>itayú</i> , <i>itajub</i> e significa, a ‘pedra ou o metal amarelo’, o ‘ouro’.		
CONTEXTO: N/T		

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 13		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Itajuípe</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Antropocultural.	TAXEONOMIA: Hodotopônimo.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{mas} [S _{sing} + S _{sing} + S _{sing} + S _{sing}]; <i>itá</i> = (pedra) + <i>iub</i> = (ouro) + 'y' = (rio, água) + <i>pe</i> = (caminho).		
<p>ETIMOLOGIA: Para Navarro (2013), Falcão (2001), Chiaradia (2008) e Ramos (2008), é um vocábulo composto pela aglutinação das palavras indígenas <i>itaju</i> = (ouro, amarela, brilhante) + <i>y</i> = (rio) + <i>pe</i> = (no, na, em), significando 'no rio do ouro'.</p> <p>Conforme o IBGE [2000?b], a CEPLAC (1982) e o artigo <i>Itajuípe</i> [2000?], é um topônimo indígena derivado de <i>itá</i> = (pedra) + <i>yu</i> = (espinho) + <i>y</i> = (rio, água) + <i>pe</i> = (caminho), o qual significa 'caminho de água entre pedras e espinhos'. Formada de etimologia controversa (HOUAISS, 2001).</p>		
<p>HISTÓRICO: De acordo com o IBGE [2000?b], a região era habitada por índios descendentes dos Tapuias. Por volta de 1914, o povoado de <i>Sequeiro do Espinho</i> ficou conhecido como <i>Pirangi</i>. Em 1943, teve o topônimo distrital alterado para <i>Itajuípe</i>. Município criado com território desmembrado de Ilhéus, por força da Lei Estadual Nº 507 de 12/12/1952.</p>		
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme o IBGE [2000?b], a CEPLAC (1982) e o artigo <i>Itajuípe</i> [2000?], de acordo com informações de antigos moradores, havia na região, ao longo do rio, muitas pedras e entre elas arbustos espinhosos chamados de <i>unha de gato</i>, dando origem ao topônimo <i>Itajuípe</i>, o qual significa 'caminho de água entre pedras e espinhos', segundo os moradores, em alusão ao rio Almada que percorre o município.</p>		
CONTEXTO: N/T		

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 14		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Itamari</i>	VARIANTE ortográfico-lexical: N/T	
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Fitotopônimo.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + S _{sing}]; <i>itá</i> = (pedra) + <i>mari</i> = (planta leguminosa e medicinal).		
<p>ETIMOLOGIA: Segundo o IBGE [2000?c] e o artigo <i>Itamari</i> (2008), o topônimo <i>Itamari</i> provem do tupi: <i>itá</i> = (pedra) + <i>mari</i> = (planta), que significa: ‘planta sobre pedra’.</p> <p>Para Falcão (2001) e Ramos (2008), é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>itá</i> = (pedra) + <i>marã</i> = (desordem) + <i>y</i> = (rio), significando ‘rio das pedras desordenadas’.</p> <p>Forma de etimologia controversa (HOUAISS, 2001).</p>		
<p>HISTÓRICO: De acordo com o IBGE [2000?c] e o artigo <i>Itamari</i> (2008), a área do município era totalmente composta de florestas tropicais, dentro da faixa de Mata Atlântica do Sul da Bahia. Pouco devastada até então, possivelmente era habitada por nativos da tribo Pataxós, além de alguns posseiros invasores, que ali cultivaram plantas leguminosas (feijão, milho, mandioca, etc.). No início do século XX, surge a partir da <i>Fazenda Tabocas</i>, o Arraial com a mesma denominação. Distrito elevado a condição de município, desmembrado de <i>Gandu</i>, por força da Lei Estadual Nº 1.725 de 18/07/1962.</p>		
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo o IBGE [2000?c] e o artigo <i>Itamari</i> (2008), por indicação do Sr. Antônio Jacinto de Souza, o município passou a ser chamado <i>Itamari</i> que provem do tupi <i>itá</i> = (pedra) + <i>mari</i> = (planta leguminosa e medicinal), (ambas existentes em abundância na região) que significa: ‘planta sobre pedra’.</p>		
CONTEXTO: N/T		

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA n° 15		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Itapé</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Antropocultural.	TAXEONOMIA: Hodotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{mas} [S _{sing} + S _{sing}]; <i>itá</i> = (pedra) + <i>pé</i> = (caminho).		
ETIMOLOGIA: Para Navarro (2013), Falcão (2001), Chiaradia (2008), Ramos (2008) e Santana [2000?e], é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>itá</i> = (pedra) + (<i>a</i>) <i>pé</i> (<i>r,s</i>) = (caminho), ou seja, ‘caminho de pedra, a calçada, o caminho dentro d’água, o vau’.		
HISTÓRICO: De acordo com Santana [2000?e] e o artigo <i>Itapé</i> [2000?], algumas tribos indígenas, como os Pataxós e os Gueréns, transitavam pela região, porém sem fixar aldeia. A povoação surgiu com a denominação <i>Estreito d’água</i> , logo depois, por volta de 1930, o povoado passou a ser chamado de <i>Itaúna</i> . Teve a denominação alterada para <i>Itapé</i> em 1942, por já existir uma outra vila com o mesmo nome. Elevado à categoria de município, desmembrado de Itabuna, por Lei Estadual N° 1.601 de 28/12/1961, com a denominação <i>Itapé</i> .		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme Teodoro Sampaio (1955), <i>Itapé</i> vem do vocábulo tupi <i>y – t – apé</i> que significa, ‘o caminho dentro d’água’, ‘o vau’, ‘o passo’.		
CONTEXTO: N/T		

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 16	
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.	
TOPÔNIMO: <i>Itapitanga</i>	VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física. TAXEONOMIA: Geomorfotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + Adj _{sing}]; <i>itá</i> = (pedra) + <i>pitanga</i> = (vermelha).	
ETIMOLOGIA: Para Navarro (2013), Falcão (2001), Ramos (2008), Jesus (1984) e o artigo <i>Itapitanga</i> [2000?], é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>itá</i> = (pedra) + <i>pitanga</i> = (vermelha), significando 'pedra vermelha'.	
HISTÓRICO: De acordo com Jesus (1984) e o artigo <i>Itapitanga</i> [2000?], o Arraial de <i>Bafore</i> surgiu por volta de 1925. Em 1929, o arraial estava em franco desenvolvimento pois a cortina de mata ia desaparecendo e o lugar ia ganhando novos habitantes. Motivado pela alegria de ver o desenvolvimento do arraial, o Sr. Benedito Cardoso dos Santos resolveu, então, mudar o nome de <i>Bafore</i> para <i>Itapitanga</i> . Em 1945, o Arraial de <i>Itapitanga</i> passou à categoria de vila. Município criado com o território desmembrado de Ilhéus, por força da Lei Estadual Nº 1.359 de 21/12/1960.	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo a CEPLAC (1982) e o artigo <i>Itapitanga</i> [2000?], o Sr. Benedito Cardoso dos Santos, incentivado pelo Sr. Cesário Falcão e motivado pela alegria de ver o desenvolvimento do Arraial, resolveu então mudar o nome de <i>Bafore</i> para <i>Itapitanga</i> porque havia muitas pedras e muitas pitangueiras na região. Para isso, em plena feira-livre, abriu os braços e proclamou ao povo o novo nome do Arraial: O Arraial de <i>Itapitanga</i> . Alguns dos moradores protestaram querendo que fosse Itapitangueira, mas o majestoso discurso do Sr. Benedito convenceu esse pessoal de que deveria ser <i>Itapitanga</i> . Num dos trechos do discurso, segundo ele mesmo contou, disse: "...assim como Pedro Álvares Cabral em 1500 chegou em Porto Seguro, na nossa querida Bahia, declarou descoberto o Brasil, eu vos declaro hoje nesta feira, o novo nome do Arraial: <i>Itapitanga!</i> " (vocábulo com raízes da língua indígena, que significa 'pedra vermelha'). Segundo Teodoro Sampaio (1955), é um topônimo originado das palavras indígenas <i>itá</i> + <i>pitanga</i> , a 'pedra vermelha ou parda'.	
CONTEXTO: N/T	

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 17		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Jitaúna</i> ²⁷		VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Litotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + S _{sing} + Adj _{sing}]; <i>iy</i> = (<i>rio</i>) + <i>itá</i> = (pedra) + <i>una</i> = (preta).		
<p>ETIMOLOGIA: Segundo Navarro (2013), o IBGE [2000?d], o topônimo <i>Jitaúna</i> é um vocábulo indígena composto pelas formas, <i>iy</i> = (<i>rio</i>) + <i>itá</i> = (pedra) + <i>una</i> = (preta), que quer dizer ‘pedra preta do rio’.</p> <p>Para Falcão (2001), é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>jitaú</i> ou <i>jitay</i> = (<i>jatobá</i>) + <i>una</i> = (escuro), significando ‘jataí escuro’; palavra indígena derivada de <i>itauna</i>, ‘pedra preta, ferro’. Segundo Chiaradia (2008) e Ramos (2008), é um vocábulo composto pela aglutinação das palavras indígenas <i>jitaí</i> ou <i>jataí</i> = (<i>abelha</i>) + <i>una</i> = (preta), significando ‘a jataí preta’. Forma de etimologia controversa (HOUAISS, 2001).</p>		
<p>HISTÓRICO: De acordo com o IBGE [2000?d] e o artigo <i>Jitaúna</i> [2000?], em região habitada pelos índios Cotoxós, formou-se, no início do século XX, uma pequena povoação denominada <i>Mija Gás</i>, pois durante a caminhada dos viajantes e tropeiros em lombo de animais, buscando e levando mercadoria para cidade de Jequié, exalava-se um cheiro desagradável das latas de querosenes furadas. Teve o nome modificado para <i>Esplanada</i> e depois <i>Itaúna</i>. Desmembrado do município de Jequié por força da Lei Estadual Nº 1.588 de 27/12/1961.</p>		
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo o IBGE [2000?d] e o artigo <i>Jitaúna</i> [2000?], o topônimo foi uma sugestão de Teodoro Sampaio, <i>jita</i> = (<i>onça</i>) + <i>una</i> = (preta), que quer dizer ‘onça preta’ e há quem diga também que o significado é: <i>jita</i> = (pedra) + <i>una</i> = (preta), ‘pedra preta’ em alusão ao antigo nome.</p> <p>Conforme Teodoro Sampaio (1955), <i>Itaúna</i> (<i>itá</i> + <i>una</i>) é um vocábulo indígena que significa ‘pedra preta’. E o forma <i>jitahy</i> é uma alteração do vocábulo tupi <i>jatahy</i> que também designa um tipo de abelha.</p>		
CONTEXTO: N/T		

²⁷ Foram levantadas três possibilidades para a classificação desse topônimo: a primeira tem como referência uma árvore nativa da região, seria um fitotopônimo, a segunda seria uma alusão a dois animais presentes na localidade (abelha e onça), seria então um zootopônimo, e a terceira opção seria um resgate ao primitivo nome do povoado, constituindo-se um litotopônimo. Este estudo considerou a terceira possibilidade.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 18		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Ubatã</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Fitotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + Adj _{sing}]; ‘ybá = (madeira) + atã = (dura, rígida).		
ETIMOLOGIA: Para Navarro (2013), Falcão (2001), Chiaradia (2008), Ramos (2008) e Gouveia [2000?e], é um vocábulo composto pela justaposição das palavras indígenas <i>uba</i> ou ‘ybá ou iwa = (madeira, árvore) + a’tã = (dura, rígida), significando ‘madeira dura, madeira de lei’ (árvore da família das Anacardiáceas).		
HISTÓRICO: De acordo com Gouveia [2000?f] e a CEPLAC (1982), o povoamento de <i>Dois Irmãos</i> surgiu às margens do rio de Contas, quando Severiano José Costa, Antônio Rebouças, João Teles, Manoel Eloi, Vicente Ferreira, Francisco Mendes Santos, João Cruz, Euzébio Lima se estabeleceram às margens do Rio de Contas e fundaram a povoação, no ano de 1909. Pelo Decreto nº 141, de 31.12.1943, ratificado pelo Decreto de nº 12.878 de 01.07.1944, o distrito de <i>Dois Irmãos</i> , depois de chamar-se <i>Alfredo Martins</i> , passou a denominar-se <i>Ubatã</i> . Por força da Lei Estadual nº 514 de 12/12/1952, foi criado o município de <i>Ubatã</i> , desmembrado do município de Ipiaú.		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme Teodoro Sampaio (1955), o topônimo tem origem no vocábulo tupi <i>yba – atã</i> , que significa ‘o pau duro’, ‘a madeira rija’.		
CONTEXTO: N/T		

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA nº 19		
LOCALIZAÇÃO: Região Econômica Litoral Sul da Bahia.		
TOPÔNIMO: <i>Uruçuca</i>		VARIANTE ortográfico-lexical: N/T
TIPO: (AH)	NATUREZA: Física.	TAXEONOMIA: Ecotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC _{fem} [S _{sing} + S _{sing}]; <i>eirusu</i> = (abelha) + <i>oka</i> = (toca).		
<p>ETIMOLOGIA: Segundo Navarro (2013), <i>eirusu</i> = <i>uruçu</i>, <i>iruçu</i>, abelha meliponídeas + <i>oka</i> (r,s) = (toca), que quer dizer, ‘toca de abelha uruçu’.</p> <p>Ramos (2008) e o IBGE [2000?e] e o artigo <i>Uruçuca</i> [2000?], é uma palavra indígena alterada da forma simples <i>eiru’su</i>, espécie de abelha da família das <i>Meliponas quaripuncata</i> comum na região. Para Falcão (2001) e Chiaradia (2008), é uma palavra indígena, alteração de <i>urucuca</i> = <i>uruçu</i> + <i>caá</i>, significando “o pé do uruçu”, nome que os índios da Bahia davam à Congonha-do-campo, com que se faz excelente chá medicinal. Forma de etimologia controversa (HOUAISS, 2001).</p>		
<p>HISTÓRICO: De acordo com o IBGE [2000?e], a povoação denominada <i>Água Preta</i> surgiu nos idos de 1906 quando fazendeiros das famílias Ferreira, Baracho e Macaúbas construíram suas residências próximas ao rio que obtinha coloração escura dando o nome ao povoado. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 141, de 31/12/1943, o distrito de <i>Água Preta</i> passou a denominar-se <i>Uruçuca</i>. Município criado com o território desmembrado de Ilhéus, por Lei Estadual de 12/08/1929. Extinto e anexado novamente a Ilhéus, em 1930. Em 1943 o topônimo foi alterado para <i>Uruçuca</i>. E por força da Lei Estadual Nº 516, de 12/12/1952 o município foi restaurado.</p>		
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme o IBGE [2000?e] e o artigo <i>Uruçuca</i> [2000?], o topônimo <i>Uruçuca</i> tem origem nas línguas indígenas e significa Águas Escuras, porém, conforme a população local, <i>Uruçuca</i> é um vocábulo composto pelas palavras indígenas <i>uru</i>, <i>urussu</i> = (abelha grande), graças a grande quantidade de abelha existente na cidade, + <i>Çuca</i> = do açúcar pelo qual as abelhas gostam; ou <i>uruçu</i> = (abelha) + <i>côa</i> = (grande) é uma expressão indígena pelo qual os nativos designavam as ‘abelhas’ existentes na região, como também pode significar na língua indígena ‘água escura’.</p> <p>Segundo Teodoro Sampaio (1955), o vocábulo resultou de uma alteração da composição das palavras indígenas <i>eira</i> (abelha) + <i>uçú</i> (grande) = <i>iruçu</i>.</p> <p>De acordo com Houaiss (2001), o vocábulo tupi <i>eiru’su</i>, significa ‘abelha’ da família das meliponídeos, conforme <i>e’ira</i> ou <i>’ira</i>, ‘mel’, ‘que tem mel’, redução de <i>ei’ruwa</i>, ‘abelha’ e <i>-uçu</i> (redução de <i>gw’su</i>, ‘grande’), formas variantes: <i>uruçú</i> e <i>urussú</i>.</p>		
CONTEXTO: N/T		

Com base nas informações das fichas lexicográfico-toponímicas, tais formas toponímicas foram agrupadas em dois quadros demonstrativos (Quadros 10 e 11). O primeiro apresenta os sintagmas toponímicos de natureza semântica física e o segundo, os sintagmas toponímicos de natureza antropocultural, seguidos de suas respectivas classificações de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1990).

Quadro 10: Topônimos de natureza semântica física

TOPÔNIMO	TAXEONOMIA
<i>Buerarema</i>	Fitotopônimo
<i>Coaraci</i>	Astrotopônimo
<i>Gandu</i>	Zootopônimo
<i>Ibirapitanga</i>	Fitotopônimo
<i>Ibiratáia</i>	Fitotopônimo
<i>Itagi</i>	Hidrotopônimo
<i>Itaju do Colônia</i>	Litotopônimo
<i>Itamari</i>	Fitotopônimo
<i>Itapitanga</i>	Geomorfotopônimo
<i>Jitaína</i>	Litotopônimo
<i>Ubatã</i>	Fitotopônimo

De acordo com o Quadro 10, entre os 19 sintagmas toponímicos em questão, 11 são classificados no grupo dos de natureza semântica física.

No quadro a seguir, apresentam-se os topônimos de natureza semântica antropocultural.

Quadro 11: Topônimos de natureza semântica antropocultural

TOPÔNIMO	TAXEONOMIA
<i>Aiquara</i>	Ecotopônimo
<i>Camacan</i>	Etnotopônimo
<i>Gongogi</i>	Etnotopônimo
<i>Ibicaraí</i>	Hierotopônimo
<i>Itagibá</i>	Antropotopônimo
<i>Itajuípe</i>	Hodotopônimo
<i>Itapé</i>	Hodotopônimo
<i>Uruçuca</i>	Ecotopônimo

Conforme o Quadro 11, entre os 19 sintagmas toponímicos analisados neste estudo, 8 são classificados no grupo dos de natureza semântica antropocultural.

4.3 DENOMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E CLASSIFICAÇÃO DOS TOPÔNIMOS: RESULTADOS

Buscou-se, em parte, resgatar a história dos municípios alvos, porque o topônimo é um verdadeiro testemunho histórico de fatos registrados em vários momentos da vida de uma comunidade. Como afirma Isquerdo (2009):

O vocábulo onomástico-toponímico, os topônimos, tende a ser marcado ideologicamente por consubstanciar a visão do denominador num tempo e num espaço determinado. Em face disso, os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação (ISQUERDO, 2009, p. 1).

Acrescenta Isquerdo (2009):

Particularmente os nomes de acidentes humanos (vilas, povoados, cidades) traduzem reflexos do momento histórico em que foram nomeados, haja vista serem mais afetados por fatores extralinguísticos, como características do processo de povoamento ocorrido da região; questões interétnicas que individualizam o espaço geográfico em questão – convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica – fatores nacionais e internacionais; interferências políticas, além de fatores ambientais (ISQUERDO, 2009, p. 1).

De acordo com os aspectos de natureza física e os aspectos de natureza antropocultural da motivação semântica dos nomes de origem nas línguas indígenas, é sabido que os topônimos são signos linguísticos altamente motivados e, embora haja casos de esquecimento dos motivos que inspiraram o denominador no momento da escolha do designativo do acidente geográfico ou acidente humano, a maioria das vezes, os motivos da nomeação são facilmente recuperados ou é possível, pelo menos, levantar uma hipótese sobre eles (SEABRA, 2008, p. 1958). Segundo Seabra (2008):

Em se tratando da onomástica, com o passar dos anos, essa rede referencial se torna opaca, constituindo-se, desse modo, uma referência exata: a pessoa identifica alguém ou uma determinada localidade sem, entretanto, atribuir-lhe um significado, preserva o referente, mas não preserva a informação. É assim que os topônimos e os antropônimos mais comumente permanecem na língua (SEABRA, 2008, p. 1958).

Também é bom evidenciar que grande parte dos topônimos de origem indígena incorporado à língua portuguesa é classificada nos dicionários em apenas duas categorias, os fitotopônimos e os zootopônimos. No entanto, os dados a seguir serão analisados de acordo com as 27 categorias existentes no modelo metodológico de classificação taxonômica proposto por Dick (1992), para estabelecer os aspectos de natureza semântica do topônimo.

Essa classificação repousa no ponto de que o sintagma toponímico é motivado, e essa motivação tem origem nos fatores extralinguísticos (étnicos, socioculturais, históricos, políticos, ideológicos, além dos fatores ambientais).

Assim, é confirmado, por meio da análise dos dados que compõem o *corpus*, que os aspectos semânticos naturais físicos, como a flora, a fauna, a hidrografia, os corpos celestes e as características do solo, em detrimento de aspectos antropoculturais, como homenagens a etnias indígenas, a pessoas, a lugar sagrado, a moradia e indicativo de caminho a ser percorrido são as fontes motivacionais principais encontradas nos vocábulos de origem nas línguas indígenas utilizados para nomear os municípios da região na sincronia em questão.

É bom ressaltar que foram encontrados, dentre os dezenove topônimos que compõem a base dos dados, seis denominações toponímicas (*Gandu*, *Gongogi*, *Itajuípe*, *Itamari*, *Jitaúna* e *Uruçuca*) com etimologia controversa. Por isso, a fim de chegar o mais próximo da real classificação da natureza semântica da motivação desses topônimos, neste estudo, foi levado em consideração como critério de classificação os dados referentes aos itens: histórico e informações enciclopédicas, isto é, os elementos extralinguísticos específicos de cada município. Por exemplo:

- O topônimo *Gandu*, quanto à natureza da motivação semântica, foi classificado como um zootopônimo, porque foi levado aqui em consideração a etimologia da palavra apresentada por Navarro (2013), o histórico de formação do povoado e a homenagem feita ao animal (jacaré ou *gandu*), que habitava os rios e as lagoas da região, estampada na bandeira e no brasão do atual município, conforme as informações registradas na ficha lexicográfico-toponímica 5;

- A origem do vocábulo toponímico *Gongogi* tem a motivação vinculada a um etnotopônimo com que se designavam os indígenas que viviam na região, que, por sua vez, inspira a denominação de um acidente geográfico e, em extensão motiva a nomeação do acidente humano, de acordo com a ficha lexicográfico-toponímica 6;

- Os termos toponímicos: *Itajuípe*, *Itamari*, *Jitaúna* e *Uruçuca* são considerados respectivamente, um hodotopônimo, um fitotopônimo, um litotopônimo e um ecotopônimo, tendo como base os dados dos itens: etimologia, histórico e informações enciclopédicas, conforme as informações das fichas lexicográfico-toponímicas 13, 14, 17 e 19.

De acordo com Dick (1987), os topônimos guardam em sua estrutura imanente uma significação precisa muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem ao se distanciarem de seu condicionante tempo-espacial. A manutenção do designativo, apesar do desaparecimento de suas causas motivadoras, torna clara outra das

características mais significativas do topônimo: sua interpretação como um verdadeiro fóssil linguístico. Assim, o toponimicista deve ter como fonte de conhecimento para classificar o topônimo, não só o conhecimento linguístico, mas também, os saberes geográficos, históricos e sociais testemunhados pelo povo que habitou, em caráter definitivo ou temporário uma dada região (DICK, 1987, p. 24-25).

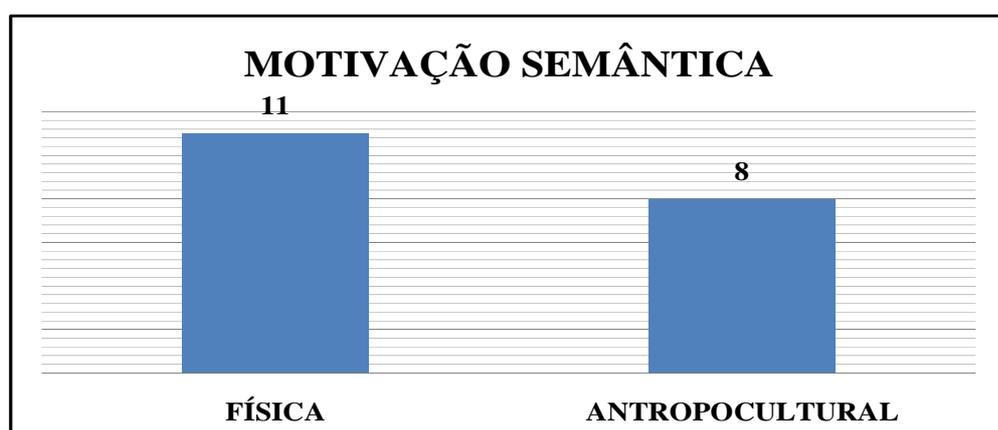
Acrescenta a pesquisadora,

[...] se deve recorrer sempre aos designativos autóctones a fim de se obter, através de correta interpretação etimológica, o “fundamento para uma identificação de lugares, na certeza de que o significado desses nomes indígenas traduzem fielmente a característica natural da localidade” (DICK, 1987, p. 27).

Desse modo, é possível resgatar as características das línguas faladas pelos indivíduos de determinada região, os aspectos da geografia, da história, fatos etnológicos e sociais das localidades pesquisadas, uma vez que um estudo toponímico pode contribuir significativamente para a verificação das ideias de um grupo, de sua cultura, de sua história, enfim da realidade (TAVARES, 2008, p 260).

Apresenta-se, a seguir, a distribuição quantitativa dos topônimos segundo a motivação semântica.

Gráfico²⁸ 1 – Distribuição quantitativa da motivação semântica dos topônimos analisados

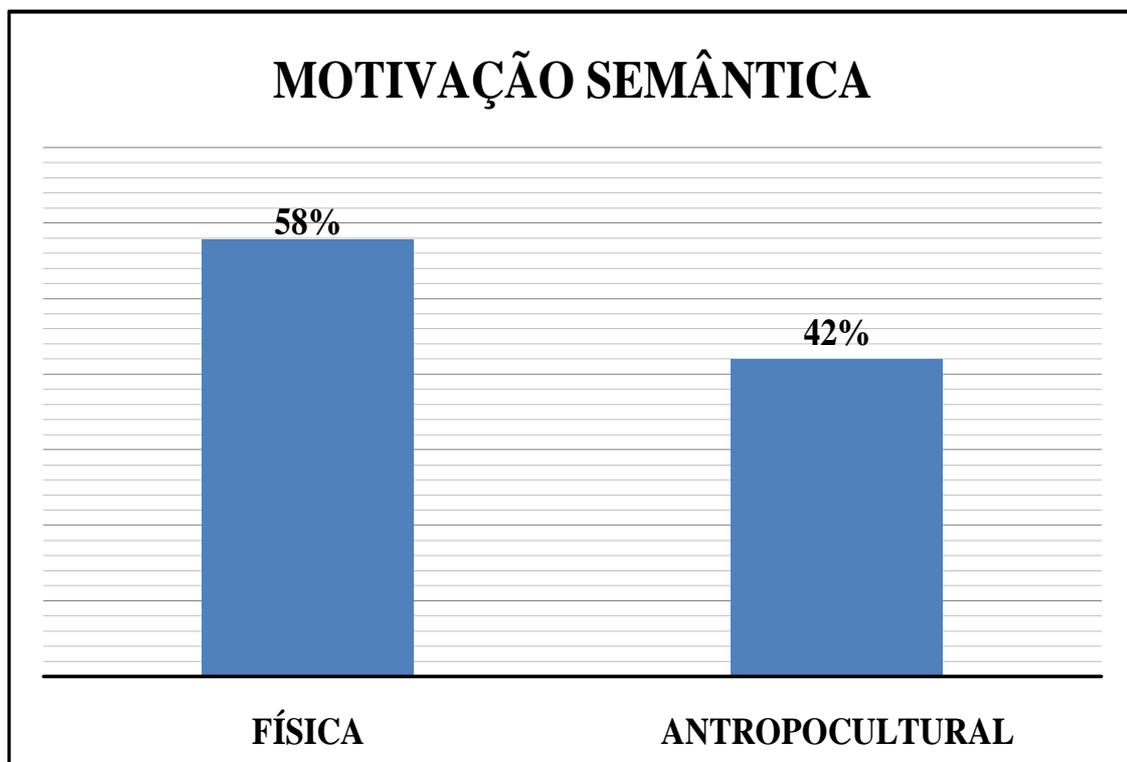


Após a análise, foi considerada relevante a informação de que os topônimos de origem nas línguas indígenas brasileiras são utilizados principalmente na nomeação dos acidentes físicos. Do conjunto dos designativos examinado, os sintagmas toponímicos atribuídos a acidentes físicos representam 61,16% do total, e os atribuídos aos acidentes antropoculturais

²⁸ Todos os gráficos usados neste trabalho foram baseados nos modelos da dissertação de Mestrado de ALMEIDA (2012).

apenas 36,84%, o que vai demonstrando abaixo:

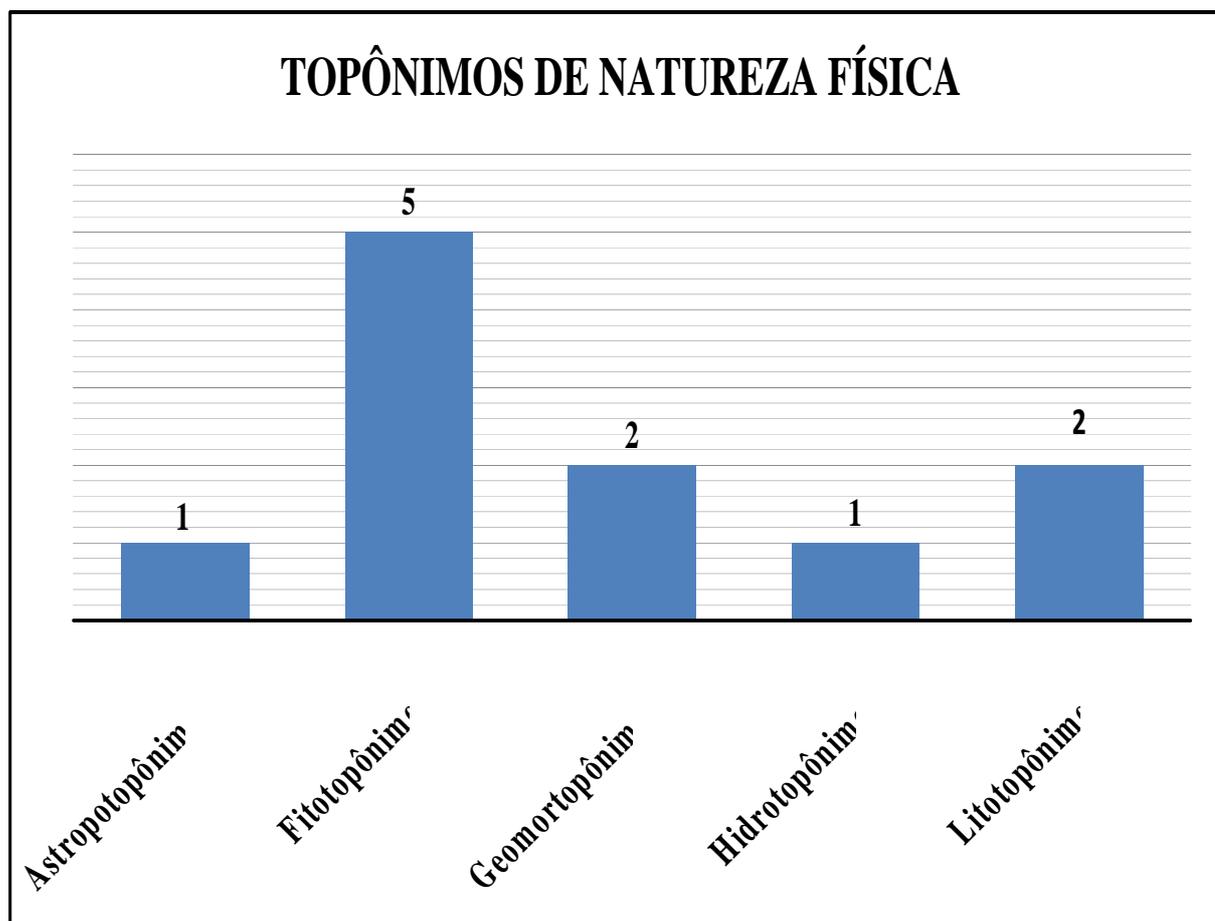
Gráfico 2 – Distribuição percentual da motivação semântica dos topônimos analisados



Dos doze topônimos de natureza física, a maior predominância das motivações denominativas recaiu sobre os fitotopônimos com cinco ocorrências, a segunda sobre os litotopônimos com apenas duas ocorrências, enquanto que o astropotopônimo, o geomorfotopônimo, o hidrotopônimo e o zootopônimo obtiveram apenas uma ocorrência, ocupando assim a terceira posição no número de ocorrências das motivações. O predomínio dessas motivações físicas ressalta a grande importância que a vegetação e a rede hidrográfica exerceram sobre a formação dessas comunidades na região, uma vez que é uma prática natural do homem, ao se fixar em um local ainda não explorado, garantir no meio ambiente as condições essenciais para a sua sobrevivência, visando a proximidade de rios, lagos, córregos, além do posicionamento geográfico e um solo propício para o plantio.

Apresenta-se, a seguir, a distribuição quantitativa das taxonomias de natureza físicas.

Gráfico 3 – Distribuição quantitativa das taxonomias encontradas nos topônimos de natureza física



A formação vegetal primária dominante na Biosfera do território, onde se localizava a Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, era de floresta tropical úmida, hoje conhecida como Mata Atlântica. A Mata Atlântica ocorria como uma faixa de floresta úmida, praticamente contínua, desde o Rio Grande do Norte até as proximidades do Rio Grande do Sul. A ocupação litorânea da faixa territorial da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilheus, deu lugar a algumas pequenas povoações e vilas que tiveram seu desenvolvimento contido pela densa e exuberante Mata Atlântica, pelos indígenas selvagens, pelos animais ferozes e pelas doenças tropicais (LOBÃO; SETENTA; RIOS, [2009?], p. 1).

Assim, destaca-se uma grande incidência de fitotopônimos (nomes de vegetais) nos designativos de motivação semântica de natureza física, ao resgatarem-se os elementos da flora existente na região, como se pode constatar nos topônimos: *Buerarema*, em alusão ao “Pau d’alho”; *Ibirapitanga*, em referência ao “Pau Brasil”; *Ibirataia*, ao citar “a pimenteira”; *Itamari*, a fim de identificar as “plantas que crescem sobre pedra”; e por fim, *Ubatã*, para simbolizar a “madeira de lei”, aquela de elevado valor comercial que há na localidade,

segundo as informações levantadas nas fichas lexicográfico-toponímicas 2, 8, 9, 14 e 18.

Desse modo, os designativos de origem indígena inspirados na vegetação lideram como fonte motivacional. Este fenômeno não é comum somente na região em análise, mas em todos os estados brasileiros, e isso se justifica pela indiscutível importância dos vegetais para o homem. Informação confirmada por Dick [2000?]:

As pesquisas do ATESP, e confirmadas neste projeto, revelam os seguintes principais campos de interferência indígena mais produtiva no PB: fitonímia, zoonímia, hidronímia, geomorfonímia, ergonímia e, em menor escala, a toponímia ou cultura espiritual. O *corpus* documentado abrange o período do quinhentismo ou setecentismo, como introdutor das matizes lexicais ainda em uso, sendo poucas as ocorrências em nheengatu, como exceções presentes nos nomes de lugares (DICK, [2000?, p. 3]).

Os fitotopônimos são considerados “signos linguísticos transparentes, cuja motivação é inspirada na vegetação. Isso porque, normalmente, a escolha do nome para o acidente físico ou humano é motivada pela presença da vegetação” no local ou próxima ao acidente que teria, por alguma razão, chamado a atenção do denominador (TAVARES, 2008, p. 263).

De acordo com Tavares (2008, p. 263), da mesma forma que a flora brasileira, a fauna é diversa e exuberante, o que teria impressionado os colonizadores ao chegarem à nova terra. Por isso, os primeiros relatos de informações sobre o descobrimento da terra, com frequência, faziam referência à vegetação e aos animais que aqui se encontravam.

Não só a presença da variedade de animais justifica a tendência do homem em atribuir aos acidentes geográficos nomes relativos a espécies da fauna, mas também a sua importância. Essa tendência se confirma entre os zootopônimos (nomes de animais), uma vez que, são encontrados na região topônimo como *Gandu* em referência aos jacarés ou gaudus que habitavam o rio homônimo que banha a terra do município, conforme as informações da ficha lexicográfico-toponímica 19.

O elemento água também é motivador recorrente entre os topônimos da região. É exemplo de hidrotopônimo (relativos à água), o topônimo: *Itagi*, em alusão ao um rio da região, o “rio das Pedras”, de acordo com os dados da ficha lexicográfico-toponímica 10.

Também os nomes geográficos de índole nos elementos minerais, ou seja, o litotopônimo, na região teve duas ocorrências, o topônimo *Jitaúna*, a “pedra preta”, e *Itaju* do Colônia, onde a primeira forma resgata uma antiga denominação do lugar que faz referência as pedras abundantes no “rio Colônia” que corta o município, conforme informações da fichas lexicográfico-toponímicas 12 e 17. Segundo Dick (1990, p. 125), a presença dos nomes geográficos associados aos minerais e às características dos solos ou dos terrenos está ligada a

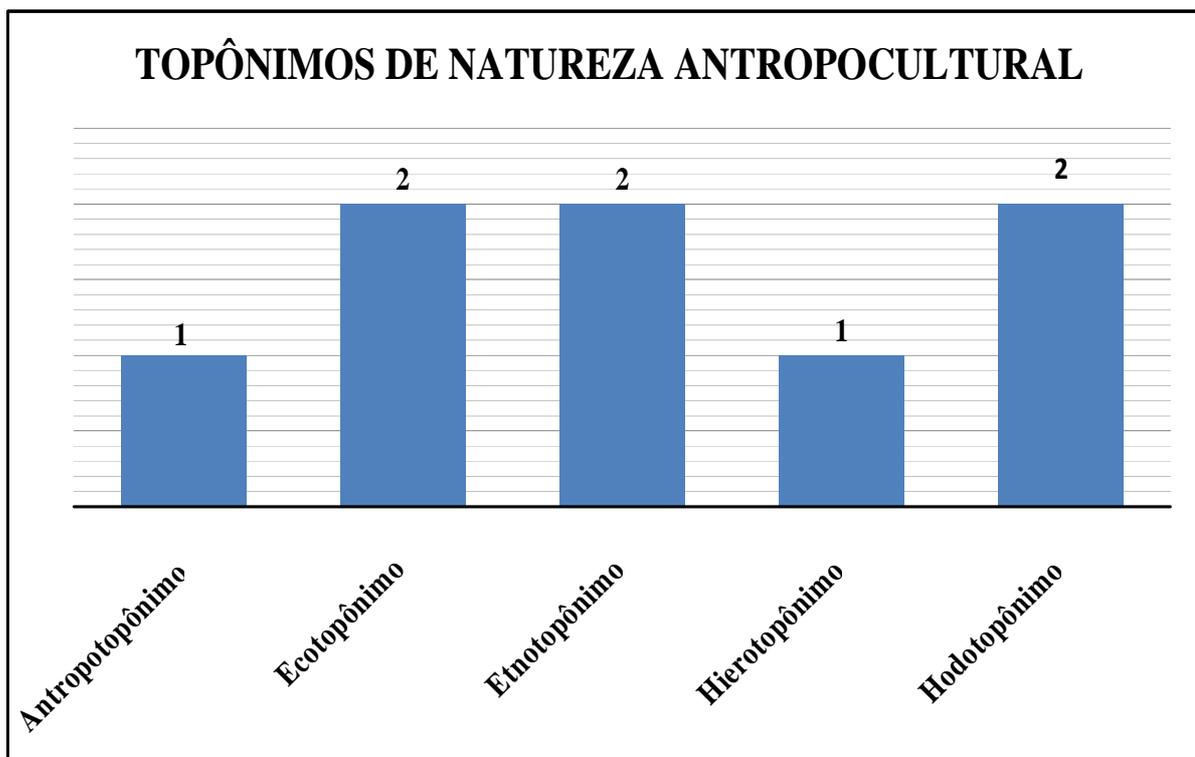
dois aspectos: um de índole genérica ou física e o outro de índole mais restrita e significativa, porque diz respeito à história de um povo.

As demais motivações físicas referem-se a formas do relevo do terreno, ou seja, o geomorfotopônimo (relativo às formas topográficas, elevações ou depressões do terreno), na região tem-se a ocorrência do topônimo *Itapitanga*, em referências presença da “pedras vermelhas” no relevo do município. Por fim, tem-se um exemplo de corpo celeste, o astrotopônimo *Coaraci*, vocábulo que também significa, o “Sol”, de acordo com os dados das fichas lexicográfico-toponímicas 16 e 4.

Percebe-se, portanto, que as designações de natureza semântica física justificam-se pela grande importância que os elementos desse ambiente natural exerceram para a formação das povoações dessa região.

O gráfico a seguir mostra a distribuição quantitativa das categorias motivacionais taxenômicas de natureza antropocultural.

Gráfico 3 – Distribuição quantitativa das taxenômias encontradas nos topônimos de natureza antropocultural



Em se tratando dos topônimos de natureza semântica antropocultural, a maior incidências de ocorrências recaiu sobre a motivação advinda dos ecotopônimos (relativo à habitação), dos etnotopônimos (relativos a nomes étnicos) e dos hodotopônimos (relativos às vias de comunicação urbana ou rural), com duas ocorrências cada uma delas.

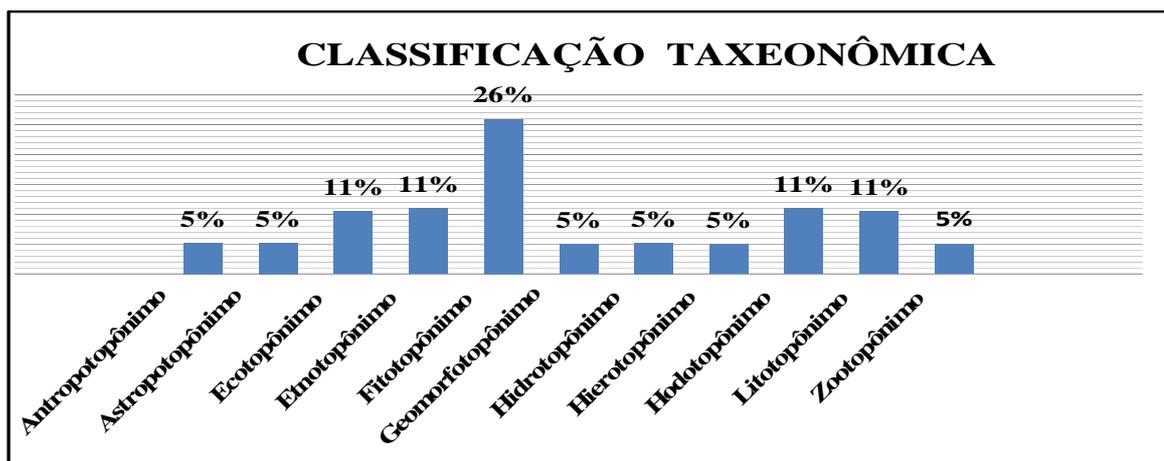
e a segunda sobre.

É bom enfatizar que os topônimos pertencentes à primeira taxonomia fazem alusão ao lugar onde se mora: *Aiquara* = “toca da preguiça”, e o topônimo *Uruçuca*, em alusão a grande quantidade colméia de abelha uruçu existente na região. Já os topônimos da segunda taxonomia homenageiam duas etnias indígenas que viviam na região: os *Camacan* e os *Gueréns*. E os topônimos do terceiro grupo surgiram a partir de uma expressão metafórica que designam um caminho: *Itajuípe* = ‘caminho de água entre pedras e espinhos’ e *Itapé* = ‘caminho de pedras’, indicando assim as vias que o colonizador cruzava ao penetrar no território da região de acordo com os dados levantados nas fichas lexicográfico-toponímicas 1, 19, 3, 6, 13 e 15.

As demais motivações ficaram distribuídas entre a categoria do antropotopônimo (constituído a partir de um nome de pessoa), representada na região pelo topônimo *Itagibá* que homenageia um cacique Tabajara, e à categoria do hierotopônimo (relativos a nomes sagrados), pelo topônimo *Ibicaraí*, vocábulo que resgata a acepção primitiva do designativo que denominava a localidade – Palestina, a Terra Santa da Bíblia – segundo as informações contidas as fichas lexicográfico-toponímicas 11 e 7.

O gráfico, a seguir, apresenta a distribuição do percentual de ocorrências das categorias motivacionais taxeonômicas de natureza semântica antropocultural dos dados em análise.

Gráfico 5 – Distribuição percentual das taxonomias dos topônimos analisados



Quanto à origem dos topônimos e a constituição e estrutura de formação morfológica do sintagma toponímico de origem nas línguas indígenas, verificou-se:

- A presença de dezoito topônimos constituídos apenas por formas linguísticas de origem indígena, sendo onze com motivação de natureza física (5 fitotopônimos, 2

litotopônimos, 1 astropotopônimo, 1 geomorfotopônimo, 1 hidrotopônimo e 1 zootopônimo), oito com motivação de natureza antropocultural (2 ecotopônimos, 2 etnotopônimos, 2 hodotopônimos, 1 antropotopônimo e 1 hierotopônimo) e um topônimo híbrido de natureza física composto por uma forma de origem indígena e portuguesa. No que diz respeito à constituição e estrutura de formação morfológica desses topônimos, foram encontrados:

i. Quatro termos simples masculinos de origem indígena: *Camacan*, *Coaraci*, *Gandu* e *Itagibá*;

ii. Nove termos compostos femininos de origem indígena formados por justaposição: *Aiquara* (*a'y + kuara*), *Ibicaraí* (*yby + karaib*), *Ibirapitanga* (*ybirá + pitanga*), *Ibiratáia* (*ybirá + taya*), *Itamari* (*itá + mari*), *Itapitanga* (*□ta + pitanga*), *Jitaúna* (*iy+itá + un(r,s)+ a*), *Ubatã* (*'yba + atã*) e *Uruçuca* (*eirusu + oka*);

iii. Dois termos compostos masculinos de origem indígena, formados por justaposição: *Itagi* (*itá + iy*) e *Itapé* (*itá +(a) pé*);

iv. Um termo composto feminino de origem indígena, formado por aglutinação: *Buerarema* (*ybyrá + rema*);

v. Dois termos compostos masculinos de origem indígena, formados por aglutinação: *Gongogi* (*Guerén + gogi*) e *Itajuípe* (*itá + iub + 'y + pe*).

• A presença de um topônimo híbrido composto (1 litotopônimo) formado por elementos linguísticos indígena e português:

i. Um termo feminino composto por aglutinação das palavras indígenas (*ita + yuba*) + a justaposição de um termo feminino simples (*Colônia*).

Cruzando essas informações, obteve-se o seguinte quadro:

Quadro 12: Cruzamento das taxonomias com a origem e a formação lexical dos topônimos

TAXEONOMIA	TOPÔNIMO DE ORIGEM INDÍGENA						TOPÔNIMO HÍBRIDO TUPI-LUSO		TOTAL
	TC JUSTAPOSIÇÃO		TC AGLUTINAÇÃO		T SIMPLES		AGLUTINAÇÃO E JUSTAPOSIÇÃO		
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Antropotopônimo					1				1
Astropotopônimo					1				1
Ecotopônimo		2							2
Etnotopônimo			1		1				2
Fitotopônimo		4		1					5
Geomorfotopônimo		1							1
Hidrotopônimo	1								1
Hierotopônimo		1							1
Hodotopônimo	1		1						2
Litotopônimo		1						1	2
Zootopônimo					1				1
TOTAL	2	9	2	1	4			1	19

Em relação aos processos de constituição ou formação da estrutura morfológica do sintagma toponímico, a situação dos dezenove topônimos municipais baianos de origem nas línguas indígenas brasileira, em sua maioria, se compõe em primeiro lugar por justaposição (11 ocorrências), em segundo por termos simples (4 ocorrências), por aglutinação (3 ocorrências) e por apenas uma ocorrência de termo composto por aglutinação e justaposição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações dos dados levantados dos municípios no *corpus*, faz-se necessário discutir algumas observações sobre a temática da pesquisa.

Conforme Sampaio (1901, p. 18), a maior parte dos topônimos de origem tupi e guarani no Brasil foi produto da ação do civilizado, não tendo sido atribuída pelos próprios índios, mas, principalmente, com a ação das missões e das bandeiras. Dessa forma, segundo Calavia Sáez (2004, p. 9):

La cartografía está lejos de reflejarlo: los topónimos indígenas, en su mayor parte sacados del acervo tupi de la “línua geral”, aluden a um substrato indígena sin reflejar su variedad; sobre todo, aunque numerosos a escala local, los nombres indígenas faltan en la nomenclatura las regiones, locus principal de la historia évenementielle²⁹ (CALAVIA SÁEZ, 2004, p. 9).

Argumento também assinalado por Navarro ([2005?], p. 7), quando ele afirma que “os topônimos de origem indígena se espalham pelo território brasileiro e diferenciam-se quanto ao tempo de sua existência”. No caso dos exemplos desse estudo, eles os classificam como Topônimos indígenas dos séculos XIX e XX. Segundo Navarro [2005?],

À independência do Brasil, em 1822, seguiu-se um período de forte nacionalismo cultural, em que se buscava afirmar a identidade nacional em oposição a Portugal, a antiga metrópole da qual o Brasil separara-se. O tupi seria visto, assim, como a referência da pátria brasileira. Muitos nomes geográficos datam dessa época. Já no século XX, aparecem muitos nomes de origem tupi (NAVARRO [2005?], p. 7).

Para Ventura ([2003?], p. 1), “desde os meados do século XIX que a toponímia revestiu no nosso país o papel de instrumento privilegiado de difusão política e de reprodução social, servindo ao mesmo tempo como veículo de afirmação e poder”. Ela constituiu uma “maneira legítima de homenagear” quantos pugnaram pela continuidade e/ou dignificaram “a identidade local ou nacional”.

Assim sendo, acrescenta Vianna (1939):

No século XX, os esforços em tornar “brasileiro” todos os que viviam em “terras do Brasil” mobilizou tanto intelectuais como dirigentes estatais. A pesquisa empreendida pelos modernistas dos anos 20 em diante, visava aflorar os traços da nacionalidade brasileira escondidas sob os ideais cosmopolitas predominantes nas elites intelectuais do início do século. Nas palavras de Gilberto Freire, em 1926,

²⁹ Traduzido: O mapeamento está longe de refletir: os topônimos indígenas, na sua maioria provenientes do acervo tupi da ‘línua geral’, referem-se a um substrato nativo sem refletir a sua variedade; acima de tudo, apesar de numerosos no lugar, os nomes indígenas desapareceram na nomenclatura das regiões, até mesmo da história local.

precisava sentir o “grande Brasil” que crescia em oposição aos que teimavam ver as coisas através do pince-nez de bacharéis afrancesados (VIANNA, 1939, p 27).

De acordo com Bustamante et al (2006, p. 85-86), através do Decreto-Lei Nº 311, de 1938, conhecido como Lei Geográfica do Estado Novo, foi proibida a repetição de nomes de municípios e de distritos no mesmo Estado. Pouco tempo depois estendeu-se o seu alcance e proibiu homônimos em todo o território nacional. Ainda segundo Bustamante et al (2006),

No rastro das determinações do decreto-lei promulgado em 1938, leis estaduais extirparam topônimos que apresentavam homonímia com centros mais antigos e os substituíram por outros nomes, muitas vezes sem nenhuma consulta à população local ou preocupação com a identidade associada ao nome geográfico alterado (BUSTAMANTE et al, 2006, p. 85-86).

Em consequência disso, no dia 21 de outubro de 1943, de acordo com Nunes (1951, p. 116), o Governo Federal publicou o Decreto-Lei número 5.901 que estabeleceu as normas para que se eliminassem as repetições de nomes de cidades e vilas, e recomendou que se adotassem nomes indígenas. Acrescenta Nunes (1951),

Obedecendo a essa recomendação, foram mudados ou criados nomes vários, servindo-se de palavras oriundas do tupi-guarani. Como é fácil imaginar, raras são as pessoas que no interior dos estados sejam capazes de compor cientificamente esses nomes, e, por isso mesmo, alguns deles, forjados caprichosa e arbitrariamente, ou são híbridos, ou deformes (NUNES, 1951, p. 116).

Em nota de rodapé salienta Calavia Sáez (2004, p. 9),

Buena parte da la toponímia actual de raiz tupi es rescatada o inventada em la época de Getúlio Vargas que (con el Decreto-Lei 5.836, de 1943) da un vies nacionalista o indianista al objetivo práctico de disminuir la confusión entre las docenas de poblados llamados, por ejemplo, São João o São Pedro³⁰ (CALAVIA SÁEZ, 2004, p. 9).

Para Almeida (1999, p. 49), através desse decreto federal publicado em 21 de outubro de 1943, o Governo Federal estipulava e regulamentava a eliminação dos topônimos homônimos, numa tentativa de organizar a toponímia brasileira e incentivar, na mudança de nomes, a restauração de nomes tupis. Nesse período se cultivava no Brasil um forte sentimento nacionalista onde se procurava assegurar a identidade brasileira em oposição a Portugal. A fim de melhor explicar esse caso, tomou-se como exemplo um fragmento do histórico da adoção do topônimo *Guaçuí* [2006?]:

³⁰ Traduzido: Boa parte da atual toponímia de raiz tupi é resgatada ou inventada na época de Getúlio Vargas que (com o Decreto-Lei 5.836 de 1943) dá um viés nacionalista ou indianista ao objetivo práctico de reduzir a confusão entre as dezenas de povoados chamados , por exemplo, São João e São Pedro.

Em 1943, o Presidente da República Getúlio Vargas influenciou os governantes estaduais brasileiros a usar nomes originais em tupi guarani, língua indígena (os legítimos donos das terras brasileiras). Assim, Siqueira Campos vira Guaçuí, que segundo o estudo “Topônimos Capixaba”, de José Wlademiro Emery de Carvalho, significa “Rio Veado” (GUAÇUÍ [2006?], p. 1).

Esse fenômeno, conforme Ramos (2008, p.132), se alargou até a metade do século XX, por refletir processos comuns de (re)construção identitária, ocorridos em dois grandes períodos da história artística brasileira, o Romantismo e do Modernismo. “Nesses momentos, buscou-se resgatar ao ostracismo determinados traços das antigas culturas indígenas e alçá-los ao *status* de elementos da identidade nacional”. Como se sabe, o nacionalismo já estava presente em todos os movimentos artísticos surgidos na década de 1920: como no verde-amarelismo, no antropofagismo, no movimento pau-brasil, na revalorização do folclore, na revisão da história cultural do País, na literatura, etc.

Observou-se que o *corpus* inicial levantado era formado pelo total de todos os municípios, perfazendo o total de 29 (vinte e nove = 100%) municípios emancipados no período. No entanto, somente 19 (dezenove = 65,5%) topônimos foram catalogados como tendo possível origem motivada nas línguas ameríndias brasileiras: *Aiquara* (1962), *Buerarema* (1959), *Camacan* (1961), *Coaraci* (1952), *Gandu* (1958), *Gongogi* (1961), *Ibicaraí* (1952), *Ibirapitanga* (1961), *Ibirataia* (1960), *Itagi* (1960), *Itaju do Colônia* (1962), *Itajuípe* (1952), *Itamari* (1962), *Itapé* (1961), *Itapitanga* (1960), *Jitaúna* (1961), *Ubatã* (1952) e *Uruçuca* (1952). Contudo, esse número é elevado para 100% quando se considera somente a década de 1950, período fortemente influenciado pelos ideais nacionalistas do Governo Vargas, que, ao passar do tempo, perde a hegemonia ideológica, o que se pode verificar na queda do índice percentual de 100% para 52,4%, se somente se analisar a década de 1960, quando, de 21 denominações municipais, apenas 11 topônimos são designações com base nas línguas indígenas.

Em tempo, é bom enfatizar que Nunes (1951, p. 114 a 116), no artigo publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, classifica como topônimos brasileiros de origem tupi-guarani os designativos municipais baianos: *Aiquara*, *Buerarema*, *Camaquã*, *Coaraci*, *Gandu*, *Ibicaraí*, *Ibirapitanga*, *Itaji*, *Itajibá*, *Itaju*, *Itajuípe*, *Jitaúna*, *Ubatã* e *Uruçuca*.

Fica claro, então, que o léxico toponímico de origem indígena que designa esses municípios baianos foi adotado ou mantido muito mais pela força governamental do que pela influência indígena. Isso se mostra como o reflexo de um período marcado pela força do

poder público, através do estado nacionalista, dando preferência aos nomes indígenas na formação do léxico toponímico na variedade brasileira do português.

Informações que confirmam o depoimento de Manso (1998):

Os últimos suspiros da língua dos antepassados aconteceram nos anos 30 e 40 durante a era Vargas, sob o influxo do nacionalismo em voga na época. Não por acaso, a saudação integralista “Anauê” era tomada do tupi. Significa “você é meu parente”. Nesse período, o idioma indígena ganhou cadeiras nas universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Era ensinado segundo a gramática de José de Anchieta. Em 1955, o presidente Café Filho obrigou todas as faculdades de Letras a incluir um curso de tupi. Durante a década de 70 inteira e até os dias atuais, com a cultura indígena massacrada pelos projetos de desenvolvimento, a idéia de ensinar o tupi passou a ser mais desvalorizada do que a de ministrar cursos de sânscrito ou grego arcaico (MANSO, 1998, p. 1).

A história, conforme expõe Navarro ([2005?], p. 8), sobretudo, proporcionou ao Brasil o direito de usar e transformar o idioma à sua maneira, o que aconteceu principalmente nos períodos do Romantismo e do Modernismo.

Este estudo também se propôs fazer o exame das motivações semânticas dos designativos de origem indígena. O que se pretendeu é evidenciar quais as maiores fontes motivacionais no momento da adoção e/ou da manutenção dos nomes para os municípios, quando esses nomes são de origem indígena, uma vez que o estudo toponímico visa à análise da relação entre língua e cultura, que se manifesta, principalmente, no sistema lexical do código linguístico.

Por isso, com esta análise, que se configura como um recorte da toponímia dos designativos dos municípios baianos, foi possível confirmar a tese de que aspectos decorrentes do condicionamento de fatores sócio-histórico da realidade extralinguística (no caso dos topônimos indígenas) se refletem nas denominações dos acidentes geográficos (principalmente as motivações de natureza física).

No decorrer da análise toponímica, percebe-se que a descrição é determinante no ato designativo, porque os aspectos ambientais são refletidos no topônimo por meio da visão do denominador em relação ao lugar. Nesse sentido, ao aplicar o modelo de classificação taxonômica dos topônimos proposto por Dick (1992), frente às peculiaridades extralinguísticas que envolvem a nomeação dos acidentes humanos analisados, se faz necessária a sensibilidade do pesquisador na busca da motivação de um determinado topônimo. Como assinalam Silva e Isquerdo (2010, p. 53), que o estudo necessita de um olhar interdisciplinar na direção de que os fatores extralinguísticos (de natureza física e de natureza antropocultural) são de fundamental importância na construção e na manutenção do léxico.

Detectou-se, ainda, a estruturação dos motivos geradores dos topônimos de origem nas línguas indígenas, sistematizando-os em categorias classificatórias, de forma a interpretar os designativos de lugares com maior segurança do ponto de vista semântico, apontando, assim, as características e as tendências linguístico-culturais importantes para o resgate da identidade cultural do Estado Bahia.

Ao situar-se o enfoque na relação língua-cultura, os topônimos foram observados não unicamente como um reflexo da realidade social, mas como um instrumento importante na descoberta de visões de mundo e nas formas de relação entre os indivíduos na construção de seu *habitat*.

Dada a diversificação da natureza dos topônimos, ligada a campos diversos semânticos, conforme se demonstrou na análise, põem-se em evidência a própria adequação dos motivos que o animam. No conjunto dos topônimos analisados predominam os de natureza física, notadamente os fitotopônimos e os litotopônimos, marcando a importância da biodiversidade da flora e a composição do solo na localidade, retratada nos nomes dos municípios. No conjunto de topônimos de natureza antropocultural, prevalecem os ecotopônimos, os etnotopônimos e os hodotopônimos. O fruto dessa união de fatores extralinguísticos compõe a cultura baiana na região.

É bom destacar também que em uma nomenclatura geográfica, o enquadramento das palavras na sua respectiva classe taxonômica, por vezes, é muito difícil de ser analisada, sobretudo quando ocorrem etimologias controversas. Muitas vezes, nesses casos, a correta interpretação do topônimo torna-se improdutiva, pelas dificuldades de se refazerem todos os elos da imensa cadeia etimológica, já que o sentido real do topônimo encontra-se cristalizado em sua forma atual, perdida que foi a primitiva transparência do significado.

Foi o que ocorreu em relação aos topônimos: *Gandu*, *Gongogi*, *Itajuípe*, *Itamari*, *Jitaúna* e *Uruçuca* que figuram na categoria “etimologia controversa”, embora se tenha buscado a sua etimologia em diferentes fontes. Uma consideração importante é lembrar que, como afirma Dick (1990, p. 20), os topônimos são fósseis da língua, ou seja, mantêm-se os designativos, mas desaparecem as causas motivadoras. Por essa razão, muitas vezes a informação transmitida já não é a original e assim o topônimo ganha uma ressignificação. Outras vezes a sua etimologia, talvez, ainda não tenha sido dicionarizada, ou seja originária de diferentes estratos linguísticos que não puderam ser abarcados pela pesquisa.

Por fim, conforme se demonstrou na análise dos topônimos, não resta dúvida de que a escolha dos nomes dificilmente é marcada pela impessoalidade, explicada por algo aleatório ao ato denominativo em si mesmo, haja vista que existem diversos agentes motivadores na

estruturação do topônimo, seja ele de natureza física ou antropocultural. Desse modo, a história da adoção e/ou da manutenção dos topônimos, reflete aspectos da povoação do lugar, enquanto estes se mantêm armazenados na memória de seu povo, que os tem preservado como um patrimônio linguístico-cultural de uma sociedade.

Portanto, nesse estudo constatou-se, que através da análise dos signos toponímicos pode-se desvelar a história da vida e da mentalidade dos grupos humanos de determinada época, visto que nos topônimos estão conservadas as tradições e os costumes de um povo ou registradas as características topográficas locais mais sensíveis, uma vez que “o nome de lugar exerce o papel de uma verdadeira crônica” (DICK, 1990, p. 22).

A análise da natureza linguística dos topônimos de origem indígena que nomeiam os municípios baianos da região apontou que a discussão referente a essa questão não se esgota nos resultados obtidos nessa investigação. Há que se considerar outros objetos a serem pesquisados, como também a contribuição dos resultados desse trabalho na elaboração e na produção do *Atlas Toponímico dos Municípios Baianos – ATMBA*, e na produção de material didático-pedagógico para as escolas indígenas e conhecimento interdisciplinar nos Parâmetros Curriculares Nacionais da educação básica.

Pelo exposto, acredita-se que neste estudo foi cumprido o compromisso de articular a Toponímia com a língua enquanto voz, instrumento e fundamento da experiência humana na transmissão de informação e reflexão da história dos povos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. 1998. *Capítulo de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal.
- ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno. 1993. *Mapas: imagens da formação territorial brasileira; pesquisa, textos e seleção cartográfica*. Rio de Janeiro: Odebrecht.
- AIQUARA: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Aiquara>>. Acesso em 10 out. 2010.
- ALMEIDA, Lana Cristina Santana de. 2012. *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, UFBA, Salvador.
- ALMEIDA, Maria Antonieta C. 1999. Uma nova denominação dos municípios paranaenses. *Revista do GELNE*, Fortaleza, ano 1, n. 2. p. 48-50. Disponível em: <http://www.gelne.ufc.br/revista_ano1_no2_10.pdf>. Acesso em 10 out. 2006.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. 2007. *Os índios na história: abordagens disciplinares*, *Tempo*. Niterói, v. 12, n. 23. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 dez 2010.
- ALVES, José de Arimatéia Nogueira. 2008. Índios em Salvador (identidade, memória e alteridade). In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4, 2008. Salvador, *Anais...* Salvador: UFBA.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. 2009. Estudo etnotopônimo de origem indígena do Estado do Tocantins: considerações finais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6, 2009. João Pessoa, *Anais...* João Pessoa: Ideia, v. 2, p. 3732-3741.
- ARAÚJO, Ruy Magalhães. 2008. Os tupinismos na formação do léxico português do Brasil. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 40, Suplemento. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/40suple.html>> . Acesso em 10 jun 2010.
- _____; CUNHA, C.; CASTRO, J. A.; MELO, G. C. 2000. 500 Anos de língua portuguesa. brevíssimo enfoque do Português do Brasil. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 17, p. 7-12. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/>>. Acesso em 10 jun 2010.
- ASMAR, Selem Rachid. 1983. *Sociedade da microrregião cacauzeira*. Itabuna: Itagrafe.

ASSIS, Daisy Laraine Moraes de. 2005. *A campanha nacional de educandários gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí – Bahia*. Dissertação (Mestrado) – UFSE, São Cristóvão.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral; LACERDA, Rodrigo. 1997. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BARROS, Carlos Juliano. 1995. A região sul da Bahia e o cacau (antes da vassoura-de-bruxa). *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 abr.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. 2001. *Dicionário histórico do Brasil: colônia e império*. Belo Horizonte: O autor.

BOXER, Charles R. 2002. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras.

BUERAREMA: histórico. [2003?]. Disponível em:

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Buerarema>>. Acesso em 10 out. 2010.

BUENO, Francisco da Silveira. 2008. *Vocabulário: tupi-gurani/português*. 7. ed. São Paulo: Vidalivros.

_____. 1968. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.

BUSTAMANTE, Ana Maria Goulart. Padronização Nacional. 2007. Toponímia em língua dos povos indígenas no Brasil. In: CONFERÊNCIA SOBRE A PADRONIZAÇÃO DE NOMES GEOGRÁFICOS, 9. 2007. Nova York, *Anais...* Nova York: Nações Unidas.

_____; MATHIAS, Márcia de Almeida; ABI-SÂMARA, Raquel. 2006. Glossário de termos para a padronização de nomes geográficos. In: CONFERÊNCIA DE TRADUÇÃO PORTUGUESA, 1. 2006. Caparica, *Anais...* Caparica: Portugal, p. 80-89.

CAMACAN: histórico. [2003?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Camacan>>.

Acesso em 10 out. 2010.

CAMPOS, João da Silva. 2006. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilheus*. 3. ed. Ilheus: Editus.

CARVALHINHOS, P. J. 2005. *Hierotoponímia portuguesa: de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas. estudo de caso: as Nossas Senhoras*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Departamento de Linguística, USP, São Paulo.

CARVALHO, Maria Rosário; SOUZA, Jurema Machado de Andrade. 2005. *Povos indígenas no Brasil: pataxó-hã-hã-hãe*. Disponível em:

<<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae>> Acesso em: 16 jul. 2010.

CEPLAC: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. 1982. *Cidades do cacau*, Ilheus, v. 1.

CHIARADIA, Clóvis. 2008. *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena*. São Paulo: Limiar.

CALAVIA SÁEZ, Oscar. 2004. *Indios, territorio y nación en Brasil*. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://www.antropologia.ufsc.br/72.%20oscar-territorios.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2007.

CUNHA, Antônio Geraldo da. 1998. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramento/ UNB.

_____. 1997. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DIAS, Marcelo Henrique. 2007. *Economia, sociedade e paisagem da capitania e comarca de Ilheus no período colonial*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. 2007. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: EDUFMS; São Paulo: Humanitas. v. 3, p. 459-471.

_____. 2004. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria das Graças (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, v. 2, p. 121-130.

_____. 2000. Inter-relação léxico e cultura na América Indígena. Estudo de Caso. In: *Acta Semiótica et Linguística (SBPL)*, São Paulo, v.8, p. 295-308.

_____. 1999. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o atlas toponímico do estado de São Paulo. *Investigações: Linguísticas e Teoria Literária*. Recife, v. 9, p. 119-148.

_____. 1998. Contribuição do léxico indígena e africano no português do Brasil. In: GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS - GEL, 28, 1998. *Revista do Grupo de Estudos Linguísticos*, Bauru, p. 126-132. Disponível em:

<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAnPYAH/contribuicao-lexico-indigena-africano-ao-portugues-brasil>>.

Acesso em 18 set. 2010.

_____. 1994. Toponímia e línguas indígenas do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n. 22, set/dez.

_____. 1992. *Toponímia e antroponímia no Brasil*: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP.

_____. 1990. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Arquivo do Estado.

_____. 1987. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: FFLCH/USP.

DIETRICH, Wolf. NOLL, Volker. 2010. O papel do tupi na formação do português do Brasil. In: NOLL, Volker. DIETRICH, Wolf (org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 81-91.

DOURADO, Kátia Regina Lopes. [2003?]. *COARACI*: histórico. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

FALCÃO, Márlio Fábio Pelosi. 2001. *Pequeno dicionário toponímico da Bahia*. Fortaleza: Santa Helena.

FALCÓN, Gustavo. 1995. *Os coroneis do cacau*. Salvador: Ianamá.

FONSECA, Homero. 2001. *Mário Melo: a arte de viver teimosamente*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Disponível em: <www.alep.pe.gov.br/perfil/parlamentares/MarioMelo/01.htm1>. Acesso em: 10 out. 2006.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. 1979. *Os donos dos frutos de Ouro*. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador.

GANDU: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gandu>>. Acesso em 10 abr. 2008.

GONGOGI: histórico. [2003?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gongogi>>.

Acesso em 10 out. 2010.

GOUVEIA, Edigar Alves. [2000?a]. *GANDU*: histórico. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 11 abr. 2008.

_____. [2000?b]. *GONGOI*: histórico. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. [2000c?]. *IBIRAPITANGA*: histórico. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. [2000?d]. *IBIRATÁIA*: histórico. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. [2000?e]. *ITAGIBÁ*: histórico. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010d.

_____. [2000?f]. *UBATÁ*: histórico. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

GUAÇUÍ - a cidade. [2006?]. Disponível em:

<<http://www.maes.es.gov.br/mova/2004/gua%C3%A7ui.htm>>. Acesso em 30 mar. 2007.

HEINE, Maria Luiza. 1995. *Passeio histórico na capitania de São Jorge dos Ilheus*. São Paulo: GRD. Disponível em:

<<http://ilheuscomamor.wordpress.com/livros/passeio-historico-na-capitania-de-sao-jorge-dos-ilheus/>>.

Acesso em: 26 out 2011.

HEYE, Jurgen; VANDRESEN, Paulino. 2006. Língua em contato. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 381-412.

HOUAISS, A. et al. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva.

IBGE. 2012. *Censo Brasileiro 2012*. Disponível em: <[IBGE - Censo Brasileiro 2012](#)>

Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Confederação Nacional de Municípios. 2007. *AIQUARA*: histórico. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 19 fev. 2008.

_____. [2000?a]. *ITAGI*: histórico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

Acesso em 29 abr. 2010.

_____. [2000?b]. *ITAJUÍPE*: histórico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 fev. 2008.

_____. [2000?c]. *ITAMARI*: histórico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 abr. 2010.

_____; [2000?d]. CityBrazil. *JITAÚNA*: histórico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 abr. 2010.

_____. Prefeitura Municipal de Uruçuca. [2000?e]. *URUÇUCA*: histórico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 abr. 2010.

_____. 2008. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008*. Disponível em: <^a ^b [Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008](#).> Acesso em: 11 dez. 2010.

IBICARAÍ: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ibicara%C3%AD>>. Acesso em 10 out. 2010.

IBIRAPITANGA: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ibirapitanga>>. Acesso em 10 out. 2010.

IBIRATÁIA: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ibirataia>>. Acesso em 10 out. 2010.

ITAGI: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Itagi>>. Acesso em 10 out. 2010.

ITAGIBÁ: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Itagib%C3%A1>>. Acesso em 10 out. 2010.

ITAJU DO COLONIA: histórico. [2000?]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Itaju_do_Col%C3%B4nia>. Acesso em 10 out. 2010.

ITAJUÍPE: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Itaju%C3%ADpe>>. Acesso em 10 out. 2010.

ITAMARI: histórico. 2008. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Itamari>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

ITAPÉ: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Itap%C3%A9>>. Acesso em 10 out. 2010.

ITAPITANGA: histórico. [2000?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Itapitanga>>. Acesso em 10 out. 2010.

ISQUERDO, Aparecida Negri. 2011. Minicurso Discutindo a Toponímia: fundamentos e metodologia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO LÉXICO, 1, Salvador, *Anais...* Salvador: UFBA.

_____. 2009. *O nome do município: um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-matogrossense*. Disponível em: <<http://www.revistaprolingua.com.br/wp-content/uploads/2009/07/aparecida-negri-isquerdo.pdf>>. Acesso em 10 maio 2010.

JESUS, Ivan Santana. 1984. *Histórico de Itapitanga*. Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

JITAÚNA: histórico. [2000?]. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jita%C3%BAAna>>. Acesso em 29 abr. 2013.

LEITE, Yone; FRANCHETTO, Bruna. 2006. 500 anos de língua indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

LIMA, Antonio Carlos Souza. 1995. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopez da; GRUPIONI, Luiz Donisetti Benzi (org.). *A questão indígena na sala de aula: Novos subsídios para os professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. 2007. Identidade e memória na região cacauceira: análise de seus principais elementos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007. *Anais...* São Leopoldo, RS: UNISINOS. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Hanavana%20B%20G%20Fontes%20Lima.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2010.

LIVRO VELHO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA CIDADE DE SALVADOR. 1945. Bahia: Tipografia Beneditina.

LOBÃO, Dan Érico; SETENTA, Wallace Coelho; RIOS, Fernando Nascimento. [2009?]. *Saf cacau-cabruca do sul da Bahia: uma abordagem sócio-ambiental*. Ilhéus: CEPLAC.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. 2006. Processos de criouliização na história da sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade;

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 163-218.

MACHADO, José Pedro. 1967. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Horizonte.

MANSO, Bruno Paes. 1998. Tupi or not tupi. *Revista Veja*, 16 de dezembro de 1998. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/161298/p_140.html>. Acesso em 10 abr. 2006.

MAPA DA ANTIGA CAPITANIA HEREDITÁRIA DE SÃO JORGE DOS ILHEUS COM A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DO ATUAL MUNICÍPIO DE ILHEUS. [2011]. Disponível em: <<http://www.blogdogusmao.com.br/v1/tag/capitania-de-sao-jorge-dos-ilheus/>> Acesso em 20 fev. 2011.

MAPA DA CIDADE DE IBICARAÍ, ESTADO DA BAHIA. 2004. Ibicaraí: Resende.

MATHEUS, Maria Helena Mira. 2006. Se uma língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes? In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 63-80.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. 2009. As sociedades indígenas, a história e a escola. *Antíteses*. v. 2. n. 3. jan-jun., p. 153-167. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em 20 out. 2011.

MARCIS, Teresinha. 2004. *A hecatombe de Olivença: construção e reconstrução da identidade étnica – 1904*. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador.

MERCADO DO CACAU. 2011. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/detalhe-fieb.html>>. Acesso em: 20 set. 2011.

MONTEIRO, Clóvis. 1929. Denominações indígenas do sul da Bahia. *Diário da Tarde de Ilhéus*, Ilhéus, 7 mar.

MOTT, Luís. 1998. *Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854)*. In: *CULTURA: o índio na Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. 2013. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global.

_____. 2005. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. 3. ed. rev. e aperf. São Paulo: Global.

_____, [2005?]. *Os estudos de tupi antigo e a crítica estruturalista*. São Paulo: USP. Disponível em: <www.filologia.org.br/revista/52/10.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2010.

NUNES, José de Sá. 1951. Toponímia brasílica. *Revista Brasileira de Geografia*. ano 13. n. 1. Janeiro-Março, p. 102-122. Disponível em: <<http://ofaie.com/toponimia1951.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. 2003. Índios, aldeias e aldeamentos em Ilheus (1532-1880). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 1, 2003. Ilheus. *Anais...* Ilheus: UESC.

PINTO, Alfredo Moreira. 1894. *Diccionario geográfico do Brazil*. Rio de Janeiro: Nacional.

PIRES, Vicente. 2001. *Memória histórica de Itajuípe*. Itabuna: Agora.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. 2008. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, UFBA, Salvador.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. 2005. *Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950)*. Ilheus: Editus.

RISÉRIO, Antônio. 2004. *Uma história da Cidade da Bahia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Versal.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. 2010. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, Volker. DIETRICH, Wolf (org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 27-48.

_____. 2006. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 143-162.

_____. 2005. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 57, n. 2. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf>> Acesso em: 10 nov 2012.

_____. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.

ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS, CONHECIDOS, FUNDOS, BAIXOS, ALTURAS E DERROTAS QUE HÁ NA COSTA DO BRASIL, DESD'O CABO DE SANTO AGOSTINHO ATÉ O ESTREITO DE MAGALHÃES. 1965. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa, v. 6. n. 2. abr.-jun. p. 312 e 329.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. 2000. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do monte pascal. In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (org.). *Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros*. Brasília: FUNAI/DEDOC, p. 120-133.

SAMPAIO, Theodoro. 1955. *O tupi na geografia nacional*. 4 ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador.

_____. 1901. *O tupi na geographia nacional: memória lida no Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo: Eclectica.

SANTANA, Luis Mafra de. [2000?a]. *BUERAREMA*: histórico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. [2000?b]. *CAMACAN*: histórico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. [2000?c]. *IBICARAÍ*: histórico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. [2000?d]. *ITAJU DO COLONIA*: histórico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. [2000?e]. *ITAPÉ*: histórico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 out. 2010.

SANTOS, Zé de Pida. 2008. *História do Rio do Engenho*. Disponível em: <<http://saojorgesdosilheus.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 26 out. 2011.

SAPIR, Edward. 1969. Língua e ambiente. In: _____. *A linguística como ciência: ensaios*. Tradução J. Mattoso CÂMARA Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica. p. 43-62

SARAIVA, Maria Olívia de Quadros; CARVALHO, Gabriele Cristiane; DINIZ, Carolina Ribeiro. 2006. *Análise da toponímia indígena das ruas do centro de Belo Horizonte*. 2006. (Artigo apresentado à disciplina da pós-graduação em Estudos Linguísticos: Seminário de Tópico Variável em Variação e Mudança Linguística: Fundamento da Toponímia, oferecida pela professora Dr Maria Vicentina Dick), 1º semestre, FALE/UFMG. p. 694-702. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_401.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2010.

SAUB, José Nazal Pacheco. 2010. *Minha Ilheus*: fotografias do século XX e um pouco de nossa história. Ilheus: Via Litterarum. Disponível em: <<http://www.otabuleiro.com.br>>. Acesso em: 26 out. 2011.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. 2008. *Referência e onomástica*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>. Acesso em: 14 set. 2010.

SEI. 2003. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia 1980 - 2000*. Salvador: SEI.

_____. 2001. *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia*: conjuntura e planejamento. Salvador: SEI.

_____. 2000. *Bahia análise & dados*. v. 9. n. 4. Salvador: SEI.

SILVA, Daniela de Souza; ISQUERDO, Aparecida Negri. 2010. A presença de tupinismo na língua falada nas capitais brasileiras: um estudo no campo léxico da fauna. *Linguagem. Estudos e Pesquisas*, Catalão. v. 14. n. 2, p. 33-55. Disponível em:

<www.revistas.ufg.br/index.php/lep/article/download/14725/9198> Acesso em 10 jun 2011.

SILVA, Edson. 2007. *História, povos indígenas e educação*: (re)conhecendo e discutindo a diversidade cultural. Texto apresentado no I Encontro pernambucano de ensino de história, no Centro de Educação/UFPE. Recife, dig. 11 p. Disponível em:

<<http://www.ufpe.br/cap/images/aplicacao/artigo%20edson.doc>> Acesso em: 20 set. 2011.

SILVA, João Domingos Wolff. 1993. *Os topônimos brasileiros oriundos do tupinambá e sua adaptação fonológica ao português*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. 2008. *Caminhos da linguística histórica*: ouvir o inaudível. São Paulo:Parábola.

_____. 2006. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 219-256.

STESSUK, Sílvio. 2006. A implantação da língua portuguesa no Brasil, em contato com o tupi antigo e as línguas africanas. *Todas as Letras*: I. Língua. São Paulo. v. 8, n.1, p. 96-102. Disponível em:

<<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/issue/view/87>>. Acesso em 20 set. 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. 2001. *História da Bahia*. 10. ed. Salvador: EDUFBA.

TAVARES, Marize. 2008. A motivação de topônimos indígenas do Mato Grosso do Sul. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Lodrina, n. 11-12, dez. p.257-275.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. 1985. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significados dos nomes geográficos de origem tupi*. São Paulo: Traços.

URUÇUCA: histórico. [2000?]. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ ru%C3%A7uca](http://pt.wikipedia.org/wiki/ru%C3%A7uca)>. Acesso em 29 abr. 2013.

VAINFAS, Ronaldo et al. 2000. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva.

VIANNA, Hermano. 1995. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; UFRJ.

VIGNA, Dalva Del. 2001. *O português do Brasil: a constituição de uma língua nacional*. Texto apresentado na III Semana Universitária da Universidade Católica de Brasília. Disponível em:

<<http://www.ucb.br/sites/100/165/ArtigoseComunicacoes/200portuguesdoBrasil.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

VENTURA, [2003?]. Ruy. *Por uma toponímia realmente democrática*. Disponível em: <<http://www.arquivors.com/ruyvent2.htm>> Acesso: 22 abr. 2006.

WEBER, Astor. 2007. Diálogo entre a história e a antropologia: os mbayá-guaicuru. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*; Campus Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE), Marechal Cândido Rondon (PR), v. 7, n. 12 ,1º sem., p.51-67.